



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**NO CAMINHO PARA A ROÇA HAVIA UM MUNDO  
Territorialidades e recriações camponesas na comunidade Paraguai,  
Baixo Jequitinhonha - MG**

**Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**NO CAMINHO PARA A ROÇA HAVIA UM MUNDO**  
**Territorialidades e recriações camponesas na comunidade Paraguai,**  
**Baixo Jequitinhonha - MG**

**GABRIEL DAYER LOPES DE BARROS MOREIRA**

*Sob a orientação da Professora*  
**Claudia Job Schmitt**

Dissertação submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências  
Sociais**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências  
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade - CPDA/UFRRJ

Rio de Janeiro, RJ  
2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827c      Moreira, Gabriel Dayer Lopes de Barros, 1985-  
              No caminho para a roça havia um mundo:  
Territorialidades e recreações camponesas na  
comunidade Paraguai, Baixo Jequitinhonha - MG /  
Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira. - 2017.  
              149 f.

              Orientadora: Claudia Job Schmitt.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade, 2017.

              1. Campesinato. 2. Território. 3. Estratégias de  
recriação camponesa. 4. Agroecologia. 5. Quilombola.  
I. Schmitt, Claudia Job, 1965-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

**Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para  
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 04/09/2017.



---

Prof.ª Dr.ª Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)



---

Prof.ª Dr.ª Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)



---

Prof.ª Dr.ª Carmen Silvia Andriolli (CPDA/UFRRJ)



---

Prof. Dr. Claudenir Fávero (PPGER/UFVJM)

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Dayse pelo apoio perene e viver roseano, de coragem para tocar em frente, fonte de motivação nesta e noutras empreitadas. Ao meu pai Ernandes, com braços abertos de saudade para o abraço que sempre teremos.

À minha irmã Maíra e aos meus irmãos Vladimir, Dashiell e Lázaro; e aos meus sobrinhos Ernandes e Ravi Dayer por compartilharem essa experiência mais que familiar: a de se buscar modos de se reinventar sempre e movimentar (n)o mundo.

Aos/as moradores/as da comunidade quilombola Paraguai, por me receberem de forma tão afetuosa em seu território e por oportunizarem tantos momentos de diálogos e de aprendizados.

À prof<sup>a</sup> Claudia Schmitt, orientadora deste trabalho, por todo apoio e parceria no *fazer-se* da pesquisa. Por acreditar em minhas asas e tornar esta experiência muito mais rica e desafiadora.

Aos/as companheiros/as da Turma Dom Tomás Balduino da Residência Agrária da UFG - Campus Cidade de Goiás, coletivo fundamental para o início da caminhada no mestrado. À Janaína Tude Sevá por todo incentivo para minha investida no campo das ciências sociais e ingresso no CPDA/UFRRJ.

À Núbia Cardoso, pela partilha de vida e pelas valiosas contribuições à algumas discussões que atravessam este texto.

Aos/as amigos/as e professores/as do CPDA/UFRRJ pelo acolhimento, pelos pequenos e grandes momentos proporcionados pelo Programa. Em especial à Rita Fagundes e ao Rodrigo Kummer, com quem tivemos a felicidade de descobrir e vivenciar a Ilha de Paquetá entre o caminhar das horas, o correr da bicicleta, uma viagem barca e outra.

Aos/as companheiros/as da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidade Extrativistas - CODECEX e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM, pelo apoio e confiança e pela compreensão diante de minhas ausências na etapa final de elaboração do texto.

Aos/as companheiros/as da Cáritas Diocesana de Almenara - Baixo Jequitinhonha, especialmente à Cau e ao Juan, por todo suporte durante as atividades de campo da pesquisa.

À Iara Fraga, ao Tiê e ao Acauã, por proporcionarem boas companhias e descobertas tão inspiradoras nas travessias entre sertões e mares.

Aos/as amigos/as que vivenciaram e vivenciam a experiência do Grupo Aranã de Agroecologia, coletivo responsável por meus primeiros contatos com grupos camponeses e movimentos sociais do Vale do Jequitinhonha - MG.

Ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato da UFVJM e ao prof. Claudenir Fávero (Paraná), por todas contribuições em minha formação acadêmica e profissional.

À Luiza e ao Toquinho, pelo auxílio nas transcrições das entrevistas e confecção dos mapas da pesquisa.

À querida Thalita, por toda poesia: belas andanças, companheirismo e bons sentimentos.



Tela de Gildásio Jardim, artista do Vale do Jequitinhonha - MG

*"E esse sertão não é feito apenas de aridez e provação..."*

J. G. Rosa





Seu Manelzinho, da comunidade Paraguai - MG. Foto: autor, março de 2016.

*"Um olhar algo mais complexo e interativo sobre os horizontes dos mundos rurais deveria convidar-nos a uma leitura não tanto do que, real ou ilusoriamente, domina espaços e campos de relações rurais, mas do que, em seus intervalos e de maneira bem mais ativa e diferenciada do que podemos imaginar, existe ainda, resiste e se renova, para reocupar espaços e reinventar formas de ser e viver no campo."*

Carlos Rodrigues Brandão

## RESUMO

MOREIRA, Gabriel Dayer Lopes de Barros. **No caminho para a roça havia um mundo:** territorialidades e recriações camponesas na comunidade Paraguai, Baixo Jequitinhonha – MG. 2017. 149 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

A leitura das paisagens rurais do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, revela modificações decorrentes de conflitos ambientais e de processos de cercamento e expropriação territorial de comunidades camponesas. Mas mesmo em um cenário de grandes ameaças e risco de desterritorialização, as dinâmicas sociais e ecológicas dos grupos camponeses têm sido capazes de engendrar, em contextos específicos, processos dinâmicos e interativos de re-territorialização e de recriação de identidades e formas de vida. Esta dissertação tem por objetivo analisar a experiência coletiva dos moradores e moradoras da comunidade Paraguai, situada na região do Baixo Jequitinhonha, em Minas Gerais, em seu processo de (re)construção como um grupo social. Esta região, historicamente marcada pelas fazendas de criação de gado, pelo trabalho agregado e por um campesinato móvel apresenta, na atualidade, um quadro geral marcado pelo relativo enfraquecimento do mandonismo dos fazendeiros. Ao mesmo tempo, é possível observar a emergência de novas formas de organização e de luta sociais protagonizadas por comunidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais do campo. Em decorrência dos cercamentos, intensificados sobretudo a partir da década de 1970, as famílias da comunidade Paraguai vivem *num aperto danado* e reconstroem de forma muito dinâmica suas ecologias e espaços de vida. Tal reconstrução mobiliza um conjunto heterogêneo de elementos, revitaliza e ressignifica tradições, ampliando com isso as margens de manobra para a existência social em um contexto marcado por restrições e assimetrias de poder. A reterritorialização e as recriações camponesas nesta comunidade encontram-se fortemente ancoradas no parentesco, na religiosidade e no pertencimento ao lugar. Esse processo mobiliza múltiplas estratégias de manejo agroambiental, práticas relacionadas à conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, de inspiração agroecológica, bem como a valorização da identidade quilombola e a afirmação do direito ancestral ao território. Compreendem também a inserção em redes e articulações sociais em diferentes escalas, o que nos leva a refletir acerca de uma ampliação do próprio sentido de "lugar" e da "comunidade" como espaços de existência.

**Palavras chave:** campesinato, território, estratégias de recriação camponesa, comunidade, agroecologia, quilombola.



## ABSTRACT

MOREIRA, Gabriel Dayer Lopes de Barros. **In the way to the *roça* there was a world: territorialities and peasant recreations in the community of Paraguai, Baixo Jequitinhonha-MG. 2017.** 149 p. Dissertation (Master in Social Sciences) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

Reading the rural landscapes of the Jequitinhonha Valley, in Minas Gerais, reveals changes due to environmental conflicts and processes of enclosure and territorial expropriation of peasant communities. But even in a scenario of great threats and risk of deterritorialization, the social and ecological dynamics of peasant groups engenders, in specific contexts, dynamic and interactive processes of re-territorialization and re-creation of identities and forms of livelihood. This dissertation aims to analyze the collective experience of people living in Paraguai community, located in the region of Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, in their process of (re) construction as a social group. This region, historically marked by cattle ranches, resident farm workers (*agregados*) and by a mobile peasantry, nowadays presents a general picture marked by the relative weakening of the ranchers' command. At the same time, it is possible to observe the emergence of new forms of social organization and struggle carried out by communities, civil society organizations and social movements in the countryside. As a result of the enclosures, intensified especially since the 1970s, the families of the Paraguai community cope with tight living areas and rebuild, in a dynamic way, their ecologies and spaces of life. Such reconstruction mobilizes a heterogeneous set of elements, rescues and resignifies traditions, widening the margins of maneuver for social existence in a context marked by constraints and asymmetries of power. Reterritorialization and peasant recreations in this community are strongly anchored in kinship, religiosity and place attachment. This process mobilizes multiple strategies of agro-environmental management, practices related to the conservation and sustainable use of agrobiodiversity, with agroecological inspiration, as well as the valorization of the *quilombola* identity and the affirmation of the ancestral right to the territory. They also encompass the insertion in social networks and articulations at different scales, leading us to reflect on an amplification of the meaning of "place" and "community" as spaces of existence.

**Key words:** peasantry, territory, peasant recreations, community, agroecology, quilombola

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Data grafada no tronco do pé de seriguela no setor São Francisco.....	19
<b>Figura 2.</b> Morador e jovens da comunidade Paraguai traduzindo o mapa da comunidade. ....	25
<b>Figura 3.</b> Reportagem do jornal Estado de São Paulo, edição de 10 de janeiro de 1982. ....	28
<b>Figura 4.</b> Apanhadora de flores sempre-vivas da região de Diamantina.....	31
<b>Figura 5.</b> Representação espacial do complexo grotá-chapada. ....	32
<b>Figura 6.</b> Paisagem do Baixo Jequitinhonha .....	33
<b>Figura 7.</b> Movimentos sociais exigem a condenação de Adriano Chafik .....	35
<b>Figura 8.</b> Placa indicativa na entrada da comunidade Paraguai.. ....	37
<b>Figura 9.</b> O terreiro <i>em comum</i> em um grupo de vizinhança do setor São Francisco .....	41
<b>Figura 10.</b> Mapa da comunidade Paraguai. ....	43
<b>Figura 11.</b> Mapa original, exposto na parede do Centro Comunitário.. ....	44
<b>Figura 12.</b> Cruzeiro em um cemitério da comunidade.. ....	45
<b>Figura 13 e 14.</b> Mulheres raspando mandioca e o <i>mutirão</i> .....	49
<b>Figura 15.</b> A prática do futebol é uma das principais atividades esportivas e de lazer para as crianças e jovens de Paraguai.. ....	52
<b>Figura 16.</b> Crianças na escola da comunidade Paraguai .....	56
<b>Figura 17.</b> Educando/as, educadores/as e outros/as apoiadores/as resistem à reintegração de posse na EFA Bontempo .....	57
<b>Figura 18.</b> Dia de feira. Sábado, no Mercado Municipal de Felisburgo .....	58
<b>Figura 19.</b> Sexta-feira. Mulheres no terreiro preparando produtos para a feira .....	60
<b>Figura 20.</b> Moradora preparando produtos para feira. Foto: autor, nov. 2016. ....	61
<b>Figura 21.</b> Na banca de feira. Agricultoras/as de Paraguai comercializando seus produtos..	63
<b>Figura 22.</b> Mapa dos limites do município Jequitinhonha em 1938 .....	72
<b>Figura 23.</b> Caminho na comunidade Paraguai.....	83
<b>Figura 24.</b> Cercas e bois do <i>fazendeiro</i> Maurício.....	89
<b>Figura 25.</b> O retorno da <i>roça</i> .....	92
<b>Figura 26.</b> Dia de colheita de mandioca na roça do Boqueirão.....	104
<b>Figura 27.</b> Morador acendendo o fogo para torrar a farinha .....	106
<b>Figura 28.</b> Enleiramento de cisco na roça ao lado de uma moradia .....	108
<b>Figura 29.</b> Morador e suas sementes crioulas.....	112
<b>Figura 30.</b> Reunião no centro comunitário de Paraguai. ....	119
<b>Figura 31.</b> Termo de compromisso elaborado por moradores/as de Paraguai .....	120
<b>Figura 32.</b> Moradores de Paraguai durante o momento de troca de sementes na reunião de Araçuaí.....	122
<b>Figura 33.</b> Frente da escola da comunidade Paraguai .....	124

## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACPRQ	Associação da Comunidade Paraguai Remanescente Quilombola
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural
AMEFA	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ASFEJE	Associação dos Agricultores(as) e Artesãos Familiar Feirantes do Município de Jequitinhonha
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CCRP	Centro Comunitário Rural de Paraguai
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODECEX	Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRSAN	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
EFA	Escola Família Agrícola
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome
MinC	Ministério da Cultura
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato
N'GOLO	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais
ONG	Organização Não Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIMC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PCN	Processo de Comunidades Negras
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSAN	Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
REDE	Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativa
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIS	Rede de Intercâmbio de Sementes
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TIRFAA	Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UGT	Unidade Gestora Territorial
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

## CONVENÇÕES

Os trechos ou palavras em *itálico* ao longo do texto dizem respeito a depoimentos, expressões ou termos utilizados pelos/as interlocutores/as da pesquisa. Aspas duplas dão destaque a algum termo ou expressão.

## SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS .....	15
CAPÍTULO I. UM RIO, MUITAS MARGENS .....	28
CAPÍTULO II. A COMUNIDADE PARAGUAI "DE PERTO E DE DENTRO" .....	37
2.1. Família e organização socioespacial .....	39
2.2. <i>Cuidado para não deixar a pedra cair</i> : religiosidade, fé(sta) e organização popular ..	45
2.3. Formas de trabalho e práticas de ajuda mútua .....	48
2.4. Sobre juventude, sonhos e migração.....	52
2.5. Sábado-feira .....	58
CAPÍTULO III. COMPLEXIDADE SOCIOESPACIAL E TERRITORIALIDADES EM PARAGUAI .....	65
3.1. Chegaram os <i>primeiros</i> .....	65
3.2. <i>Uns ficavam mais parados, uns saíam, outros remavam por aqui mesmo</i> .....	68
3.3. O lugar da agregação .....	72
3.4. <i>Uma encrenca danada</i> .....	76
3.5. <i>Isso aí, pra mim, era escravidão</i> .....	79
3.6. <i>É um aperto só</i> : territorialidades e ambientes em Paraguai .....	83
CAPÍTULO IV. ANTENAS E RAÍZES: RECRIAÇÕES POLÍTICAS, ETNICO-TERRITORIAIS E ECOLÓGICAS EM PARAGUAI .....	92
4.1. Parcerias e articulação em redes .....	94
4.2. A tradição em movimento: a práxis agroecológica em Paraguai.....	101
4.3. Entre uma <i>reunião</i> e outra: participação e articulação política .....	115
4.4. Cada semente uma história: vivenciando a participação em rede .....	121
CONSTRUINDO PONTES: CONSIDERAÇÕES E RETICÊNCIAS .....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	136



## PRIMEIRAS PALAVRAS

Meu envolvimento com as questões regionais e camponesas do Vale do Jequitinhonha iniciou em 2003, ano em que ingressei no curso de graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, em Diamantina - MG (Serra/Alto Jequitinhonha). Apesar da formação acadêmica priorizada por este curso, orientada pelo viés positivista e produtivista, outras interações oportunizadas pelo ambiente acadêmico<sup>1</sup> alargaram as "margens" desse rio, ao propiciarem encontros com organizações, movimentos e grupos camponeses e indígenas do Vale.

Mediados por princípios e abordagens metodológicas do amplo campo da agroecologia, esses momentos teórico-práticos apresentaram-me a educação popular, a sociologia rural e os processos agrários do Jequitinhonha. As interconexões estabelecidas entre a academia e os lugares de vida desse campesinato foram, durante a graduação, as linhas que conectaram o meu mundo com o universo regional. E as vivências com diversos grupos sociais possibilitaram inúmeros aprendizados sobre as identidades e as territorialidades dos povos do Jequitinhonha.

Por ocasião de minha primeira atuação profissional, aproximei-me ainda mais da realidade da região: como assessor técnico na Cáritas Diocesana de Almenara, residi na cidade de Jequitinhonha (região do Baixo Jequitinhonha) entre 2012 e 2014. Esta experiência apresentou-me outras trilhas e sentidos, com ela vivenciei outro tipo de inserção em círculos camponeses e de movimentos sociais. Como articulador microrregional da Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro – Rede Agrobio<sup>2</sup> aproximei-me das iniciativas protagonizadas pelos/as moradores/as da comunidade Paraguai (Felisburgo - MG), particularmente daquelas associadas à conservação e promoção diversidade agrícola. As inovações e práticas agroecológicas experimentadas pela comunidade a tornaram uma referência regional e minha relação com Paraguai esteve associada à participação dos/as agricultores/as na Rede Agrobio.

Durante a permanência no Baixo Jequitinhonha eu havia percebido o número limitado de estudos e de informações sobre o universo rural daquela região. Além disso, as iniciativas agroecológicas, a inserção em redes sociopolíticas e o processo da *luta* quilombola vivenciados em Paraguai criavam uma atmosfera propícia para o debate a que me propunha para pesquisa na pós-graduação: investigar as conexões entre "agroecossistema" e "território" a partir de trânsitos multiescalares e da articulação com alguma experiência comunitária<sup>3</sup>.

Foram essas as motivações principais que me levaram a regressar ao município de Felisburgo, em março de 2016, para realizar uma *reunião* em Paraguai e apresentar uma proposta de pesquisa. Talvez em razão do trabalho anterior como assessor da Cáritas, ou, quem sabe, pelo ineditismo daquela conversa (a comunidade nunca havia participado de um estudo de pós-graduação), a proposta foi prontamente acolhida. Mas os/as moradores/as também apresentaram suas "demandas" e as expectativas giravam em torno da *luta* pelo reconhecimento do território ancestral e pela garantia de direitos sociais. Quanto mais pessoas

---

<sup>1</sup> Em especial as vivências no Grupo Aranã de Agroecologia e no Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato - NAC da UFVJM, propiciaram inúmeros momentos de formação política, de pesquisa-extensão e de interlocução com movimentos sociais.

<sup>2</sup> A Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro é constituída por agricultores/as, povos tradicionais, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações, organizações, técnicos e pesquisadores. As organizações que compõem a Rede desenvolvem ações no campo da agroecologia há mais de 20 anos, abarcando iniciativas voltadas à valorização, uso e manejo sustentável da (agro)biodiversidade e de promoção da agroecologia no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, MG.

<sup>3</sup> Essa inquietação inicial se manteve, e, em alguma medida, é discutida nesta dissertação. No entanto, como veremos adiante, a vivência na comunidade Paraguai e a interlocução com seus/as moradores/as ampliaram sobremaneira o escopo deste estudo.

*ajudando* melhor, informavam-me. No decorrer das atividades de campo da pesquisa, percebi que no contexto daquela *reunião*, a palavra *ajuda* representava uma certeza: a da relevância das relações com o mundo acadêmico para a visibilidade das questões reivindicadas pelo grupo.

Assim começou a estória da pesquisa em Paraguai que se desdobrou, literalmente, em muitos outros capítulos. Como veremos, a interlocução com os agentes comunitários traduziu-se como um campo fértil e aportou muitos elementos para compreensão das "geo-grafias" e das identidades que permeiam a vida do campesinato no Baixo Jequitinhonha. Como assinala Porto-Gonçalves (2001) as geo-grafias remetem a distintas possibilidades de grafar a terra, conformar territórios e territorialidades, ou seja, diferenciadas formas de ser, se relacionar, conceber e experienciar o(s) mundo(s).

### **Entre a roça e o mundo: o problema de pesquisa**

As recriações socioculturais, políticas e ecológicas do campesinato do vale do rio Jequitinhonha estão espacial e temporalmente associadas a uma gama de estratégias vivenciadas, experimentadas e partilhadas por agentes e coletividades. As trajetórias dos grupos humanos ao longo desse rio, conformam enredos territoriais complexos, que se encontram mais ou menos conectados entre si, com a lógica político-administrativa do Estado e com o território-rede global. Analisar tais enredos pressupõe uma aproximação com o modo como essas relações são traduzidas pelos agentes (na *roça*), sem distanciar-se de outras relações e dos processos que conformam uma experiência comum compartilhada e que transcendem o local (no *mundo*).

Partindo-se do empírico e da literatura acadêmica é possível perceber configurações sociais<sup>4</sup> diferenciadas e entrecruzadas dos povos que habitam e transitam a região do Jequitinhonha. Tais configurações podem ser visualizadas tanto em situações de grande tensionamento social quanto na vida cotidiana, onde repertórios de ação mais sutis e formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2004; COMERFORD, 1999) são acionados pelos agentes. Esses repertórios ancoram-se em códigos e entrelaçamentos nem sempre facilmente identificáveis. A própria palavra "luta", lembra Comerford (1999), pode adquirir diferentes significados face a contextos e circunstâncias vivenciados.

Como em muitas realidades latino-americanas, no Jequitinhonha feições do amplo espectro da existência camponesa podem ser notadas no encontro entre lógicas espaciais evidenciadas como distintas frente à iminência (ou recorrência) de expropriação territorial e privação (ou restrição) do acesso a bens comuns - como água, terra e biodiversidade. Desde os primeiros contatos com os/as moradores/as da comunidade Paraguai, situada no Baixo Jequitinhonha, detectei uma realidade não muito distante de tantos outros campesinatos existentes no Brasil e no mundo: grilagem de terras, avanço das cercas e expropriação territorial. Sem destoar o tom, Leonardo<sup>5</sup>, morador da comunidade, afirmava durante uma

---

<sup>4</sup> Elias e Scotson (2000, p.184) sinalizam que: "Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irredutíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas".

<sup>5</sup> Visando a não exposição dos/as moradores/as da comunidade pesquisada, os nomes apresentados nesta dissertação são fictícios.

reunião da Rede Agrobio em 2013: "*Estamos encurralados, as melhores terras estão com os fazendeiros. O maior problema que temos é a cerca*"<sup>6</sup>.

Três anos após essa reunião, a experiência de pesquisa em Paraguai apresentou-me os limites do "labirinto" que se tornou a comunidade e que estava expresso nas palavras daquele morador. Cercas de seis fazendas se aproximam das moradias camponesas, ambientes agrobiodiversos contrastam com pastagens degradadas e todas as fontes de água potável da comunidade estão sob domínio dos *fazendeiros*<sup>7</sup>. Sob o fio condutor das dinâmicas e das metamorfoses da modernidade capitalista, uma possibilidade interpretativa desse processo social encontra-se no que David Harvey, apoiado em Rosa Luxemburgo, cunhou como acumulação por espoliação (ou despossessão)<sup>8</sup>.

Aliadas a algumas leituras nos campos da Sociologia Rural e da Geografia Agrária brasileiras, essa lente permite analisar a reprodução social do "camponês-trabalhador-para-o-capital" considerando, como variantes, graus de subordinação, resistência e autonomia relativa do campesinato. Há, todavia, outras formas de se navegar e de visualizar o movimento das águas. Como afirma Carlos Rodrigues Brandão,

Devemos, portanto, desconfiar dessa expansão sem limites e não-questionável, ou fracamente questionadas da lógica do capital flexível conduzido sobretudo pelas unidades de expansão do agronegócio em suas diferentes fases e faces. Em primeiro lugar porque há, diante dela, por toda a parte, uma resistência ativa de grupos e comunidades expropriados por ela. Em segundo lugar porque há também uma outra resistência menos ativa, menos mobilizada, mas nem por isso menos "resistente". (BRANDÃO, 2007, p.41)

Vista desse ângulo, muito mais que cerceamentos, a experiência de Paraguai apontou-me um campo socioecológico e político de contornos flexíveis e tracejados, constantemente redesenhados na trajetória do grupo social. Sem prescindir dos aportes de natureza macroanalítica, visualizar as dinâmicas sociais camponesas "de perto e de dentro" (MAGNANI, 2002; COMERFORD et al., 2015) levou-me a não pressupor ou superestimar portos de saída ou de chegada. Ou melhor, a perceber que a definição mesma de um referencial está permeada por relações sociais e de poder.

Sublinha-se que os sentidos de existência e de comunidade acionados neste estudo afastam-se da possibilidade de um suposto "encapsulamento" sociocultural e espacial. Como buscaremos demonstrar, uma posição de total isolamento não se sustenta, nem mesmo, quando limites são pretensamente determinados e rigidamente controlados por um ator. Para Brandão e Borges (2014), a característica primeira da "comunidade tradicional" não está tanto em sua tradicionalidade, mas em sua "*autonomia, autoctonia e a cultura de resistência*", reveladas pelo fato de "*uma comunidade de povoadores de um território poder reclamar o*

---

<sup>6</sup> Relato presente no boletim Agrobiodiversidade e Prosa (n.2, out. 2013) referente ao encontro "Avaliação dos Cenários climáticos e consequências para a agrobiodiversidade", ocorrido de 19 a 21 de março de 2013 em Araçuaí, Vale do Jequitinhonha - MG.

<sup>7</sup> Trata-se de uma categoria nativa que será melhor trabalhada no Capítulo 3.

<sup>8</sup> Ao propor o conceito de acumulação por espoliação, David Harvey (2005) atualiza a "acumulação primitiva" e abre trilhas interpretativas para a compreensão do avanço capitalista em tempos recentes. Enfatiza o autor que as características mencionadas por Marx continuam presentes, e podem ser evidenciadas na expulsão de populações camponesas, mas que é possível identificar, na atualidade, mecanismos novos e mais aprimorados ("novos cercamentos"), que permitem a continuidade da reprodução capitalista. Se, ao tratar do papel do Estado no nascimento do capitalismo, Marx notou que "A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. [E que] ela mesma é uma potência econômica" (MARX, 1996, p.370); em tempos neoliberais, Harvey percebe que "o cordão umbilical que une a acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhes dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado" (HARVEY, 2005, p.126).

'ser daqui', ou 'estar aqui' desde tempos imemoriais ou, pelo menos, desde 'a chegada do estranho'" (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 15). A afirmação, sob inspiração deleuziana<sup>9</sup>, de Rogério Haesbaert sobre os dilemas espaço-territoriais contemporâneos parece igualmente relevante nesse debate:

O espaço contíguo, o lado a lado, não pode ser visto como simples superfície, homogênea, mas como "patamar", platô ou "dobra" dentro de um conjunto muito mais amplo de articulações, dotado sempre de conflitos, de espessura e de profundidade. Supera-se assim toda uma visão do espaço enquanto mera superfície, em que ao estabelecer uma zona bem delimitada trabalha-se apenas com esse espaço enquanto área homogênea. (HAESBAERT, 2014a, p.14)

No período de atividades da pesquisa, transitei com os/as agentes por diversos ambientes e busquei analisar as relações sociais e de poderes desde suas experiências, tendo como referência a seguinte tese: a diminuição de áreas e a restrição de uso de bens territoriais comuns (terra, água e biodiversidade), intensificadas em Paraguai há cerca de meio século, têm sido acompanhadas por modificações no conjunto de relações sociais. A intensidade e a magnitude alcançadas pelos efeitos dos cercamentos e da destruição ambiental exigiram recriações territoriais, ecológicas e identitárias. É possível identificar, em meio a uma série de pressões, um conjunto diversificado de estratégias que se articulam nessas recriações. Algumas foram elaboradas no trânsito em redes de maior ou menor alcance (interfaces com outros atores e organizações) e outras em inovações e interatividades observadas no lugar de vida.

### **Nem na saída, nem na chegada: o tecer teórico-metodológico**

O senhor Palomar está procurando agora limitar seu campo de observação; se tem presente um quadrado de, digamos, dez metros de praia por dez metros de mar, pode levantar um inventário de todos os movimentos de ondas que ali se repetem com frequência variada dentro de um dado intervalo de tempo. A dificuldade está em fixar os limites desse quadrado, porque, por exemplo, se ele considera como o lado mais distante de si a linha em relevo de uma onda que avança, essa linha ao aproximar-se dele irá, erguendo-se, ocultar de sua vista tudo o que está atrás; e eis que o espaço considerado para exame se destaca e ao mesmo tempo se comprime.

Italo Calvino, Palomar

O *tempo da manga* estava em seu início. Na comunidade Paraguai, as famílias cultivam principalmente pés de três *variedades* do fruto, identificadas como *fiapenta*, *espada* e *umbu*. Após uma manhã de visitas e entrevistas, retornei para a moradia que me acolheu durante o período de campo (a de Maria, no setor São Francisco) e sentei-me sob uma árvore para experimentar alguns frutos. Observei com mais atenção, naquele instante, o grande número de datas talhadas no tronco do pé de Seriguela que oferecia sombra. No dia anterior, Margarida, que reside naquele setor, havia comentado sobre o costume de desenhar datas no tronco daquela árvore. Isto ocorre durante os bons encontros com parentes/amigos e é importante, pois, *assim que bate o olho já vem a lembrança daquele encontro*. Explicou, ainda, que o período de tempo necessário para a árvore recompor sua casca era superior àquele necessário para ocorrência de novos encontros. Assim, o caule nunca ficava sem uma marcação. Pelo contrário: trazia à tona múltiplas lembranças.

---

<sup>9</sup> Em seu texto Rogério Haesbaert se refere à obra "A dobra: Leibniz e o barroco", de Gilles Deleuze.



**Figura 1.** Data grafada no tronco do pé de Seriguela no setor São Francisco. Foto: autor, out. 2016.

Assim como um enredo revelado por encontros e recordações, o processo de pesquisa apresentou muitas idas e vindas, no tempo e no espaço. Foi orientado por marcas sociais/espaciais e marcos históricos que emergiram de inúmeras descobertas durante a vivência na comunidade e na interação com autores/as de diferentes áreas do saber. Com moradores/as de Paraguai, transitei pelos caminhos do Jequitinhonha, da *Mata*, das reuniões, da horta, da roça e da feira. Trilhas acadêmicas também foram abertas. Construir um referencial analítico capaz de dialogar, efetivamente, com o campo, interconectando diversos domínios disciplinares (sobretudo a sociologia, a antropologia e a geografia) é, sem dúvida, um trabalho muito desafiador para os curtos anos de mestrado. Ao mesmo tempo, o "tempo do mestrado" impôs limites à minha permanência no campo.

O foco, a princípio e aparentemente nítido, se mostrou insuficiente na medida em que se complexificavam os apontamentos oriundos das atividades de campo. Era como se a experiência vivenciada pelos atores "exigisse" uma espécie de focalização mais descentrada para revelar-se mais plena.

[...] quando falamos de foco, ao mesmo tempo estamos dando ênfase a uma determinada perspectiva ou forma de olhar, de abordar nossa questão ou "objeto" (termo perigoso na medida em que, numa leitura relacional, pretendemos superar a dicotomia sujeito/objeto), não ignoramos as demais possibilidades de "focalização" - o que implica sempre a existência de outros elementos que, ainda que "fora de foco", ali continuam presentes. (HAESBAERT, 2014b, p.42)

Incorporar alguns elementos "fora de foco" e relacioná-los com uma temática central foi, diante disso, a maior "aposta" deste estudo. Sem distanciar do problema primeiro, abrimos, assim, a lente e diversificamos olhares. Frente a impossibilidade teórica de congregarmos todos os elementos de uma realidade social multifacetada e em movimento, os maiores limites e as maiores potencialidades do estudo talvez estejam relacionados à capacidade de se articular o conjunto de elementos priorizados e as contingências do trabalho de campo.

Não é demais lembrar que, em muitas situações, uma pretensa interpretação da "totalidade" pode volver-se arbitrária e um conceito unívoco, dado como absoluto, rapidamente perder sua capacidade explicativa frente às dinâmicas sociais. Sob o ponto de vista epistemológico, o próprio conhecimento científico rogou para si um reino totalitário na medida em que demarcou claramente fronteiras e conquistou o privilégio de definir o que é conhecimento válido (SOUZA SANTOS et al., 2004), invisibilizando grande parte das constelações de saber experimentadas pela humanidade. Encontram-se neste limbo as sabedorias e a memória biocultural dos camponeses e povos indígenas latino-americanos (TOLEDO E BARRERA-BASSOLS, 2008).

Diante desse entendimento, mais que evidenciar conceitos supostamente mais precisos para um enquadramento dos agentes e das realidades sociais, importa socializar os acontecidos, as inspirações e os aprendizados. Movimenta-se, a seguir, entre descobertas teóricas e empíricas que, articuladas sobre a base comum da proposta de investigação, foram incorporadas, e, por vezes, ampliaram o escopo do estudo. Ao socializar os (des)caminhos, as inquietações e as tomadas de decisão nessa travessia sempre inacabada, busca-se demonstrar como a atividade de pesquisa ganhou movimento e se ritmou. E, neste compasso, como se deu a construção de nosso quadro de análise.

## O "fazer-se" da pesquisa

Ao caminhar, miramos o horizonte (teórico) sem desprender pés e chão: as implicações advindas de interações, negociações e confrontos sociais são pensadas e sentidas nos espaços de vida. No chão de mundo, mulheres e homens experienciam mais diretamente campos de conflitividade e de possibilidades que os/as desafiam e são por eles/as desafiados. É a partir dessas experiências que interconexões são estabelecidas com outros atores e redes, aliando, assim, *antenas*<sup>10</sup> e raízes (PORTO-GONÇALVES, 2000).

Desde nosso ângulo de visada, a multiescalaridade e a multiterritorialidade<sup>11</sup> que perpassam as opções sociopolíticas e ecológicas na comunidade Paraguai se apresentaram de forma mais nítida nas recriações sociais relacionadas à conservação e defesa de bens comuns e a afirmação coletiva da identidade quilombola; ambos oferecem respostas à expropriação territorial vivenciada pelo grupo. Nas reflexões acerca dos trânsitos escalares, aportes do campo da microhistória são particularmente inspiradores. Jacques Ravel (2010), ao discutir contribuições da abordagem microhistórica, afirma que o princípio da variação de escalas importa mais do que a escala em si. Lembra este autor que "*variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama*" (REVEL, 2010, p.438).

Não importa a este estudo a infundável busca por uma instância última de determinação das relações societárias e humanas (político-econômica e exógena ou simbólica-cultural e endógena). Entende-se que na fronteira permeável onde os conflitos e as identidades sociais podem se apresentar como indicadores e catalisadores dos processos políticos, estamos

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que o termo *antena* é acionado no saber-fazer político dos movimentos sociais do semiárido mineiro, particularmente daqueles que compõe a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Nesta, ele se refere justamente aos representantes comunitários e de movimentos sociais que participam das reuniões desta rede de articulação política.

A Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, aglutina povos indígenas, vazanteiros, geraizeiros, caatingueiros, veredeiros, quilombolas e apanhadores de flores sempre vivas, do Norte de Minas e da Serra (Alto Jequitinhonha). Esta articulação tem como foco a luta pelo reconhecimento social das identidades e dos territórios tradicionais nessas regiões.

<sup>11</sup> De acordo com Rogério Haesbaert, "[...] se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade." (HAESBAERT, 2012, p.344).



sempre diante de escalas simultaneamente macro e micro sociológicas, históricas e geográficas. Note-se, portanto, que o "sentido territorial" preconizado não se refere às formas atomizadas e essencializadas, como um território zonalmente bem delimitado e/ou a uma comum-unidade supostamente coesa e/ou uma identidade fixa e/ou uma natureza naturalizada. Se estas noções se fazem presentes é porque as presenças mesmas sinalizam a complexidade das disputas políticas no plano das representações, teorizações, discursos e nas práticas do dia a dia. Frente a isto, mais do que também imobilizar-me fui provocado a buscar referenciais teóricos mais "abertos", que possibilitassem problematizar conceitos e dialogar com a realidade em tela.

Almejei, dessa forma, alcançar solos mais propícios ao encontro das objetividades e sutilezas das "raízes políticas" (ou rizomas, em sentido deleuziano) cultivadas pelo grupo social, que escapam entre múltiplos níveis e escalas. Em outros termos: buscar caminhos onde o "território da prática" dos agentes se aproxime do "território como unidade de análise" do pesquisador, oportunizando o uso compartilhado de conceitos. No que se refere ao próprio conceito de território, confluímos para uma visão mais ampla e integradora apresentada pelo geógrafo Rogério Haesbaert:

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais "concreta" e "funcional" à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica". Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode "territorializar-se" através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com "seus" espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. (HAESBAERT, 2012, p.95-96).

Por outro lado, o sentido de prisão associado ao território, como metaforicamente aludiu Claude Raffestin<sup>12</sup>, é especialmente problemático para o contexto latino-americano. Nesta realidade, desde a década de 1980, o conceito de território emerge com extrema força política-epistêmica na ação dos movimentos sociais (ESCOBAR, 2014; CRUZ, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2006). Surge em contextos que apenas o imaginário de "terra" e de "camponês" se mostram insuficientes para responder às mudanças institucionais, econômicas e políticas, como demonstra Arturo Escobar ao estudar as comunidades negras do Pacífico Colombiano. Para os ativistas do Programa Comunidades Negras da Colômbia, bem distante de prisão, o território está associado à "*vida, alegría y libertad*" (ESCOBAR, 2010, p.339).

O território pode, então, ser compreendido como um espaço geográfico apropriado e dominado<sup>13</sup> a partir de interconexões político-simbólicas. Considera-se, portanto, seu caráter múltiplo e relacional, libertando-o da noção-cárcere que muitas vezes o submete ao poder soberano e às fronteiras nitidamente definidas pelo Estado-nação (noção cristalizada, sobretudo, pelas ciências políticas e econômicas). Ademais, a dimensão relacional do território vincula-se a sua capacidade de abarcar a complexa correlação entre processos sociais e espaço material (HAESBAERT, 2011, p.56). A interdependência entre as dimensões ecológicas, sociais e políticas entram, assim, em cena.

Ao atentar para as práticas e estratégias agroalimentares em Paraguai, deparei com um conjunto articulado de questões. Nele, encontram-se discussões associadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais à agrobiodiversidade e aos conhecimentos associados (SANTILLI, 2009), à soberania alimentar (CUÉLLAR et al., 2013) e aos sistemas agrícolas

---

<sup>12</sup> "O espaço é a "prisão original". O território é a prisão que os homens constroem para si." (RAFFESTIN, 1993, p.144).

<sup>13</sup> A distinção entre apropriação e dominação nas proposições de Rogério Haesbaert provém do pensamento de Henri Lefebvre, que considera a primeira como "um processo mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso" e, o segundo, como "mais objetivo, funcional e veiculado ao valor de troca" (HAESBAERT, 2014b, p. 57).

como patrimônios genético e cultural da humanidade (EMPERAIRE et al., 2008b). Inscrevem-se também aqueles acerca dos processos de transição agroecológica (SCHMITT, 2013). Todos estes debates entrelaçam-se na teia política que perpassa a comunidade.

Cumpramos ressaltar que as linhas elaboradas por E. P. Thompson (1998; 2011) foram as que mais me alertaram quanto ao risco de generalizações. Seja tratando do conceito de "classe" ou daquele de "cultura popular", o autor adverte que eles "se esvaziam" quando não são considerados os contextos específicos e históricos onde emergem. A classe acontece, nos informa Thompson (2011), sobre o solo-comum da experiência, onde atores sociais vivenciam e articulam identidades e interesses entre si, em contraste com outros interesses que aos deles diferem/opõem. Por seu turno, a cultura não se restringe, na visão do autor, ao um sistema (fechado) por "tradições",

[...] é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos que somente sob uma pressão imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante - assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo "cultura", com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p.17).

As interações entre os chamados grupos "dominantes" e os "dominados" não são visualizadas, neste estudo, apenas por meio de uma dualidade gerada pelo conflito. Busca-se percorrer suas nuances e colocar em relevo negociações e (des)acordos que complexificam tais enredos. Convém sublinhar: aquilo que no início da travessia se apresentou como conflito, no decorrer figurou-se como conflitividade e complexidade territorial. Isto é, deslocamos o olhar da situação de conflito e alcançamos uma dinâmica permanente, múltipla e de contornos variáveis que atravessa simbólica e materialmente a realidade estudada.

Conceber o espaço como um "lugar de encontro", foi um dos frutos da interação com o trabalho da geógrafa Doreen Massey (2015). Da mesma forma que a classe, para o Thompson, para ela o espaço é sempre processual. *"Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora"* nos recomenda a autora, como se aconselhasse. Massey percebe ainda o espaço geográfico como um produto de interrelações (*"desde a imensidão global até o intimamente pequeno"*) e como possibilidade da existência da multiplicidade (*"esfera na qual distintas trajetórias coexistem"*) (MASSEY, 2015, p. 29). É neste campo aberto, atravessado por fluxos e interações, que determinados ambientes políticos, dispersões e encontros estabelecem as condições para que identidades afluam. Estão aqui os atributos "estratégico e posicional", agregados ao conceito de identidade de que nos fala Stuart Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma "identidade" em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2014, p.109)

Particularmente no que tange à identidade *quilombola*, nos termos em que se apresenta na comunidade Paraguai, os escritos do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida

trouxeram importantes subsídios. Indo para além do âmbito discursivo, este autor afirma que a categoria quilombo se afirma por meio da existência coletiva:

os agentes sociais que se autorem representam ou são definidos, direta ou indiretamente, através da noção de **quilombo**, evidenciam que ela adquire sentido ao expressar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apossamento e uso dos recursos naturais e de sua territorialidade, descrevendo uma nova interlocução com os aparatos de poder (ALMEIDA, 2011, p.47, grifo do autor).

Lança-se, dessa forma, luzes sobre as relações existentes entre a construção de discursos, identidades e de territórios específicos. Ao libertamos os atores e grupos sociais autoidentificados como *quilombolas* do peso das correntes que os prendem necessariamente ao passado, é possível visualizar o futuro como possibilidade. É o que nos mostram as opções político-epistêmicas do Programa Comunidades Negro do Pacífico Colombiano - PCN, ao articular o "projeto de vida" (associado ao conceito de território) ao "projeto de mundo" (associado ao território-região e às redes estabelecidas pelos movimentos sociais) (ESCOBAR, 2010).

Percebê-los (os agentes no espaço) em seu devir, em sua diferença, em sua ação sempre transformadora, convidou-nos a evidenciar a teia de poderes que permeia o espaço e anuncia o território. Para Michel Foucault o "*poder se exerce mais que se possui*" e não se trata de um privilégio da classe dominante. O poder, neste horizonte, deve ser concebido mais como uma estratégia do que como uma propriedade estando, também, sempre associado à resistência:

Esse poder [...] não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que "não têm"; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. (FOUCAULT, 1987, p.29)

Explicitar tal inclinação, todavia, não solucionava por completo as minhas questões. Como problematiza o próprio Foucault: "*Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder*" (FOUCAULT, 2014, p.370). Serão discutidas, a seguir, algumas escolhas metodológicas que orientaram as diferentes etapas da pesquisa.

## **O lugar da pesquisa e a pesquisa no lugar**

Rejeitando a pseudoneutralidade e a linearidade da ciência moderna/positivista é possível conceber a construção de conhecimentos como um processo interacional e permeado por interpretações possíveis (onde saberes e poderes são retroalimentados). Neste sentido, opções metodológicas podem contribuir para estreitar o campo de entendimento ou para dar visibilidade às complexidades das existências, identidades e lutas sociais. Lançamos mão da perspectiva transdisciplinar e intercultural na produção do saber, movimentando-se entre contribuições de diferentes planos disciplinares e cotidianos.

Mais que mera afirmação retórica, situar os atores como coparticipantes do "fazer-se" da pesquisa e como protagonistas dos processos sociopolíticos que empenham, significa estar aberto para possibilidades de rearranjos no decorrer da investigação. Assim, como resultado da interação entre pesquisador, agentes sociais e contexto, maior ou menor ênfase pode ser dada a determinados aspectos. E, estes diferentes aspectos, percebidos durante as atividades

de campo, podem demandar distintas estratégias teórico-metodológicas. Acrescenta-se, concordando com Mariza Peirano, que

a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem [...] da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. (PEIRANO, 2014, p.379).

Ao possibilitar "olhar, ouvir e escrever" de outros modos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) a mirada etnográfica contribuiu para a análise mais sensível e próxima do lugar de vida dos/as agentes sociais. Os elos estabelecidos a partir dessa aproximação orientaram a construção da problemática de pesquisa. Nesta estratégia, a história oral situou-se como um "discurso dialógico" cuja ambivalência se expressa pelo que se ouve (fontes orais) e pelo que se diz ou se escreve (o pesquisador-ator) (PORTELLI, 2001). Como afirma Pacheco de Oliveira (2009), *"a pesquisa precisa contemplar em suas finalidades e no seu método, o caráter situacional e dialógico, que se constitui primariamente em um processo de comunicação"*. Além disso, este autor ressalta que

[...] é fundamental tomar a contemporaneidade como uma pressuposição fundadora. O campo precisa ser entendido enquanto uma verdadeira "situação etnográfica" (Oliveira, 1999), onde os atores interagem com finalidades múltiplas e complexas, partilhando (ainda que com visões e intenções distintas) de um mesmo tempo histórico. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2009, p. 9)

Não se trata, portanto, de uma mirada distanciada e supostamente isenta, tampouco pretendi "desvendar" por inteiro ou "traduzir" mundos. Ao recusar o papel de "tradutor" ou "criptógrafo", assumo a co-autoria e a co-responsabilidade daquilo expresso pelo texto (ALMEIDA, 2003). Importa grifar que a observação participante e a entrevista semiestruturada exerceram seus papéis ao lado de outras técnicas de pesquisa, como a análise de documentos históricos, a construção de mapas (Figura 2) e os registros fotográficos. Ademais, no que se refere às entrevistas, além daquelas mais longas e dirigidas por um roteiro, ocorreram outras menores e orientadas por temas específicos surgidos durante as atividades de campo ou que demandaram mais atenção.



**Figura 2.** Moradores da comunidade Paraguai traduzindo o mapa da comunidade. Foto: autor, out. 2016.

Ao possibilitar a diversificação de olhares, a adoção desse conjunto de ferramentas trouxe ganhos em amplitude e perdas em profundidade (entendida aqui como o leque de oportunidades oferecidas por determinada técnica). O curto período de permanência em campo foi um dos fatores que nos levaram a utilizar várias ferramentas. Assim, perdemos em algumas frentes, mas ganhamos na medida em que referenciais inicialmente "fora de foco" se incorporaram com o auxílio de instrumentos e procedimentos metodológicos. Ainda que se tenha um quadro geral, apresentado por um *fazendeiro*, não foi possível, por exemplo, uma caracterização atual e pormenorizada das fazendas que circundam Paraguai. No entanto, aspectos relativos à religiosidade e à juventude, inicialmente "fora de foco", se somaram na reflexão sobre a realidade comunitária.

Portanto, a pesquisa não se limitou ao vivido e ao percebido (ainda que estes sejam os principais marcos orientadores). Mais uma vez, a "história vista de baixo" pelo historiador Edward P. Thompson oferta grandes estímulos. Ainda que este autor não trabalhe diretamente com relatos orais, um dos principais ingredientes aqui adotados, a diversificação, o uso rigoroso e o intercruzamento entre fontes (documentos oficiais, obras de referência, cartas, atas de julgamentos, panfletos...) sugerem conexões entre histórias individuais e coletivas e despertam os olhos para "aquilo que não se vê".

Além do curto período do mestrado, a distância entre Felisburgo (município onde se localiza Paraguai) e a cidade do Rio de Janeiro (onde residi durante a maior parte da pesquisa) e os altos custos decorrentes, foram fatores que restringiram o número de visitas à comunidade<sup>14</sup>. Em contrapartida, o fato de conhecer boa parte das organizações/movimentos sociais do campo e já ter vivenciado a realidade regional, contribuiu no desenrolar da pesquisa.

---

<sup>14</sup> Cerca de 1400 quilômetros separaram as cidades do Rio de Janeiro e Felisburgo pelos caminhos que percorremos, sempre atravessando o Vale do Jequitinhonha. A última etapa de campo da pesquisa contou com o apoio financeiro do Edital de Apoio à Pesquisa Discente do CPDA/UFRRJ.

No decorrer da investigação, ocorreram três etapas de campo. A primeira e a segunda serviram para ajustar lentes e ponteiros, melhor dimensionar intenções, ensaiar métodos e realizar reflexões iniciais. A terceira etapa foi onde a perspectiva etnográfica esteve mais em evidência. Esses momentos, que desdobram em outros tantos na interconexão prática-teoria, estiveram ancorados em vivências em Paraguai (de casa em casa, no café proseado, na *rua*, na roça...) e em outros deslocamentos, entre eles, às *reuniões* organizadas por redes sociopolíticas das quais representantes comunitários participam.

Durante uma semana, no mês de outubro de 2015, realizou-se a primeira etapa, marcada pelos meus passos iniciais em Paraguai como pesquisador. Além da reunião de apresentação da proposta da pesquisa, percorri os diversos *setores* e conversei informalmente com alguns/as moradores/as. Participei também de uma primeira *reunião*, ocorrida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Felisburgo, que tratava sobre a proposta de criação de uma associação municipal de feirantes. Realizei, ainda, visitas e conversas com técnicos/as da Cáritas Diocesana de Almenara - organização que há mais de três décadas atua na comunidade - e com João da Mumbuca, liderança quilombola regional. Esses momentos exploratórios possibilitaram uma maior aproximação com a comunidade e primeiras problematizações da pesquisa, expressas num pequeno relatório intitulado "Comunidade Paraguai: considerações e reflexões primeiras".

Os oito dias da segunda etapa, ocorrida em março de 2016, contribuíram para estreitar laços com os agentes sociais, experimentar e refinar métodos. Foram realizadas as primeiras entrevistas, priorizando os/as moradores/as mais antigos/as. Estes/as recordaram fatos corriqueiros e episódios marcantes que se somaram na construção de uma narrativa sobre o território de parentesco no *tempo dos antigos* (apresentada no Capítulo 3).

Visitei também, na segunda etapa, órgãos públicos e bibliotecas municipais, a procura de documentos históricos que pudessem contribuir na edificação dessa narrativa. Participamos, ainda, de uma *reunião* da Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro em Araçuaí - MG (destacada no Capítulo 4).

A última etapa (16 dias, no final de outubro e início de novembro de 2016) foi o maior período de permanência em campo. Nesta etapa, ocorreu uma alteração no perfil etário entrevistados/as e as entrevistas foram orientadas por um roteiro semiestruturado (ANEXO 1). Realizou-se também uma entrevista com o único *fazendeiro* vizinho que tivemos contato em todo período da pesquisa e participei da feira livre de sábado. Sempre que possível e oportunizado pelo cotidiano, foram realizadas conversas informais em grupos.

Como veremos no Capítulo 2, a organização socioespacial das famílias de Paraguai pressupõe, além da comunidade, os setores e os grupos de vizinhança. Em todas as etapas fomos acolhidos na casa de Maria, agricultora e professora da escola local, que se diz *acostumada* a receber técnicos/as e estudantes que, por razões diversas, visitam Paraguai. O Quadro 1 apresenta a idade dos/as interlocutores/as de referência das moradias visitadas durante a pesquisa de campo.



**Quadro 1.** Perfil geral dos entrevistados/as durante o trabalho de campo. Elaboração: autor

Moradia	Participantes da entrevista (nomes fictícios)	Idade	Data da entrevista
A	Afonso	78 anos	16/03/2016 e 27/10/2016
B	Cássio	45 anos	03/11/2016
C	Marlene	46 anos	28/10/2016
D	Maria	43 anos	27/10/2016
E	Graça	30 anos	03/11/2016
F	Marta	30 anos	27/10/2016
G	Pedro	76 anos	16/03/2016
H	Mineiro	48 anos	26/10/2016
I	Mateus	50 anos	25/10/2016
J	Rita	40 anos	01/11/2016 e 04/11/2016
L	Adão	64 anos	08/11/2016
M	Zélia	53 anos	30/11/2017
N	Francisco	74 anos	19/03/2016 e 02/11/2016
O	Ricardo e Fernanda	30 e 17 anos	05/11/2016
P	Baiano	62 anos	30/11/2017

As quinze moradias visitadas representaram 42,8% do total das existentes em Paraguai, sendo três pessoas a média de residentes por moradia. Dentre os/as entrevistados/as, 56% foram homens e 44% mulheres. A amostra contemplou moradores/as de todos os setores da comunidade<sup>15</sup>, sendo selecionadas quatro moradias do setor Santo Antônio, quatro do setor Ventania e sete do setor São Francisco. Este último apresenta o maior número de moradores/as na comunidade.

Ressalta-se que além de moradores/as de Paraguai, foram entrevistados agentes de organizações *parceiras* da comunidade como a Cáritas Diocesana de Almenara, a Comissão Pastoral da Terra e a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo. Entrevistou-se, ainda, um *fazendeiro* vizinho da comunidade.

O texto está organizado em quatro capítulos. O primeiro tem por objetivo apresentar ao leitor a paisagem sociocultural e ecológica do Vale do Jequitinhonha, em sua diversidade, chamando atenção para os conflitos socioambientais presentes na região. O Capítulo 2 toma como foco a comunidade Paraguai e busca analisar algumas dimensões simbólico-materiais que constroem a comunidade como um território ou lugar. O Capítulo 3 traz referências históricas importantes para a compreensão da complexidade socioespacial presente no contexto empírico estudado, dedicando especial atenção às interrelações entre famílias camponesas e os fazendeiros. Por fim, o quarto capítulo evidencia algumas estratégias de recriação camponesa desenvolvidas pelas famílias da comunidade Paraguai nas últimas quatro décadas, analisando as conexões que se estabelecem no trânsito entre diferentes escalas (da *roça* ao *mundo*), na inserção da comunidade em redes de parcerias e nas alternativas agroecológicas, identitárias e de defesa do território mobilizadas pelos agentes sociais.

<sup>15</sup> A organização socioespacial e a distribuição das moradias na comunidade Paraguai estão destacadas no Capítulo 2.

## CAPITULO I. UM RIO, MUITAS MARGENS

Há décadas, o caminho das águas, as gentes e o ambiente do vale do rio Jequitinhonha são imaginados. "O vale da miséria", "um dos lugares mais pobres do mundo", "um vale esquecido" são algumas das representações que, ainda hoje, saltam de manchetes sensacionalistas, justificam ações estatais que buscam "promover o desenvolvimento" e povoam o imaginário nacional. Uma notícia de jornal da década de 1980 chegou a afirmar: "*Em alguns lugares do Vale do Jequitinhonha se vive como na Idade Média*" (Figura 3).



Figura 3. Reportagem do jornal Estado de São Paulo, edição de 10 de janeiro de 1982.

Tratado frequentemente de forma homogênea através de imagens estigmatizantes e que estão associadas à gênese de sua distinção como região<sup>16</sup>, o Vale do Jequitinhonha se localiza no nordeste de Minas Gerais. No que diz respeito à sua configuração regional pode ser dividido em três zonas: o Alto, o Médio e o Baixo Jequitinhonha<sup>17</sup> (Mapa 1). Apesar dessas zonas apresentarem conformações históricas, socioculturais e ambientais mais ou menos distintas, sua diferenciação é muitas vezes negligenciada. Como assinala Souza:

Não se trata de não reconhecer os graves problemas que afligem grande parte da população local, mas não há dúvida de que é preciso reconhecer que o Vale não é

<sup>16</sup> De acordo com Leite (2010), o processo político de construção do Vale do Jequitinhonha como uma "região" ocorre a partir década de 1950, quando o Estado passa a identificar esta porção do estado de Minas Gerais através de um recorte territorial particular. O Vale do Jequitinhonha já nasceu como uma "região-problema", e esta imagem ofereceu o substrato para que se fossem plantadas propostas desenvolvimentistas nas décadas posteriores. Como afirma o pesquisador Ricardo Ribeiro: "A identidade da região do Vale do Jequitinhonha, que tenta substituir outras identidades, é construída sobre a imagem das carências socioeconômicas do 'Vale da Miséria', que fundamentam as sucessivas propostas de desenvolvimento regional que permitiriam o ressurgimento do 'Vale da Esperança'" (RIBEIRO, 1993, p. 67, citado por LEITE, 2010).

<sup>17</sup> Ainda que este recorte geográfico não corresponda à regionalização utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que divide a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha em cinco Microrregiões (Diamantina, Capelinha, Araçuaí, Pedra Azul e Almenara), o mesmo tem sido incorporado tanto por estudos acadêmicos como por diferentes instituições e atores sociais. Cabe mencionar, por exemplo, no campo governamental, o Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal e as associações de municípios do Vale do Jequitinhonha. Entre as entidades da sociedade civil, esta divisão é assumida pela Articulação Semiárido Mineiro - ASA Minas, pelas organizações que compõem o Fórum do Convívio com o Semiárido do Vale do Jequitinhonha - Fórum do Vale, entre outras redes e organizações.

uma região homogênea e que a maioria dessas matérias da imprensa não capta essas diferenciações. Essa vasta região é diversificada tanto pelo longo processo histórico de ocupação quanto pela diversidade de atividades que predominaram em cada lugar. (SOUZA, 2003, p.1-2)

No tocante ao campesinato regional não é diferente. Apesar de múltiplas trajetórias e identidades territorializadas, as populações rurais que habitam o Vale do Jequitinhonha são frequentemente uniformizadas pela imagem de uma suposta predestinação (a de ter nascido em uma "região-problema") ou por uma identidade social sempre adjetivada (seriam agricultores familiares "pobres" ou "descapitalizados"). Ainda que estas duas representações não estejam dissociadas, podemos afirmar que, no primeiro caso, a sina destes agricultores seria *sair* em busca de *serviço* nas grandes cidades ou nos latifúndios monocultores do agronegócio, ou *ficar* e lutar incessantemente contra a seca<sup>18</sup>. Na qualidade de "agricultores pobres" ou "descapitalizados", seu futuro seria acessar políticas públicas e programas estatais de "combate à pobreza rural" ou buscar algum outro tipo de apoio que lhes permitisse desenvolver uma produção voltada ao mercado capitalista e se "consolidar".

Tais leituras imprimem uma forma de ver o campesinato que esvazia as possibilidades de interpretação das assimetrias de poder que perpassam a existência camponesa no Jequitinhonha mineiro. Além do mais, limitam a visão desses/as camponeses/as como agentes políticos de enunciação e de transformação de suas realidades, cujas trajetórias são fortemente assinaladas por conflitos, opções e recriações sociais.

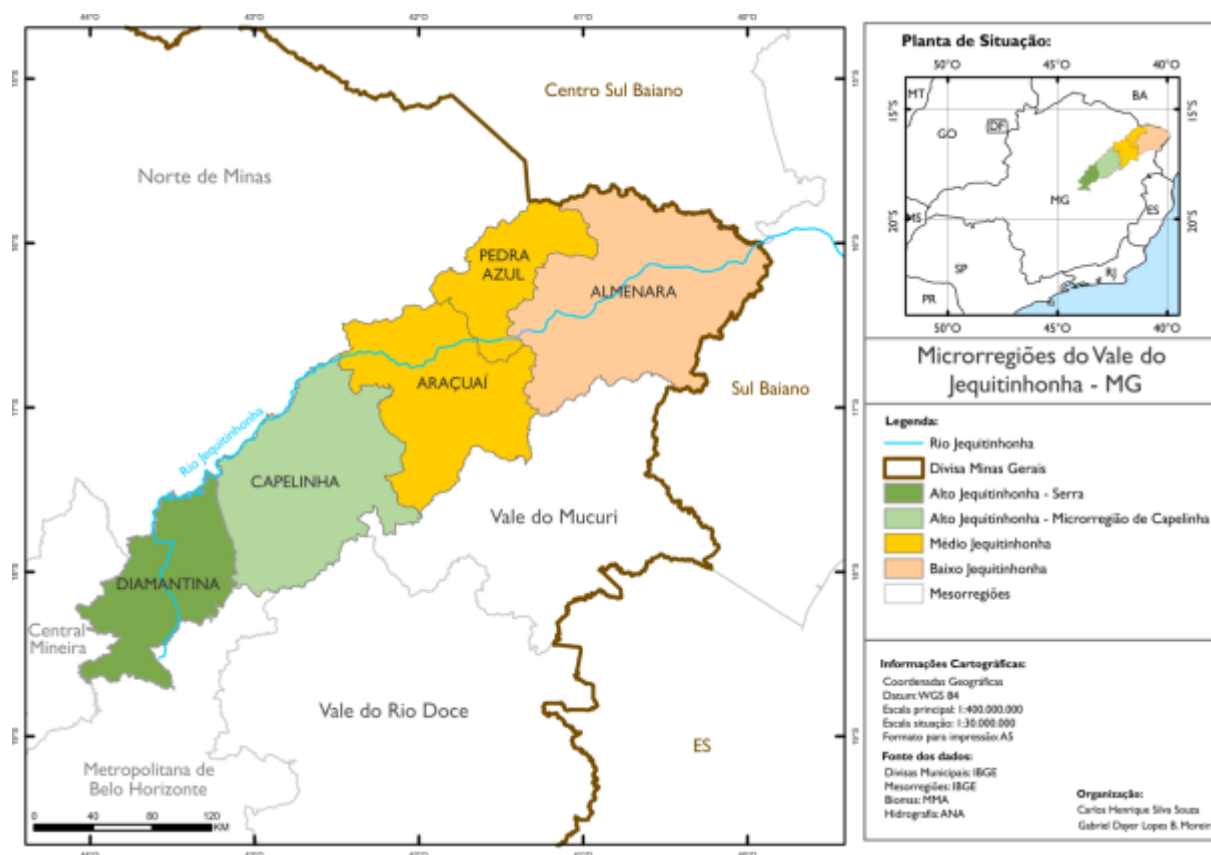
Ao analisar os dados relativos aos conflitos fundiários ocorridos nos últimos 30 anos no Brasil, Leonilde Sérvolo de Medeiros (2014) ressalta as restrições referentes ao acesso à terra como uma questão central na permanência, ao longo do tempo, de determinados padrões de conflitualidade no campo. Para a autora, ainda que no decorrer dos anos as disputas tenham assumido diferentes perfis, sua raiz está na transformação da terra em mercadoria.

Conflitos ambientais são caracterizados por Acseirad (2004) como aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e são originados quando pelo menos um desses grupos têm suas formas sociais de apropriação do meio ameaçadas por impactos decorrentes das práticas de outros grupos. Para Héctor Alimonda (2011), tais conflitos revelam complexos processos de exploração e exclusão iniciados há mais de cinco séculos de colonialidade da natureza na América Latina. O Mapa de Conflitos Ambientais elaborado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTA/UFMG<sup>19</sup>, indica a presença de mais de cinquenta conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha - MG.

---

<sup>18</sup> As imagens dos migrantes da seca e das "viúvas de marido vivo" talvez sejam as mais ilustrativas do tipo de representação acionado na produção prática e discursiva do Vale do Jequitinhonha como uma região marcada pela pobreza.

<sup>19</sup> O Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais está disponível no sítio: < <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>>. Acesso em: 25/10/2016.



**Mapa 1.** Mapa da mesorregião Jequitinhonha destacando suas microrregiões.

Apresentamos a seguir uma breve caracterização do Vale, acompanhando o sentido das águas do rio Jequitinhonha. Serão destacados aspectos das paisagens, de conflitos ambientais e dos territórios camponeses presentes na região. Acolhendo a sugestão de Fávero e Monteiro (2014), dividimos o Alto Jequitinhonha em duas partes: a Serra (ou microrregião de Diamantina) e a microrregião de Capelinha.

A Serra abarca a porção do Vale do Jequitinhonha atravessada pela Serra do Espinhaço e possui as mais elevadas altitudes da região. É onde nasce o rio Jequitinhonha. Ali, diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado se fazem presentes, com destaque para os campos rupestres. A Serra é também marcada pelo grande número de comunidades rurais quilombolas e de apanhadores/as de flores sempre-vivas, que experienciam processos recentes de autodefinição identitária e novas formas de organização social. Essas comunidades desenvolveram, como atesta Monteiro, sistemas agrícolas e relações territoriais singulares:

Historicamente, o uso combinado dos ambientes da serra e do sertão, como também das margens do Rio Jequitinhonha e da serra, tem sido adotado pelas famílias. Comumente, aquelas cujas moradias encontram-se no sertão cultivam as "roças" nas áreas próximas às comunidades e conduzem o gado para a serra na época da estiagem. É quando as pastagens na "terra do baxio" encontram-se secas, insuficientes para o gado, ao passo que as pastagens nativas da serra permanecem úmidas por mais tempo. A época seca coincide com a coleta de flores, ou seja, os moradores realizavam a coleta quando estavam com o gado na serra. [...] Já quem vive sobre a serra organiza a agricultura nas manchas de solo mais argilosas e avermelhadas, como também naquelas mais escuras e úmidas que ali afloram, que são indicadores de "terras de cultura". [...] Há moradores da serra que descem o gado na época das águas para o sertão para evitar que fiquem "ervados", ou que se intoxiquem com ervas tóxicas que brotam próximo às matas no período das chuvas. Alguns cultivam roças na "terra do baxio", em parceria ou em um "pedaço de terra própria". (MONTEIRO, 2011, p. 161-162).

A definição da Serra do Espinhaço como área prioritária para conservação da biodiversidade desde a década de 1990 (DRUMMOND et al., 2005), desencadeou um conjunto de iniciativas governamentais de criação de Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral na região. De acordo com Monteiro (2011), o grande impulsionador de todo esse processo foram os mecanismos de compensação ambiental, que beneficiavam empresas interessadas em obter "selo verde" ou pagar passivos ambientais originados pela degradação provocada em outras áreas. No entanto, grande parte das áreas situadas nos limites das UCs implantadas na Serra encontrava-se sobreposta com terras de uso comum de comunidades quilombolas e apanhadores de flores sempre-vivas. O autoritarismo, a violação de direitos e a expropriação territorial protagonizados por órgãos ambientais na criação de parques, geraram conflitos socioambientais de grandes proporções nessa região do Jequitinhonha. Convém ressaltar que empresas mineradoras e empreendimentos monocultores de eucalipto são outros grandes promotores de tensões sociais e ameaçam os territórios das comunidades rurais nesta região.



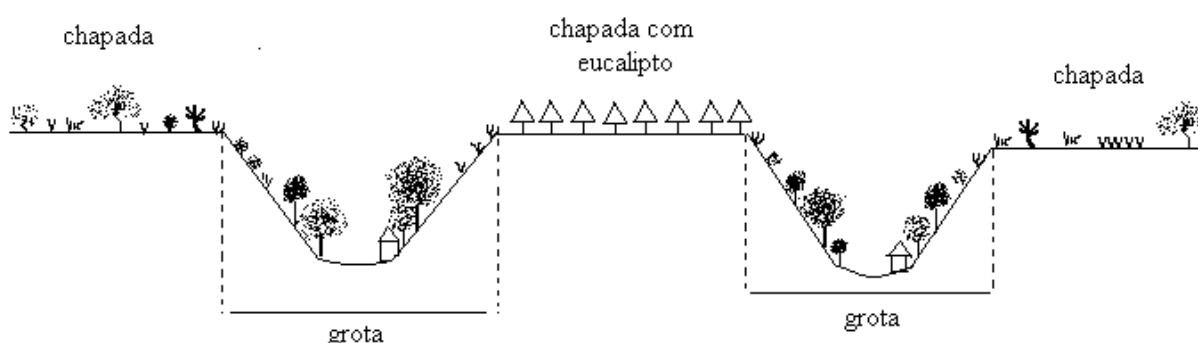
**Figura 4.** Apanhadora de flores sempre-vivas da região de Diamantina. Foto: João Roberto Ripper.

Partindo da Serra e seguindo o correr das águas do Jequitinhonha, são notáveis as transformações na paisagem. Solos arenosos e afloramentos rochosos típicos dos campos rupestres vão dando lugar ao chão avermelhado do Cerrado stricto sensu. Mas, diferentemente do que se poderia esperar, as árvores não apresentam troncos tortuosos e cascas espessas. No lugar da vegetação do Cerrado, grandes plantações de eucaliptos imprimem monotonia à paisagem e não deixam dúvidas: estamos na parte do Alto Jequitinhonha identificada como a microrregião de Capelinha.

A partir da década de 1970, com as políticas de incentivo fiscal implantadas durante a ditadura civil-militar, verifica-se, a privatização de grande parte das terras de uso comum situadas nas *chapadas* e a expulsão de um grande número de famílias do campo nessa microrregião. Aproveitando-se dos generosos subsídios estatais, empresas monocultoras nacionais e estrangeiras instalaram-se ali, prometendo crescimento econômico, desenvolvimento e emprego no campo. Como bem sinalizou Moraes Silva (1999), em

sintonia com João Guimarães Rosa e José de Souza Martins, trata-se da "chegada do estranho nos grandes sertões e veredas".

Historicamente, a reprodução social do campesinato nessa parte do Alto Jequitinhonha esteve associada ao que Graziano (1986) chamou de "complexo grotachapada". Este complexo se revela nas diferentes formas de apropriação e manejo dos diferentes ambientes por famílias agricultoras e pela relação de complementaridade estabelecida entre eles. Localizadas nos vales, próximo aos rios e riachos, as *grotas* estão associadas ao estabelecimento da moradia e das áreas agrícolas pelos/as camponeses/as. Já as terras altas, planas e comuns, conhecidas como *chapadas*, tradicionalmente são utilizadas para a *solta* do gado, coleta de plantas frutíferas e medicinais, entre outros usos. Como afirmam Ribeiro et al. (2005, p. 83): "cada grotachapada, com seu entorno de chapadas, abrigou a rede extensa de parentesco que foi compartilhando a vida e o domínio da terra, e é essa junção de família com história e terra que é conhecida por comunidade rural".



**Figura 5.** Representação espacial do complexo grotachapada. Fonte: Galizoni (2005).

Após mais de quarenta anos da política de incentivos às empresas eucaliptocultoras no Alto Jequitinhonha, as promessas desenvolvimentistas jamais foram cumpridas (CALIXTO, 2006) e as palavras de Eduardo Galeano (1979) continuam válidas como nunca: "o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos que navegantes". Ainda assim, a microrregião é marcada pela presença da unidade familiar na agricultura e a combinação entre grotachapada persiste como um referencial importante para compreender a constituição das unidades produtivas dos/as lavradores/as, como afirmam Galizoni e Ribeiro (2013).

Na transição do Alto para o Médio Jequitinhonha visualizamos as águas represadas pela Usina Hidrelétrica de Irapé, inaugurada em 2006. Com a construção da usina, 51 comunidades e cerca de 5000 pessoas foram deslocadas compulsoriamente (ZUCARELLI, 2006). Entre essas comunidades está Porto Corís, a primeira comunidade quilombola do estado de Minas Gerais a conquistar a titulação de suas terras. Correspondendo às microrregiões de Araçuaí e Pedra Azul, o Médio Jequitinhonha é a porção do Vale que apresenta maior número de pessoas no campo. Trata-se de uma região intermediária, localizada entre as áreas de predominância dos Cerrados do Alto Jequitinhonha e do bioma Mata Atlântica do Baixo Jequitinhonha. O Médio apresenta os menores índices pluviométricos do Vale e é onde visualizamos de maneira mais imediata a mudança de cores na paisagem, após a chegada das primeiras chuvas.

São comunidades tradicionais camponesas cujo cotidiano se dá na convivência com a escassez de água e as poucas e concentradas ocorrências de chuvas. Quando as condições propiciam o aproveitamento de algum curso d'água ou de alguma água armazenada para a irrigação de cultivos e, principalmente, quando as águas chegam na estação chuvosa, essas comunidades enchem de alimentos as feiras livres em todas as cidades da região. (FÁVERO E MONTEIRO, 2014, p. 11).



Fávero e Monteiro (2014) lembram, ainda, que as comunidades rurais dessa região são ameaçadas pela presença da mineração de alguns metais raros, como a cassiterita e o lítio, e, principalmente, pela extração de granito. Esta última atividade compromete severamente a manutenção de nascentes de água que abastecem as comunidades.

## O Baixo Jequitinhonha

Alcança-se, enfim, o Baixo Jequitinhonha. Localizada na divisa com o sul da Bahia, esta zona compreende a microrregião de Almenara. Fazendas de criação de gado com pouco dinamismo econômico e a monocultura das pastagens dão o tom à paisagem, assolada pela degradação ambiental, valendo lembrar que o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009) indica que as pastagens ocupam cerca de 60% das terras da região. O Baixo Jequitinhonha agrupa pequenos municípios com fortes raízes indígenas e de descendência africana. Nesta região, a relação campo-cidade se expressa, por exemplo, nas interações entre agricultores/as e consumidores/as por ocasião das feiras livres que ocorrem aos sábados.



**Figura 6.** Paisagem do Baixo Jequitinhonha. Estrada que leva até a comunidade Paraguai, Felisburgo - MG. Foto: autor, mar. 2016.

Os maiores municípios do Baixo Jequitinhonha, Almenara e Jequitinhonha, têm populações estimadas em 41.552 e 25.465 habitantes, respectivamente (IBGE, 2017). De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica, Jequitinhonha foi o município que mais desmatou a Mata Atlântica no período de 2000 a 2014 (mais de 8,70 mil hectares de florestas) e atualmente está em quarto lugar no ranking nacional de devastação do bioma<sup>20</sup>. O processo recente de conversão de matas em plantios de eucalipto contribuiu para que o município

---

<sup>20</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.sosma.org.br/106279/desmatamento-da-mata-atlantica-cresce-quase-60-em-um-ano/>>. Acesso em: 05/08/2017. Ver também: Luisa Pinheiro e Priscila Mengue. *Devastação da Mata Atlântica é maior em MG e PI, aponta estudo*. Estadão, 11 nov. 2015. Disponível em:<<http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/devastacao-da-mata-atlantica-e-maior-em-cidades-de-mg-e-pi--aponta-estudo,10000001669>>. Acesso em: 05/08/2017.

galgasse essa posição. Iniciada há cerca de 10 anos, a introdução desses monocultivos é perceptível em alguns pontos da paisagem, tornando-se bastante visível ao longo da estrada que interliga as cidades de Jequitinhonha e Pedra Azul ou na *chapada* próxima ao assentamento de reforma agrária Franco Duarte, no município de Jequitinhonha. Cientes da realidade vivenciada no Alto Jequitinhonha, o avanço dessa frente empresarial e monocultora é motivo de preocupação para comunidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais do campo.

A alta concentração fundiária representa um grande entrave à agricultura de base familiar e comunitária, que vive nos interstícios das "velhas" fazendas. Acionando novamente os dados do Censo Agropecuário de 2006, percebe-se que do total de estabelecimentos rurais existentes no Baixo Jequitinhonha, 2,6 % possuem mais de 1000 ha e concentram 30% da área total ocupada. Por outro lado, 16,1% possuem menos de 10 ha e detêm apenas 0,4% da área. Além disso, ao se avaliar o contingente de pessoas ocupadas nestes estabelecimentos, nota-se que a maior parte está ligada a unidades produtivas de pequeno porte. Os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, mesmo possuindo 30% de toda a área ocupada, são responsáveis por apenas 6,8% do pessoal ocupado. Por outro lado, os estabelecimentos com menos de 100 hectares empregam 59,5%, mesmo detendo somente 13,3% da área total.

Fávero e Monteiro (2014) lembram que a concentração fundiária do Baixo Jequitinhonha é extremada ao ponto de alguns municípios não contarem mais com a presença de comunidades no campo. Sublinham, também, que a partir da década de 1980 intensifica-se a organização social e a luta pela terra na microrregião, em função da atuação do sindicalismo de trabalhadores rurais e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o que resultou em dezenas de acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais.

Convém recordar que a primeira ocupação de terras mobilizada pelo MST em Minas Gerais ocorreu no Vale, em 1988. Trata-se da ocupação da Fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro (Médio Jequitinhonha). Desta ocupação nasceu a primeira conquista desse movimento social em terras mineiras: o Assentamento Aruega, com 32 famílias. No entanto, foi a partir de 2001 que o MST intensificou as ocupações dos latifúndios no Jequitinhonha. No período de uma década, ocorreram mais de vinte ocupações de latifúndios no Vale, mobilizando mais de cinco mil famílias (BOHNENBERGER, 2011). O Baixo Jequitinhonha concentrou o maior número de ocupações e foi palco de um dos conflitos mais marcantes da história recente de Minas Gerais, o denominado Massacre de Felisburgo.

Era uma manhã de sábado, 20 de novembro de 2004. Comandados pessoalmente pelo latifundiário Adriano Chafik, 17 pistoleiros invadiram o acampamento Terra Prometida, onde famílias camponesas há dois anos exigiam a desapropriação da Fazenda Nova Alegria. Cinco trabalhadores rurais Sem Terra foram assassinados (Iraguiar, Miguel, Juvenal, Francisco e Joaquim) e outros doze foram feridos. Não satisfeitos, os invasores atearam fogo em moradias e na escola do acampamento. Cinco anos após o massacre, em 2009, o então presidente Lula assinou o decreto de desapropriação da área por crime ambiental. Por se tratar da primeira desapropriação com tal motivação, não havia uma regulamentação estabelecida pelo Poder Judiciário e o caso se converteu num grande imbróglia jurídico (TANCREDO, 2015). Em 2013, Chafik foi condenado a 115 anos de prisão. Em setembro de 2015, quase 11 anos após o Massacre de Felisburgo, o governador de Minas Gerais assinou um decreto<sup>21</sup> declarando de interesse social, para desapropriação de pleno domínio, a Fazenda Nova Alegria.

---

<sup>21</sup> Decreto nº 366, de 25 de setembro de 2015.



**Figura 7.** Movimentos sociais exigem a condenação de Adriano Chafik. Fonte: Jornal Brasil de Fato, 14 de maio de 2013.

Em decorrência das formas precária de acesso à terra e dos processos de expropriação engendrados por fazendeiros, o campesinato do Baixo Jequitinhonha tem na mobilidade espacial e nas relações de agregação nas fazendas alguns de seus traços históricos mais característicos<sup>22</sup>. A intensificação da luta pela terra com a inserção de movimentos sociais do campo nas últimas décadas, vai ao encontro de dilemas históricos e abre um novo capítulo na trajetória de um campesinato ainda muito marcado pelas relações com a fazenda.

No Baixo Jequitinhonha atualmente convivem antigos e novos sitiantes: uns recém-assentados, outros de há muito na terra, mas todos marcados pela forte tradição mandonista da fazenda, que foi substituída por novas formas de mando, não tão locais, mas sempre autoritárias, como as agências públicas e privadas de desenvolvimento rural. A marca da fazenda está presente nos povoados, nas comunidades e nos assentamentos, formados geralmente por ex-agregados, nos poderes públicos locais, nas relações sociais rurais e urbanas. (GALIZONI et al., 2004, p. 5)

Salienta-se também que, a partir da década de 2000, ocorreu um fortalecimento da organização dos povos e comunidades tradicionais<sup>23</sup> no Baixo Jequitinhonha, protagonizada principalmente pela articulação das comunidades quilombolas. Cinco delas estão certificadas como "comunidade remanescente de quilombo" pela Fundação Cultural Palmares - FCP, órgão vinculado ao Ministério da Cultura – MinC: Paraguai (Felisburgo - MG), Mumbuca

<sup>22</sup> Este histórico será melhor discutido no Capítulo 3.

<sup>23</sup> Como lembra Costa Filho et. al. (2015), não obstante a presença ou resistência histórica desses povos e comunidades, a categoria povos e comunidades tradicionais é relativamente nova tanto na esfera governamental quanto na esfera acadêmica. O Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT e define povos e comunidades tradicionais como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

(Jequitinhonha - MG), Barreirinho (Joaíma - MG), Marobá e Marobá dos Teixeiras (Almenara - MG). Importa também assinalar que em determinadas épocas do ano encontramos, pelas estradas da região, indígenas Maxakali em longas travessias a pé. Trata-se de indígenas aldeados na Terra Indígena Maxakali<sup>24</sup>, localizada nos municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis, no Vale do Mucuri – MG. Esses trânsitos sugerem territorialidades e vínculos socioculturais que extrapolam os limites político-administrativos do Estado e que permanecem mesmo com todo histórico de violência e a contenção territorial representada pelo aldeamento.

São muito incipientes os estudos acerca da trajetória histórica das populações rurais que habitam a região ou relativos às diferentes estratégias territoriais e ecológicas conduzidas pelas famílias camponesas no Baixo Jequitinhonha. Devido a esta lacuna, frequentemente as especificidades que marcam esse campesinato são diluídas em imagens que acabaram sendo cristalizadas por trabalhos de pesquisa realizados em outras regiões do Jequitinhonha, envolvendo temáticas relacionadas à expropriação das terras de uso comum e à migração das comunidades rurais do Alto (microrregião de Capelinha) e do Médio Jequitinhonha<sup>25</sup>.

Galizoni et al. (2004) apresentam, em seu trabalho, alguns aspectos gerais do campesinato do Baixo Jequitinhonha:

As famílias de lavradores ocuparam terras que não atraíam as fazendas, por serem impróprias para criação em larga escala, dadas a topografia, fertilidade, vegetação etc. Constituíram comunidades rurais – formas de organização social e espacial de famílias de lavradores, pautadas por relações de parentesco, compadrio e vizinhança – que se consolidaram e construíram seus próprios destinos. Comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária têm sistemas produtivos semelhantes. Baseiam-se na produção de alimentos – *mantimentos* – e criação de gado em pequena escala. Algumas famílias levam parte da produção para as feiras municipais, aos sábados, e sustentam-se na estação da seca com o beneficiamento da lavoura de mandioca, principalmente goma (ou polvilho) e farinha (GALIZONI et al., 2004, p. 4-5)

---

<sup>24</sup> Esta Terra Indígena foi homologada pelo Decreto s/n, de 04 de outubro de 1996. Atualmente vivem cerca de 1500 pessoas neste território.

<sup>25</sup> Dentre esses estudos, estão: **Errantes do Fim do Século**, de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999); **Campesinato - resistência e mudança**: o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha, de Ricardo Ferreira Ribeiro (1993); **Os deserdados da terra**, de Margarida Maria Moura (1988); **A arte de viver na terra**: as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha, de Eduardo Graziano (1986).



## CAPÍTULO II. A COMUNIDADE PARAGUAI "DE PERTO E DE DENTRO"



**Figura 8.** Placa indicativa na entrada da comunidade Paraguai. Foto: autor, mar. 2016.

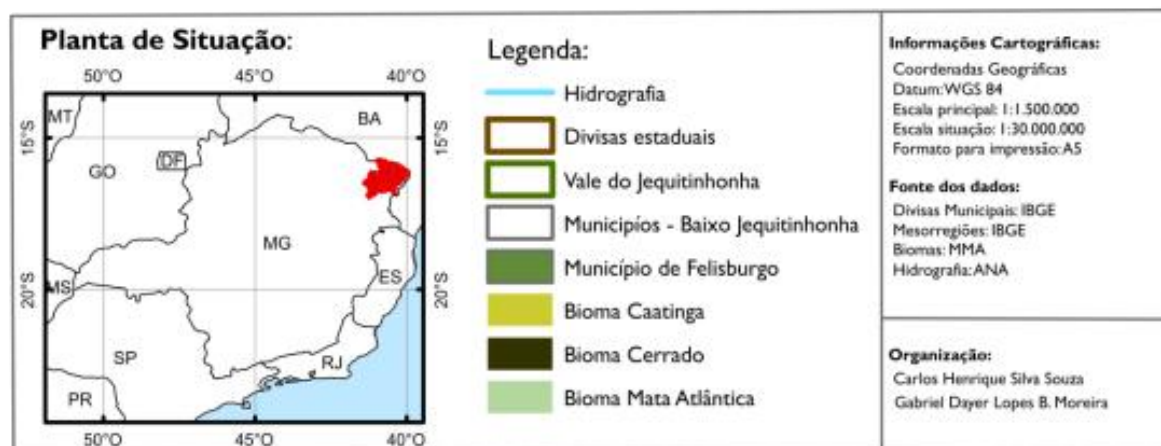
O objetivo deste capítulo é evidenciar algumas dimensões simbólico-materiais que constroem a comunidade Paraguai como um território ou *lugar*<sup>26</sup>, isto é, que se localizam ao longo do "continuum" entre os extremos da apropriação (subjetivo) e a dominação (funcional), segundo Haesbaert (2012). Para tanto, são apontadas e discutidas formas de organização socioespacial, de trabalho e ajuda mútua, a mobilização da juventude em torno de determinados projetos e sonhos, além dos espaços de comercialização e reprodução econômica do grupo.

As comunidades<sup>27</sup> são unidades de organização sociocultural e espacial mais comuns entre as famílias camponesas de Felisburgo, município situado na região do Baixo Jequitinhonha – MG. Cerca de sete mil pessoas residem no município sendo que um quarto (1/4) deste total encontra-se no campo, onde existem menos de duas centenas de "estabelecimentos de agricultura familiar". O Mapa 2 apresenta localização do município no Baixo Jequitinhonha.

---

<sup>26</sup> De acordo com Haesbaert (2015), o “lugar” na geografia anglo-saxônica (e nos escritos de Doreen Massey) e o “território” na geografia latino-americana compartilham muito de seus conteúdos conceituais. Neste estudo, utilizaremos “lugar” para dar ênfase às relações territoriais observadas desde a escala local.

<sup>27</sup> Flávia Galizoni et al. (2004) lembram que “apesar de ser um termo corrente para denominar os agrupamentos rurais, o termo comunidade é designação recente, dos finais dos anos 1970, início da década de 80. É uma expressão que tem seu uso associado a uma organização para finalidades de mediação com o mundo externo, principalmente religiosas - as Comunidades Eclesiais de Base; associativista - organizadas em torno de um projeto de ajuda ou desenvolvimento; e como uma unidade de planejamento da administração municipal”.



**Mapa 2.** Localização do município de Felisburgo, no Baixo Jequitinhonha - MG

A maioria das famílias do campo de Felisburgo está distribuída entre dez agrupamentos rurais: Aliança, Café, Córrego Azul, Mandacaru, Paraguai, Prata, Prates, Tanque, Paraterra e Terra Prometida. Os dois últimos são assentamentos rurais, sendo o

Paraterra criado através do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF<sup>28</sup> e o Terra Prometida a partir da luta social empenhada por famílias camponesas organizadas no MST.

Paraguai é a única comunidade do município reconhecida pelo Estado brasileiro como "remanescente de quilombo", mas, a exemplo de milhares outras comunidades quilombolas do país, ainda não teve seu território regularizado<sup>29</sup>. Vivem na comunidade 55 famílias e 140 pessoas, números variáveis em razão da flutuação populacional decorrente, sobretudo, do movimento migratório dos/as jovens. Entre outras representações, a comunidade é conhecida localmente pela *forte organização* e pela *união do povo*, pela festa do padroeiro Santo Antônio e por ser uma das principais fornecedoras de alimentos da feira livre, que ocorre aos sábados no Mercado Municipal.

## 2.1. Família e organização socioespacial

*Aqui todo mundo é parente. Aqui é tudo uma família só.* Estas frases pronunciadas por moradores/as de Paraguai quando convidados/as a conversar sobre seu *lugar*, sugerem laços de parentesco, compadrio e vizinhança típicos do campesinato brasileiro. De saída, duas questões em especial se apresentam: a que se referem quando empregam o termo família? Que concepção de família adotaremos neste estudo?

A natureza polissêmica da noção de "família" exige-nos atenção. Sentidos lato ou estrito são atribuídos ao termo pelos agentes sociais, estando o primeiro atrelado aos sentimentos de unidade, identidade e solidariedade. O segundo sentido, por seu turno, é adotado para se referir à família nuclear ou à unidade domiciliar, notadamente aquela beneficiária de *projetos* governamentais ou de organizações *parceiras*. Refletida na comunidade, a multiplicidade de "famílias", fruto de entendimentos diversos de outros agentes/agências, torna menos objetiva a resposta dos/as moradores/as sobre o número de famílias residentes na comunidade, por exemplo.

Frente a essas constatações e seguindo os passos de Mauro Almeida (1986), optou-se pelo uso do termo "grupo doméstico" para nos referirmos a "*um grupo de pessoas vinculado por coresidência, consumo e trocas ou trabalho sem supor a composição interna dessas unidades*". O termo "família", considerando seus diversos tipos, remete, por sua vez, a "um grupo de pessoas que são vinculadas a priori por parentesco", que pode coincidir em parte ou em todo com o grupo doméstico.

Os múltiplos arranjos possíveis na interação entre os conceitos de grupo doméstico e família, sugerida por Almeida (1986), auxiliam neste estudo tendo em vista que, em Paraguai, nem sempre a "unidade de consumo" e a "unidade de produção" convergem integralmente. No setor São Francisco, membros de várias famílias nucleares frequentemente se reúnem para realizar refeições em uma única moradia ("coletividade de consumo"). Ademais, integrantes de um mesmo grupo doméstico podem trabalhar em *roças coletivas* com integrantes de famílias situadas fora de seus grupos de vizinhança. Por outro lado, o conceito aparentemente limitado de família - informado unicamente pelos laços de parentesco - pode se tornar amplo,

---

<sup>28</sup> O PNCF foi criado, em 2003, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. Ele oferece financiamento para trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra, adquirirem imóveis rurais e investir em infraestrutura. Segundo Pereira e Sauer (2011), sua criação no Governo Lula é uma continuidade da "reforma agrária assistida pelo mercado", concebida e impulsionada pelo Banco Mundial - BIRD e implantada durante o governo FHC. Desde a extinção do MDA, em 2016, o Programa está vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

<sup>29</sup> O reconhecimento da identidade quilombola ocorre com a emissão da Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombolo pela Fundação Cultural Palmares - FCP/MinC. Com a certidão, a comunidade pode solicitar a abertura do processo de regularização do território junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas.

na medida em que *todo mundo é parente*, remetendo à uma rede de parentela que extrapola os contornos comunitários.

Não se pode perder de vista, como alerta Carneiro (2008), a importância de considerar a família uma unidade social e não apenas uma unidade de produção. Segundo a autora, esta última perspectiva tem orientado análises que privilegiam a esfera econômica e os fatores que interferem diretamente na produção (mão de obra utilizada, relação com o mercado, tecnologia...), sendo o adjetivo "familiar" acionado para caracterizar a equipe de trabalho.

O caráter familiar da chamada "agricultura familiar" se reduz, assim, ao "trabalho familiar", em oposição ao que é entendido como "não familiar", ou seja, o trabalho assalariado. A discussão então passa para a quantificação máxima possível de trabalho assalariado, dentro da unidade de produção agrícola, de maneira a não descaracterizá-la como "familiar". Nestes termos uma questão qualitativa, de caráter conceitual, passa a ser tratada como uma questão quantitativa. (CARNEIRO, 2008, p. 256).

Em última instância, mesmo quando percebida pelo viés do sistema agrícola, a produção camponesa é familiar não apenas no sentido de usar a força de trabalho, mas também por produzir de acordo com as necessidades dos variados membros da família, o que implica não só distintos consorciamentos, mas variadas alocações de partes da terra disponível (WOORTMANN, 2004, p. 134). Por fim, é importante sinalizar, como lembra Stropasolas (2014), que mesmo a questão da diversidade sexual constituindo-se como um grande tabu no campo brasileiro, novas configurações afetivas e familiares estão emergindo - ainda que num ritmo mais lento que o observado no ambiente urbano.

Realizados os esclarecimentos em relação à noção/conceito de família, miramos os ambientes socioculturais da comunidade Paraguai para uma melhor compreensão dos modos de ser, (con)viver e trabalhar naquele espaço. As formas de sociabilidade comunitárias são dinamizadas na articulação entre quatro níveis escalares: a moradia, o grupo de vizinhança, o setor e a própria comunidade. Somam-se a esses níveis, as interações que se estendem por redes mais longas de comunicação-circulação-parentesco.

Vinculada ao grupo doméstico, a moradia é o ambiente de convívio mais cotidiano e direto. Trata-se do espaço da casa, do terreiro/quintal e, em alguns casos, da roça da família nuclear ou do grupo doméstico. O espaço da roça não é, necessariamente, contíguo ao espaço do quintal produtivo. Em decorrência do histórico de expropriação territorial e, sobretudo, da falta de *condições* para construção de casas, em Paraguai algumas famílias conjugais compartilham suas moradias com outras do mesmo tipo. Esta situação ocorre, sobretudo, quando casais jovens ainda não construíram suas casas e moram nas residências de parentes próximos.

Mesmo diante do cenário de restrição no que se refere ao acesso à terra, famílias jovens, que dispõem de algum recurso financeiro, acabam conseguindo um *pedaço* cedido por parentes para a construção de uma casa com um pequeno terreiro, estabelecendo, assim, novas moradias. Algo similar acontece com a roça, onde uma área é compartilhada ou cedida para jovens (possuidores ou não de moradia própria) cultivarem lavouras.

*Aqui em casa mesmo, né? Têm três famílias numa casa assim é por falta de ter como construir. Eu tenho um pedacinho ali para construir, o Arnaldo também tem e já está com a base pronta. Teve uma conversa de que saiu um projeto pelo "Minha Casa, Minha Vida Rural", só que não deu certo. Então a gente ficou naquela expectativa de construir as casas. [...] Por conta disso, acaba que tem que ficar três famílias numa casa, até ver se um dia a gente tem condições de construir.* (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai).



*Aqui é que nem meu avô fala: "Para trabalhar e para construir a casa qualquer lugar aí pode chegar e construir ou fazer a roça". A gente é forte no mutirão e mesmo se não tiver um lugar você ajuda um e outro a fazer um trem e ganha um "prato" de feijão, uma coisa, e vai desenvolvendo... (Arnaldo, 27 anos, morador de Paraguai).*

*Cada um vai fazendo sua casinha num lugar que ninguém intromete no meio do outro. A casinha... ali mesmo vai fazendo seu quintalzinho... Ninguém é dono, quem quiser trabalhar vai fazendo seu quintalzinho e vai trabalhando. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai).*

Denomino "grupo de vizinhança" o espaço constituído por um conjunto de moradias próximas e, em geral, por famílias com grau de parentesco ainda maior (Figura 9). Como revela uma moradora: *é mais parente assim, de sangue. Mas é tudo um parente só, não tem diferença*. As autodenominações Baixa e Altinho (setor São Francisco) e Ventania e Oleria (setor Ventania) indicam a presença desses agrupamentos em Paraguai.



**Figura 9.** O terreiro *em comum* em um grupo de vizinhança do setor São Francisco. Ao centro, o pé de Seriguela. Foto: autor, out. 2016.

Composto pelos grupos de vizinhança, o *setor* está tradicionalmente associado às atividades de cunho religioso (particularmente às novenas). Entretanto, ações do projeto Mutirões da Terra<sup>30</sup> reforçaram tal recorte e identificação zonal, que atualmente é assumido pelos/as moradores/as para além da organização religiosa. As famílias de Paraguai estão

<sup>30</sup> Projeto executado pela Cáritas Diocesana de Almenara nos anos de 2013 e 2014. Financiado pelo Programa “Desenvolvimento e Cidadania” da Petrobrás, este projeto apoiou, entre outros, construções/reformas de galinheiros e melhorias no sistema de produção de hortaliças nas moradias. A realização do acompanhamento técnico ocorreu por grupos de moradores/as, distribuídos em zonas ou setores da comunidade.

distribuídas em três setores: São Francisco, Santo Antônio e Ventania. Os dois primeiros têm nomes referenciados em santos padroeiros e nas respectivas igrejas presentes nos setores.

O quarto nível de organização é a própria comunidade. Mais do que a soma dos setores, reflete conjunto de realidades, tensionamentos e possibilidades próprias de experiências vivenciadas nessa escala socioespacial. Como afirma Flávia Galizoni, ao estudar terra, trabalho e ambiente junto a famílias rurais do Alto Jequitinhonha,

[...] uma comunidade rural é a expressão espacial de uma rede social de parentesco. Mas não só. Comunidades rurais são, ao mesmo tempo, unidades sociais, políticas, territoriais e culturais, com forte sentimento de pertença e identidade: delimitam o lugar das famílias no mundo. (GALIZONI, 2007, p.63)

Encontram-se, neste nível, espaços comuns de *divertimento* (a venda, o bar, o campo de futebol e a barraca da Festa de Santo Antônio), de *reunião* (o Centro Comunitário Rural de Paraguai), de mística, religiosidade e fé (igrejas e cemitérios), de educação formal (a escola) e aqueles associados à produção (a casa de sementes, a área coletiva, e as casas de farinha e de mel). A comunidade é, ainda, a unidade de interlocução com o *mundo*: participar de *reuniões* ou articular *projetos*, por exemplo, são atividades que se justificam pela existência de níveis mínimos de organização social comunitária. Como afirma uma moradora, muitos desentendimentos ou *problemas* são resolvidos neste nível.

*Tem problema? Tem. Na comunidade é óbvio que tem. Mas não é aquela questão assim de ter preocupação, né? De ter que ter polícia para resolver, é questão de quando tem um problema a gente tenta resolver da forma possível... a gente mesmo. Em si, não leva muito adiante. [...] Questão de estar indo para a polícia, para outras pessoas, para outra comunidade resolver, aí dá problema, né? A gente tenta resolver aqui mesmo.* (Marlene, 46 anos, moradora de Paraguai)

Cumpre salientar, por fim, as relações estabelecidas em circuitos mais longos. Elas são especialmente visualizadas nas recorrentes visitas aos parentes da *Mata*<sup>31</sup>, no movimento de "ida e vinda" dos/as jovens migrantes e na participação em *reuniões* em outros municípios. As relações no interior e entre os espaços sociais da comunidade aliam-se, portanto, àquelas que extrapolam os vínculos mais cotidianos e imediatos.

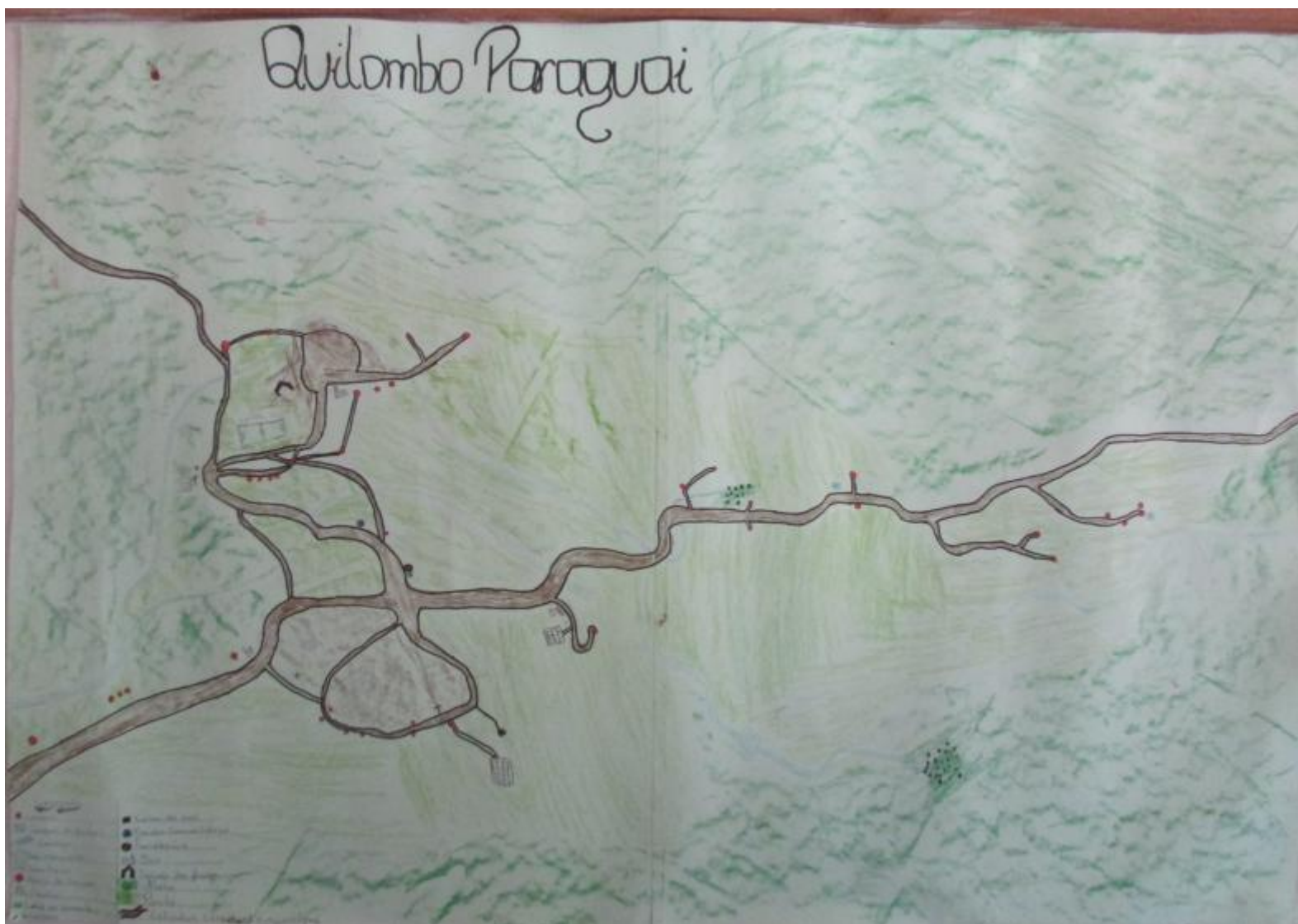
Apresentado abaixo, o mapa da comunidade (Figura 10) traz, entre outras representações, a disposição das casas, dos grupos de vizinhança e dos setores da comunidade Paraguai. Em destaque estão ainda as cercas das fazendas que *fecham* a comunidade, os caminhos das águas e a localização das principais nascentes que abastecem as moradias. Trata-se de uma reconstituição gráfica de um mapa elaborado pelos/as moradores/as e já existente na comunidade (Figura 11), acrescido de outros elementos que foram sugeridos principalmente por dois jovens moradores do setor São Francisco.

---

<sup>31</sup> *Mata* é o termo utilizado localmente para se referir às regiões de Mata Atlântica do Vale do Mucuri (MG) e do Sul da Bahia, para onde migraram muito *parentes*.



Figura 10. Mapa da comunidade Paraguai. Elaboração: autor.



**Figura 11.** Mapa original, exposto na parede do Centro Comunitário. Foto: autor, out. 2016.



Ao destacar as cercas das fazendas, o primeiro mapa nos oferece uma ideia do *aperto*, termo muito utilizado pelos/as moradores/as de Paraguai quando perguntados se a quantidade de terras é suficiente para a produção alimentar e de excedentes agrícolas para comercialização (discutido no item 3.6). Entender a disposição desses elementos no espaço foi o primeiro passo dado na busca da compreensão do território em Paraguai. Outros serão dados a seguir.

## 2.2. Cuidado para não deixar a pedra cair: religiosidade, fé(sta) e organização popular



**Figura 12.** Cruzeiro em um cemitério da comunidade. Foto: autor, nov. 2016.

*"O pessoal antigo fala assim: se a pessoa pegar uma pedra grande e quando chegar lá no cruzeiro jogar ela, o trovão das águas vem forte. Porque você não pode jogar, tem que colocar devagarzinho. [...] O pessoal fala: 'cuidado para não deixar a pedra cair, cuidado para não deixar a pedra cair' quando você pega lá e põe a pedra na cabeça..."* A moradora Marlene relata um aspecto da penitência, prática religiosa existente em Paraguai. Comum em muitas regiões do semiárido brasileiro, a penitência articula cultura, religiosidade, fé e seca/chuva. Ao pesquisar sitiantes sergipanos, Ellen Woortmann sublinhou que:

O trabalho de Deus é fazer cair a chuva (num ciclo anual relacionado a determinados santos). Mas isso depende da conduta dos homens, que, com frequência, afrontam a vontade divina. Em vez de chuva, vem então a seca. Como se costuma dizer naquela região, "a seca é o castigo de Deus pela maldade dos homens", o que exige a penitência (WOORTMANN, 2004, p.134).

A migração advinda da seca é um componente da formação social da comunidade Paraguai e se encontra muito presente nos relatos dos *antigos*. Não por acaso, qualquer frase associada à chuva na comunidade é acompanhada pelas evocações "*graças a Deus*" ou "*se*

*Deus quiser*". Mais que uma força de expressão ou lugar-comum, a relação entre as divindades e as águas (e, na contraface, a seca), é parte da cosmologia de inúmeras comunidades camponesas. Por isso, no outro extremo, um "mal dizer" ou dizer pessimista sobre a chuva pode ganhar até contornos de heresia. Como afirma Zaluar (1983), o sistema de reciprocidade com as divindades do cosmo, construído socialmente, integra a própria visão de mundo dos agentes sociais, sendo decorrência, e ao mesmo tempo apoio, da maneira que eles percebem e interpretam fatos (ordinários e extraordinários) de sua existência.

Manifestam-se em Paraguai muitos traços de um catolicismo popular<sup>32</sup> fortemente enraizado nas comunidades rurais e nas pequenas cidades do Jequitinhonha. No Alto Jequitinhonha, de marcante presença negra e quilombola, as festas de Nossa Senhora do Rosário são rituais festivos e sincréticos de destaque. Municípios como Minas Novas e Chapada do Norte acolhem comemorações em homenagem à "santa dos negros" e envolvem a participação da população rural e dos antigos moradores que migraram para outras terras, como explica Maria Isabel Botelho (2009). Ao contextualizar a formação das irmandades religiosas, responsáveis pela organização dessas festividades, a autora lembra que o sincretismo se torna a única maneira possível de garantir, ainda que de maneira incompleta, a presença de crenças e mitos de origem africana.

A criação das irmandades religiosas, especificamente de negros, torna-se uma alternativa efetiva para que estes possam reproduzir aí parte de seus rituais, pelo menos para aqueles considerados "católicos" pelas autoridades responsáveis. Com isso, verifica-se um emaranhado de situações em que se reproduz parte do ritual oficial católico e do ritual dos povos negros. Nas festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário permanecem até os dias atuais assimilação das duas origens, uma das quais é a identificação da santa, em algumas regiões, com a divindade africana Iemanjá. (BOTELHO, 2009, p. 119).

A cultura e a crença cotidianas das comunidades rurais são o alicerce das manifestações religiosas populares que resplandecem nos pequenos núcleos urbanos do Jequitinhonha. Em Paraguai, ao lado da penitência estão as celebrações, as novenas, a folia de reis, as festas aos santos, entre outras. Rodas de batuque e danças características de grupos sociais de matriz africana complementam o acervo cultural da comunidade. Revalorizados, tais patrimônios comuns ganharam novo fôlego com o processo de ressignificação da identidade quilombola e reivindicação do território ancestral<sup>33</sup>. Todas essas manifestações convivem com outros costumes e crenças desde o *tempo dos antigos*, como a *benzeção* e a *garrafada* produzida pelo raizeiro.

*Para poder benzer criança, todo mundo aqui procura benzedor, até hoje procura, se eu estou com meu corpo assim ruim, né? [...] Você acaba assim, por conta da fé da gente, né? Depois que a pessoa reza, que reza com ramo dele, acaba sentindo bem com aquela reza que ele reza na gente. Eles têm a fé e a gente também tem a fé e acaba dano certo, né? Funciona.* (Marlene, 46 anos, moradora de Paraguai)

---

<sup>32</sup> Zaluar (1983) refere-se ao catolicismo popular como um sistema religioso "onde ocupam lugares importantes as entidades espirituais, ao mesmo tempo castigadoras e benéficas, que são concebidas como exteriores aos indivíduos e à sua sociedade e que de fato sustentam as regras morais imprescindíveis à vida social dos agentes". Trata-se, segundo esta autora, de uma "religião prática" ligada a uma "matriz erudita" que reinterpreta símbolos e crenças em linguagem específica.

<sup>33</sup> Questões abordadas no Capítulo 4.

A presença da *cabeça de boi* aliada a um pano vermelho na roça indica uma simpatia para proteger a lavoura do fenômeno do eclipse e de mau-olhado. As consequências do eclipse são, segundo moradores/as de Paraguai, maléficas para as plantações<sup>34</sup>.

**Entrevistada.** *As cabeças de boi eles falam que é para eclipse. Para eclipse não atingir as plantas, né? Põe cabeça de boi, coloca um litro, coloca uma fita vermelha. E o pessoal também antigo fala que é bom para mau olhado. [...] O pessoal falava assim "tem eclipse amanhã", se não tivesse uma cabeça de vaca na roça os antigos corriam e colocavam lá logo, né? Um litro com a cruz, ou então a cruz, um litro assim igual Rogério pôs na dele um litro aqui, outro aqui, outro aqui e outro aqui na vara para fazer uma cruz.*

**Pesquisador.** E o que acontece?

**Entrevistada.** *A plantação vai ficando amarela, tem coisa que seca mesmo, que não fica nada mesmo. Se ele for forte, aquele eclipse forte rebenta tudo mesmo, né? Se ele for mais fraco... você estando protegido desse negócio aí... Experiência dos mais antigos, funciona, atinge, mas não atinge aquela coisa para poder acabar com tudo não... (Marlene, 46 anos, moradora de Paraguai)*

Dentre as festas religiosas, a do padroeiro Santo Antônio é a mais *tradicional*, mobiliza toda a comunidade, os parentes que *moram fora* e o *povo da rua*<sup>35</sup>. Festeja-se também São Francisco de Assis e Nossa Senhora da Aparecida. Para Moura (1986), diferenciar socialmente os dias comuns dos dias especiais, cujo sentido é atribuído por santos e divindades, parece ser um conteúdo efetivamente camponês. De acordo com a autora, os dias de festejo de santos padroeiros alteram "a substância simbólica do tempo", ao contrário dos feriados nacionais estabelecidos pelo Estado, sem grande significado no meio rural.

A grande influência que a religiosidade parece exercer sobre as relações materiais e simbólicas na comunidade de Paraguai, provoca-nos a buscar pontos de contato entre as dimensões da organização religiosa e da organização social. O papel que o catolicismo popular adquire naquele contexto foi ratificado por observações empíricas e por algumas "pistas" deixadas pelos agentes.

*"Todo mundo falar a mesma língua, eu acho que já é um passo, né? Acho não, tenho certeza que já é um passo a mais"*, respondeu-me uma moradora quando indagada sobre o predomínio da devoção católica na comunidade (apenas uma moradora local professa outra religião, a evangélica). No transcorrer da mesma conversa, outros pontos convergiram na compreensão daquilo que Moura (1986) expressou como "crentes políticos". Em primeiro lugar, antes de uma "opção", o catolicismo se apresenta como herança deixada pelos antepassados e, em razão disso, pouco permeável a outros "convencimentos".

*Vêm os grupos de evangélicos, conversam, mas até hoje não convenceram não. [...] Eles vêm aqui em casa, falam a palestra deles, recebo tranquila, qualquer lugar nós recebemos... Para fazer também uma reunião com eles, todo mundo vai e participa. Mas para poder passar para a parte de evangélico ninguém passa. Todo mundo fala que nasceu nos antepassados, né? Minha mãe foi assim, meu pai foi assim, eu vou ficar assim também... [...] E aí por conta disso eu acho que fortalece a comunidade, né? De ser todo mundo católico... (Marlene, 46 anos, moradora de Paraguai)*

<sup>34</sup> Os efeitos deste fenômeno celeste foram também notados por Ricardo Ferreira Ribeiro (2006, p.71), ao pesquisar o sertão mineiro: *"O eclipse? Nossa Senhora! 1944, teve um eclipse bárbaro, o senhor lembra dele? 1944, foi um eclipse que escureceu o sol com a lua, escureceu e... e depois, o sol ficou piscando o dia inteiro! Dessa ocasião pra cá, o sol aqueceu, o sol não era quente assim, não! Era bom, o sol, maravilhoso e do eclipse pra cá, o sol aqueceu... aqueceu e quente mais ainda."* (Antônio Rosendo, camponês do sertão mineiro, entrevistado por Ricardo Ferreira Ribeiro).

<sup>35</sup> Os/as moradores/as de Paraguai adotam o termo *rua* em referência à sede do município de Felisburgo.

Não menos reveladora foi a referência à mudança de religião como um dos fatores para o *fraquejo* de uma comunidade vizinha, conhecida como Tanque. Esta comunidade vivencia um processo de migração permanente da juventude, com redução considerável do número das famílias residentes nos últimos anos.

**Pesquisador.** E por que você acha que está *fraquejando* lá no Tanque?

**Entrevistada.** *Eu acho que lá o pessoal lá sai muito, né? [...] Tiveram algumas famílias que passaram para outras religiões, aí acaba fraquejando a comunidade. Acaba que ficaram para participar de culto três, quatro pessoas. Aí eles acabaram não tendo o culto mais, né? Reunião não tem mais, né? Assim, tem hora que desce gente de lá para participar do culto aqui. Reunião também ela participa aqui.* (Marlene, 46 anos, moradora de Paraguai)

Além de cultivar a fé, os encontros religiosos são partes do sistema de comunicação local e informações importantes para a comunidade são veiculadas ali; entre elas, as datas de realização de atividades-chave da sociabilidade e da organização social (como as *reuniões* e os *mutirões*). Os interlocutores dos momentos de informes, que sempre ocorrem ao final dos encontros, são normalmente o *presidente* da associação ou o *coordenador* da atividade. A articulação entre os planos organizativo e religioso também pode ser visualizada por meio do perfil das duas organizações de assessoria técnica e política atualmente mais em Paraguai. Ambas são vinculadas à "ala progressista" da Igreja Católica e inspiradas pela Teologia da Libertação<sup>36</sup>: a Cáritas Diocesana de Almenara e, mais recentemente, a Comissão Pastoral da Terra.

### 2.3. Formas de trabalho e práticas de ajuda mútua

Ao pesquisar acerca das formas de trabalho solidário entre "Os Caipiras de São Paulo", Carlos Rodrigues Brandão afirma que "as famílias vivem em comunidade e vivem *dela*" (1983, p. 78). Tais formas de trabalho estão relacionadas à reprodução e recriação dos modos de ser, viver e trabalhar em comum-unidade, apresentando-se como traço comum de diversas experiências sociais camponesas. Como afirma Sabourin (2009, p.284) "*a reciprocidade é esperada na medida em que é importante ou até mesmo necessária, por um lado, para a economia da maioria das famílias camponesas e, por outro, para a qualidade das relações humanas e da ordem social*". Destaca-se, a seguir, algumas características do trabalho e das solidariedades que atravessam a comunidade Paraguai, iniciando pela prática do *mutirão*, conhecido em algumas localidades do Vale do Jequitinhonha também por *maromba*, segundo Botelho (2009).

---

<sup>36</sup> Uma análise da inserção da ação pastoral da igreja católica junto aos "pobres do campo" no Brasil pode ser encontrada em Martins (1994).



### 2.3.1. O mutirão é união. É parceria.

*O mutirão começou há muito tempo. Via a necessidade, às vezes, de uma roça muito grande ali, mas não tinha dinheiro para pagar um camarada. Aí reunia todo mundo, ia e limpava a roça da pessoa, né? Juntava todo mundo. Se criou e está até hoje. (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)*

É o momento em que a lida da lavoura passa de familiar à comunitária e o puro trabalho camponês torna-se um ritual de troca e solidariedade através do trabalho (BRANDÃO, 1983, p. 80).

Em Paraguai, o trabalho em mutirão pode acontecer em três situações: i) atendendo ao pedido de uma família que necessita de algum tipo de apoio; ii) para construção/reparo de bens ou organização de evento de interesse coletivo (mutirão comunitário); ou ainda, iii) como forma de apoio solidário para pessoas de outras localidades. Ainda que as atividades produtivas sejam mais evidentes, os mutirões não se limitam a elas. O povo pode se *ajuntar* para construir ou reformar uma casa ou igreja, para instalar ou melhorar o sistema local de distribuição de água ou para organizar uma festa/atividade religiosa, por exemplo.



**Figura 13 e 14.** Mulheres raspando mandioca e o *mutirão*ozão. Fotos: autor e arquivo da comunidade.

Na primeira das três situações, a família entra em contato com o *coordenador* e *pede* o mutirão. O *coordenador*, presente em todas às situações, é uma pessoa vinculada à associação e responsável pela mobilização do mutirão, normalmente o/a presidente da associação. Como esclarece Rita:

**Pesquisador.** Como acontece o mutirão?

**Entrevistada.** *Por exemplo, se tem uma família precisando ali, ela vai até o presidente da associação e pede o mutirão. Aí ele sai convocando as famílias e marca o dia e de ir trabalhar.*

**P.** Ele convoca como?

**E.** *Ele manda o bilhetinho, o aviso, ou então manda um ir passando para o outro, boca a boca mesmo, e aí dá certo.*

**P.** Para a pessoa solicitar o mutirão, normalmente ela já participou de outros?

**E.** *Isso! Aí você já participa dos outros mutirões, tem que está também participando da reunião, em dias com a associação também, né? Tem esses detalhes também. [...] É assim. A pessoa para pedir o mutirão tem que tá participando dos outros mutirões.*

**E.** *É... às vezes pede e é até atendido. Só que aí tem que ter a conversa antes, né? Para poder a pessoa estar voltando a participar da comunidade também. Não nega, mas também tem a conversa. [...] Em caso de doença aí também não tem essa.*

Os mutirões comunitários são discutidos e decididos em *reunião*. Estão relacionados a questões que interessam e atendem a um grande número famílias, como o cercamento de nascentes ou melhorias na rede de distribuição de água. O povo da comunidade também se *ajunta* em ocasião da festa do padroeiro Santo Antônio e na organização de atividades religiosas. Neste caso do *mutirão*, um número maior de pessoas (entre vinte e quarenta pessoas) é mobilizado e sempre o *aviso certo* é dado na igreja.

A terceira situação de ocorrência de mutirão é eventual e se caracteriza pelo deslocamento de moradores/as de Paraguai até outras comunidades ou mesmo até a *rua* para contribuir com algumas famílias em estado de *precisão*: *"Em Felisburgo nós já fomos fazer um mutirão para um rapaz lá na igreja. Já fomos no Tanque também, umas duas vezes. Onde é que precisa o pessoal está disposto a ir. Mesmo em outras comunidades o pessoal vai e faz"* (Cássio, 45 anos, morador de Paraguai). O reconhecimento do trabalho em mutirão como *ponto forte* da comunidade é motivo de orgulho, sobretudo associar-se o sentimento de *união* e a *tradição* intergeracional.

*[...] um ponto forte da comunidade que eu acho é o mutirão, quando a pessoa precisa. O trabalho em mutirão aqui é um trabalho muito bom, é um trabalho que está ativo, que veio desde antes... o povo plantava roça, limpava roça, era só precisar. Vamos supor: se eu for plantar aquela roça ali, eu vou marcar o mutirão e as pessoas vêm tudo. Vem ali até quarenta homens. Essas águas nossas tudo foram tiradas com mutirão. O ponto forte do Paraguai que eu acho é o mutirão. Assim, a comunidade do Paraguai aqui pra mim é uma comunidade muito unida, as pessoas podem falar que é desunida, mas não é. Quando precisa todo mundo tá para ajudar, assim, tem casinhos particulares, mas toda comunidade tem isso. Para mim, em Paraguai, o ponto forte que eu acho é a união, né? A comunidade em si é muito unida. Pra mim o mutirão é a união. É a parceria. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)*

As atividades em mutirão podem também ocorrer por incentivo de *projetos* de instituições parceiras, como a Cáritas Diocesana, que as consideram como uma espécie de contrapartida local. Por sinal, o último *projeto* executado pela Cáritas na comunidade, com foco na assistência técnica e extensão rural, foi nomeado de "Mutirões da Terra". Outro *projeto*, implantado recentemente, e que exigiu a organização de mutirões foi o Programa Um

Milhão de Cisternas - P1MC da ASA, executado em nível microrregional pela Cáritas<sup>37</sup>. No âmbito deste, as famílias se *ajuntaram no mutirão* para a construção de cisternas de captação de água da chuva ou *caixas*, como são conhecidas na região. Recentemente houve também mutirão para o sistema de irrigação da área de produção de sementes crioulas, vinculado ao projeto Mutirões da Terra.

Dois aspectos em especial chamam atenção em relação ao *trabalho em mutirão* em Paraguai. O primeiro refere-se à conexão estabelecida entre uma estrutura formal de organização social (a associação comunitária) e os modos mais costumeiros e informais de organização comunitária e solidariedade entre as famílias. Essa conexão se expressa na figura e no papel de mediação desempenhado pelo *coordenador do mutirão*. O segundo aspecto se revela pela atuação de organizações e agentes *parceiros* da comunidade como vetores de valorização e promoção dessa prática. É a partir da inserção dos agentes sociais em redes sociopolíticas de mais longo alcance que esse segundo aspecto pode ser visualizado.

Portanto, se por um lado, os regramentos sociais, as relações de solidariedade e as formas de sociabilidade permanecem como alicerces da existência do mutirão, por outro, essa prática se nutre, revigora e é ressignificada, também, no contexto mais alargado de sua inserção e da atuação de organizações, movimentos e redes. Assim, essa prática extrapola a dimensão "estritamente" comunitária e traz novos elementos para debate.

### 2.3.2. Troca e compra de dia de serviço (camarada)

O mutirão é, para Brandão (1983), "*uma 'troca de dias' muito ampliada*". Rita explica o funcionamento da *troca de dias de serviço* em Paraguai:

*Na troca de dia se eu vou na sua roça hoje e plantei, te ajudei a plantar. Aí o dia em eu for planta a minha também aí você vai lá e ajuda também, do mesmo jeito. [...] Aí é mais duas famílias ou três. Faz as trocas de dia para poder adiantar o serviço.*  
(Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Além da *troca de dias de serviço*, ocasionalmente pode ocorrer no interior da comunidade a contratação de *camaradas* como acréscimo de força de trabalho no exercício de algumas atividades. Ainda que haja exceções, os *camaradas* são principalmente moradores jovens, sem terras disponíveis para cultivar e/ou com pouca ou nenhuma fonte de renda monetária. Uma moradora, por exemplo, eventualmente contrata seu sobrinho e seu irmão para auxiliá-la no trabalho na horta ou na roça. Esses dois moradores trabalhavam em Belo Horizonte e recentemente regressaram à Paraguai.

O *camarada* também pode ser contratado como substituto em situações onde, por algum motivo, o representante familiar não pode comparecer à retribuição do dia de serviço trocado ou ao mutirão. É o caso do morador Leonardo que não pôde comparecer em virtude da participação de uma *reunião* no Norte de Minas<sup>38</sup>. A alternativa encontrada por ele para não *ficar em falta* com o grupo do mutirão foi recorrer à contratação de um jovem morador do setor Ventania para substituí-lo naquela tarefa.

---

<sup>37</sup> O P1MC foi o primeiro programa desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, no início dos anos 2000. Visa à construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano ("cisternas de placas") e têm como beneficiárias famílias residentes na zona rural dos municípios da região semiárida brasileira (ASA, 2017).

<sup>38</sup> Encontro Estadual da Articulação Semiárido, ocorrido em Porteirinha, nos dias 25 e 26 de outubro de 2016.

## 2.4. Sobre juventude, sonhos e migração



**Figura 15.** A prática do futebol é uma das principais atividades esportivas e de lazer para as crianças e jovens de Paraguai. Foto: autor, nov. 2016.

*Chegaram os estrangeiros!* Gritou à meia distância e em tom de brincadeira um conhecido ao cumprimentar moradores de Paraguai. Estavam na *rua* Mineiro, Cássio e Fabrício. Eles resolvendo um *assunto*, eu os acompanhando. O *assunto* em questão envolvia uma aspiração da juventude<sup>39</sup> da comunidade: a construção de uma quadra para realização de atividades esportivas e culturais. Faz-se necessário voltar um pouco no tempo para explicar melhor. Em 2014, o jovem Fabrício, 20 anos, ingressou em um *curso* de formação de jovens do campo executado pela UFVJM que pressupunha como trabalho final a elaboração de um projeto de interesse comunitário<sup>40</sup>. Em torno da proposta aglutinou-se um coletivo de jovens que acordaram a construção da quadra como tema para o projeto. Este coletivo, por sua vez, solicitou apoio de agentes da Comissão Pastoral da Terra de Almenara - MG para qualificar a proposta e buscar meios para viabilizá-la financeiramente.

O vereador, o presidente da associação e o representante da juventude estavam na rua porque a proposta só se concluiria com a planta arquitetônica e a previsão orçamentária

<sup>39</sup> Bourdieu (1983) afirma que as divisões entre idades são sempre arbitrárias e a fronteira entre juventude e velhice é objeto de disputa em todas as sociedades. Segundo o autor, a idade é um “dado biológico socialmente manipulado e manipulável”. Falar de jovens como se fossem uma unidade social, com interesses comuns e relacionar este interesse a uma idade biológica é, de acordo com Bourdieu, uma manipulação evidente. Em se tratando de populações do campo, lembra Wanderley (2011): mais que a idade cronológica, ser solteiro, não ter filhos e viver com os pais podem ser referências importantes para se definir o que é jovem. Portanto, ainda a idade cronológica seja uma referência, estudos rurais não devem adotá-la como único critério na definição do que é “ser jovem”. Para uma discussão sobre abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural, ver, entre outros, Weisheimer (2005).

<sup>40</sup> Trata-se do projeto de “Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo na Região do Semiárido de Minas Gerais”, executado pelo NAC/UFVJM com apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

detalhada da quadra, peças estas cuja elaboração exige conhecimento especializado. Imaginou-se que técnicos ligados ao setor de obras ou de educação da prefeitura pudessem ajudar nessa tarefa, uma vez que havia quadras escolares recém construídas no município. E era preciso ter pressa: dias depois haveria a oportunidade de apresentar o projeto a deputados que estaria numa reunião no STR de Jequitinhonha. Após dois dias "batendo perna", finalmente conseguiu-se a cópia de alguns documentos que ajudariam na elaboração. Prosseguiu-se, então, a *luta* pelo alcance do objetivo pleiteado pelos/as jovens.

Analisando mais atentamente o projeto elaborado pela juventude, dois pontos em especial chamam a atenção. Em primeiro lugar, o fato de que a iniciativa representa a primeira reivindicação coletiva da juventude de Paraguai. Vale a pena destacar, além disso, o fato de que essa demanda traz implícita a ideia que os/as jovens querem *ficar*. Aspectos que se mostraram ainda significativos diante das trajetórias da juventude da comunidade que, assim como muitas outras juventudes do campo do Jequitinhonha, são marcadas pela experiência da migração<sup>41</sup>. Flávia Galizoni lembra que a migração faz parte do cotidiano dos lavradores do Jequitinhonha há pelo menos cem anos:

Migravam no final do século XIX para trabalharem na lavoura de café no leste de Minas Gerais – atual zona da mata mineira e vale do Mucuri; nos anos 1950 dirigiam-se para a fronteira agrícola do Paraná e colheita de algodão no interior de São Paulo. Em início dos anos setenta viajaram para Belo Horizonte e São Paulo capital para se empregarem na construção civil e, no começo da década de oitenta, afluem para o corte de cana no interior paulista, fluxo que continua até os dias atuais. (GALIZONI, 2000, p.910).

Para Moraes Silva e Menezes (2006), a diversidade e complexidade de situações exige enxergarmos a migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo. Neste sentido, a migração deve ser percebida como *"um acontecimento histórico que atinge os(as) que partem e os(as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia"* (MORAES SILVA; MENEZES, 2006, p.4). As autoras propõem a análise das trajetórias individuais e sociais como um instrumento metodológico no entendimento mais amplo da mobilidade dos sujeitos e da formação de espaços sociais.

O encontro com Ricardo (30 anos, morador de Paraguai) trouxe importantes elementos sobre a trajetória migrante da juventude de Paraguai. Uma primeira conversa com este morador ocorreu na porta da *venda*, depois da celebração do dia de finados, em novembro de 2016. Na ocasião, fui convidado a conhecer a sua moradia e de sua companheira Fernanda. Ele com 30 e ela com 17 anos de idade, constituíam o casal com moradia mais jovem da comunidade. O pai de Ricardo morava *pra lá do Jequitinhonha* antes do casamento com sua mãe e da mudança para Paraguai. Na comunidade ambos trabalharam *à diária* para fazendeiros dos arredores numa época que se recebia o pagamento em produto<sup>42</sup>. Neste mesmo caminho, aos 14 anos Ricardo começou a trabalhar para fazendeiros executando as mesmas atividades desenvolvidas por este tipo de trabalhador atualmente: *"cerca, roçada e enxada"*. A diferença, segundo ele, é que hoje os fazendeiros pagam em dinheiro.

Aos 16 anos *saiu* para trabalhar, morando fora da comunidade pela primeira vez: mudou-se para uma fazenda próxima à cidade de Almenara onde ficou por três anos cuidando

---

<sup>41</sup> Dentre os importantes estudos sobre migração no Jequitinhonha estão aqueles realizados por Moraes Silva (1999) e Botelho (1999).

<sup>42</sup> Veremos no Capítulo 3 que, num tempo não muito distante, moradores/as de Paraguai encontravam-se em um sistema de *escravidão* por dívida.



de uma plantação de coco. Ao retornar para Paraguai residiu com um tio (Leonardo, 49 anos) e voltou a trabalhar à *diária* para fazendeiros até conseguir reformar a antiga casa dos pais, nesse momento já falecidos. Passados três anos, em 2006, *saiu* para a região Sul de Minas Gerais, onde trabalhou no corte de cana e na colheita de café. Morava de aluguel na cidade de Passos e, segundo relata, tinha o pior serviço que fez na vida: o corte de cana na usina Itaiquara. A colheita do café, na área da mesma usina, era o *serviço* no período de entressafra da cana. Quinhentos reais era o que se *tirava* por mês. Tinha que pagar aluguel, água, luz... despesa que ficou ainda maior na época que uma irmã foi morar junto com ele. Sem *condições*, ficou três anos sem visitar os familiares em Paraguai. Entre falta de *serviço certo* em seu *lugar* e a expectativa de melhora, o tempo seguiu seu curso. E valia a pena?

*Ô moço, para mim não valeu não. Porque fiquei três anos e não consegui nada. Consegui só um par de tênis, foi o que consegui lá. Não juntei nada, era só para comer e pagar o aluguel. [...] Lá você cortava os metros, né? Aí eles iam lá no caminhão e mediam quantos metros ia dá. Tipo assim: se fosse cem metros, eles mediam e o peso que dava os cem metros, eles pagavam. Eles mediam por metro e aí depois faziam uma soma lá quanto mais ou menos ia dar o peso.* (Ricardo, 30 anos, morador de Paraguai)

Nota-se que, ao contrário da microrregião do Alto Jequitinhonha, onde a migração sazonal para o corte de cana adquire o caráter de uma "migração temporária cíclica", em Paraguai, no Baixo Jequitinhonha, a atividade está associada a uma "migração temporária não cíclica", segundo a classificação de Martins (1986). Nesta última,

A mobilização do migrante temporário afasta-o do ciclo de reprodução da economia camponesa do lugar de origem, cuja ausência procura suprir com remessa de dinheiro quando tem condições de fazê-lo. Algumas vezes o trabalhador procura sustentar vínculos cíclicos com a família e o trabalho familiar. Frequentemente, porém, as próprias condições de trabalho que motivaram a migração impedem o cumprimento da finalidade subjetiva da migração temporária, que é a de produzir recursos econômicos adicionais para a família camponesa. (MARTINS, 1986, p. 60)

Em 2008, Ricardo soube de uma *conversa* sobre a construção da ponte sobre o rio Madeira (integração viária entre os estados de Rondônia e Acre). Sem retornar à Paraguai, conseguiu com parentes um *serviço* para atuar como armador de estrutura na construção da obra. Segundo ele, em Rondônia as condições de trabalho eram melhores. Lá era *tudo livre*: tinha alojamento e alimentação, e dava para *tirar* dois a quatro mil reais por mês - neste último caso quando se trabalhava direto, de domingo a domingo. Foram quase quatro anos de *serviço*, com retornos quadrimestrais à comunidade Paraguai até regressar novamente.

**Pesquisador.** Mas sua ideia era juntar dinheiro e retornar?

**Entrevistado.** *Ô moço, minha ideia sempre foi voltar para cá, né? Sempre minha ideia foi essa, voltar para cá. Depois que eu comecei, pensei bem assim "eu vou ter que investir, se eu vou voltar para cá, vou ter que investir, fazer uma casa".* (Ricardo, 30 anos, morador de Paraguai)

Luciano (2014) destaca que diante de condições de grande exploração da força de trabalho, jovens migrantes do Jequitinhonha criam novas representações sobre a vida rural, que passa a ser revalorizada como lugar de lazer e tranquilidade (não apenas como lugar de trabalho esporádico). De acordo com a autora, a casa representa para esses jovens "o lugar de pertencimento, o lugar para onde voltar, o lugar de fincar raízes nesse mundo incerto da migração permanentemente temporária" (LUCIANO, 2014, p.102).

Com o dinheiro que conseguiu juntar em Rondônia, Ricardo construiu uma casa na terra de herança de sua mãe. Para ele, o principal fator determinante para a migração da juventude de Paraguai é a *falta de oportunidade*, que pode ser traduzida, sobretudo, como ausência de *serviço certo* e de terra para produzir. Todos os seus outros irmãos *saíram* para trabalhar: dos homens, um é policial no município de Carlos Chagas - MG e outro continua na região do Sul de Minas; das mulheres, duas estão no estado de São Paulo e uma na região do Sul de Minas. É importante registrar que a tendência de retorno de jovens à comunidade foi assinalada por todos/as os/as moradores/as entrevistados/as na pesquisa.

**Pesquisador.** E se tiver outra oportunidade de trabalho fora você vai?

**Entrevistado.** *Moço, depende da situação aqui. Se a situação não tiver muito bom para mim, eu penso em dar uma saída, porque se não melhora... Agora se melhorar a gente fica por aqui mesmo, que aqui é bom.*

**P.** E se tiver um pedacinho com um lugar para fazer a roça?

**E.** *Ô moço, aí eu não iria não. Se tivesse a terra para a gente investir eu não iria não. Porque você tendo a terra tem muito recurso, né?* (Ricardo, 30 anos, morador de Paraguai).

A questão territorial é aquilo que "salta aos olhos e aos ouvidos", sugerindo prontamente o estabelecimento de uma análise unidirecional na análise da migração. Entretanto, vários estudos demonstram a complexidade da itinerância camponesa no Brasil e no Vale do Jequitinhonha e convidam a ampliar o ângulo de visão. Como afirma Moraes Silva (1992, p.163), a migração "*não deve ser vista apenas como algo dado, mas como um processo que envolve agentes sociais, portanto, como algo não apenas determinado, mas também indeterminado, marcado por retornos, construção de trajetórias, desencontros, reencontros*".

Empiricamente, a necessidade de agregar em nossa análise "outras questões" à questão agrária foi informada também pelo contato com a comunidade vizinha, Tanque. Nesta localidade, mesmo com relativa disponibilidade de terras, vivencia-se um processo de migração "definitiva" da juventude<sup>43</sup>. Em Paraguai, onde há pouca terra para se plantar, alguns jovens querem *sair*, outros *voltar* e outros *ficar*. Frequentemente, as duas primeiras situações compõem um mesmo enredo, pois, como relata Ricardo, muitos jovens *endoidam para sair logo*, mas *quem sai sempre volta*. Para os/as que querem *ficar*, estudar na Escola Família Agrícola situada no município de Itaobim - EFA Bontempo, situada a 70 quilômetros de Paraguai, ou cursar ensino superior à distância parecem boas opções. São os casos de Augusto (17 anos) e de Marta (30 anos), respectivamente.

Inspiradas no modelo francês das "Maisons Familiales Rurales", as EFAs emergiram no Brasil a partir da década de 60, com as primeiras experiências no estado do Espírito Santo, e chegam a Minas Gerais no ano de 1983. As EFAs têm como princípio fundamental a Pedagogia da Alternância, que visa a constante interação entre teoria e prática e favorece a construção de um conhecimento próximo da vida do campo. Sua proposta pedagógica visa reflexão, interpretação e transformação da realidade pelos/as próprios educandos/as, estimula ações coletivas e revitalização cultural. A Pedagogia da Alternância articula os aprendizados no ambiente escolar (tempo-escola) com aprendizados na comunidade (tempo-comunidade). Na EFA Bontempo, os/as educandos/as intercalam períodos de 15 dias na escola e 15 dias na comunidade.

---

<sup>43</sup> Adota-se o termo entre aspas por considerar a ressalva de Luciano (2014, p.101): "O que se percebe é que entre uma migração e outra, definitiva e temporária, novos arranjos vêm sendo construídos pelos sujeitos participantes desse processo. Assim, nunca se saberá ao certo até que ponto uma migração pode ser considerada verdadeiramente definitiva e até que ponto uma migração tida como temporária não passe a ser permanentemente cíclica".

Após duas semanas no "tempo-escola", Augusto chegou à casa de seu pai (Cássio, morador de Paraguai, 45 anos), repleto de materiais de comunicação institucional da EFA Bontempo. Tratava-se de uma das tarefas do "tempo-comunidade": divulgar o processo de seleção para a próxima turma para as escolas locais. Mesmo que o público da escola sendo filhos/as de agricultores/as, não por acaso, ele percorria as escolas da cidade divulgando o processo seletivo para a EFA Bontempo. Não há em Felisburgo escolas profissionalizantes, tampouco dos anos finais do Ensino Fundamental no campo; assim, após os anos iniciais do Ensino Fundamental, jovens precisam diariamente se deslocar no *carro da escola* para estudar na sede municipal. É o caso da comunidade Paraguai, cujos moradores/as anseiam a transformação de sua escola comunitária (Figura 16) em uma *escola quilombola*<sup>44</sup>.



**Figura 16.** Crianças na escola da comunidade Paraguai. Foto: autor, out. 2017.

Assinala-se que os/as jovens de Paraguai possuem melhores indicadores de acesso à educação formal do que seus pais e suas mães. Autores como Luciano (2014) e Mendonça et al. (2013) mostram que, mesmo apresentando maior escolaridade, a juventude rural do Jequitinhonha continua, em grande medida, migrando como a geração anterior. Belo Horizonte e São Paulo estão entre os principais destinos pretendidos pelos/as jovens migrantes de Paraguai.

É importante explicitar, ainda, que o direito à educação contextualizada é uma pauta unificadora dos movimentos sociais do campo no Vale do Jequitinhonha, que concentra o maior número de EFAs do estado de Minas Gerais. Em 2012, uma ampla articulação social mobilizou-se em defesa da Escola Família Agrícola Bontempo. Juntos/as jovens egressos,

<sup>44</sup> Respalado por diversos dispositivos nacionais e internacionais que tratam dos direitos dos "Povos e Comunidades Tradicionais", o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica publicou a Resolução nº 8, de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 10/08/2017.



educadores/as, pais e mães de educandos/as e representantes de organizações sociais do campo, entre outros, resistiram a um mandado de reintegração de posse do terreno e dos prédios onde a escola já funcionava há mais de uma década (Figura 17).

Este mandado foi resultado da ação judicial impetrada pela Fundação Brasileira de Desenvolvimento - FBD, cujo presidente era o padre católico de origem italiana Felice Bontempi. No início da movimentação para criação da EFA Bontempo, no final da década de 1990, a FBD havia doado o terreno para a construção e ajudado na busca por recursos financeiros para a estruturação da escola. Curiosamente, o padre Felice participou da fundação e da concepção da EFA, cujo nome é uma homenagem ao seu sobrenome. Diante da eminência do despejo, o frei carmelita Gilvander Luís Moreira, ligado à Teologia da Libertação e aos movimentos sociais do campo, publicou uma carta aberta<sup>45</sup> ao padre Bontempi, da qual apresentamos um trecho:

Enfim, caro Padre Felice, não caia na tentação de ver a tropa de choque expulsando o povo da EFA Bontempo. Será mais um banho de sangue que enxovalhará seu nome e seu futuro. O MST está dentro da EFA Bontempo e, como em Felisburgo, não arredará o pé diante das ameaças. Não é nenhuma obra de incitação, mas de indignação e, não somente do MST, mas de todos: AMEFA, UNEFAB, em Brasília, a AIMFR em Paris, as EFAs de todo o Brasil, hoje 145 unidades, a FETAEMG, a CPT – Comissão Pastoral da Terra – etc.



**Figura 17.** Educando/as, educadores/as e outros/as apoiadores/as resistem à reintegração de posse na EFA Bontempo. Foto: FETAEMG (2012).

Em decorrência da mobilização social e da ampla repercussão desse episódio, o Governo do Estado de Minas Gerais publicou o Decreto nº 249, de 17 de abril de 2012, que declarou a área como de utilidade pública, "com desapropriação de pleno domínio, imóvel e respectiva benfeitoria, necessário ao funcionamento da Escola Família Agrícola Bontempo".

<sup>45</sup> Frei Gilvander Luís Moreira. *Carta aberta ao padre Felice Bontempi*: em defesa da Escola EFA Bontempo, 08 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.efabontempo.org.br/arquivos/Carta\\_aberta\\_ao\\_Padre\\_Felice\\_Bonempi\\_frei\\_Gilvander.pdf](http://www.efabontempo.org.br/arquivos/Carta_aberta_ao_Padre_Felice_Bonempi_frei_Gilvander.pdf)>. Acesso: 10/08/2017.

Além de Augusto, outros cinco jovens do campo do município de Felisburgo estudam atualmente nesta EFA: dois do assentamento Terra Prometida, um do assentamento Paraterra e dois da comunidade Córrego Azul.

Buscou-se, nesta seção, dar destaque para algumas questões que atravessam a vida da juventude em Paraguai. Tais questões estão sempre mais ou menos relacionadas com outros espaços/agentes e se movimentam entre diversas escalas, do *lugar* ao *mundo*. Em nível local e regional, notamos que a *luta* dos/as jovens (que é também a *luta* da comunidade) interagiu com agentes do poder público municipal, da UFVJM, a CPT e da EFA Bontempo. Repletos de "retornos, construção de trajetórias, desencontros, reencontros", os caminhos da migração evidenciam as relações com o *mundo*, sobretudo o *mundo* de São Paulo e Belo Horizonte, mas, como apontou a trajetória de vida de Ricardo, são muitas as estradas da vida. Percebe-se que o desejo dos/as jovens não se resume a uma vontade é *sair* e *ficar* (ou *sair* para *voltar*); assim, o *lugar* se torna *mundo* e o *mundo* o *lugar*. A construção da casa na comunidade um grande sonho almejado pela juventude. No campo da educação, a reivindicação da *escola quilombola* encontra-se interligada a descobertas e aprendizados associados a inserção na *luta* quilombola (discutida no Capítulo 4). Para os/as jovens que *ficaram* na comunidade e especialmente para as mulheres, uma das possibilidades de obter ganhos financeiros é a comercialização de produtos na feira livre.

## 2.5. Sábado-feira



**Figura 18.** Dia de feira. Sábado, no Mercado Municipal de Felisburgo. Foto: autor, nov. 2016.

Como em grande parte das comunidades camponesas do Vale do Jequitinhonha, é muito difícil dissociar o *dia de sábado* do *dia de feira* em Paraguai. A feira é um ingrediente importante no conjunto de "qualidades" que caracterizam o fim de semana no lugar. Muito mais do que relevantes circuitos de "negócio", que movimentam a economia e o comércio de

pequenos e médios municípios do Vale<sup>46</sup>, as feiras livres são redes dinâmicas de sociabilidade que interligam populações do campo e da cidade. Repletas de simbologias, conhecimentos, significados e movimentos, nelas, muitas esferas da vida social se expressam e se articulam.

As feiras são mais do que pontos de comercialização da agricultura familiar. Nelas circulam bens, culturas e pessoas, além de pontos de venda, são encruzilhadas entre a economia e a cultura, são retratos totais dessas sociedades rurais, são lugares de encontro e articulação política, são espaços vitais para as muitas agriculturas familiares do vale do Jequitinhonha. (RIBEIRO, 2007, p.86).

Por isso, analisar a feira livre desde a perspectiva camponesa requer deslocar o olhar da economia de mercado (circuitos longos, redes de trocas) e pensar o mercado como lugar (circuitos curtos, redes de trocas, conhecimentos e de sociabilidade). Como afirma Karl Polanyi, em relação à economia de mercado:

[...] o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2011, p. 60)

Já o "lugar de mercado" - espaço onde este ocorre - é parte da reprodução da existência camponesa (MOURA, 1986). Há cerca de dez anos, toda madrugada de sábado, o *carro da feira* percorre os dezesseis quilômetros que separam e unem o *povo do Paraguai* e o *povo da rua*. Trata-se do ônibus da prefeitura responsável pelo transporte de agricultores/as e produtos até o mercado municipal, onde a feira de Felisburgo acontece. Entretanto, os preparativos para a feira alcançam muitos outros espaços, atravessam toda a semana e encontram seu ponto alto no dia anterior.

*Sexta-feira é só correria e mais nada.* Durante a manhã os alimentos são colhidos e à tarde ocorre o beneficiamento e organização dos produtos nos espaços das moradias. Tal momento se relaciona à rotina semanal das mulheres. São principalmente elas que conduzem as atividades relacionadas ao dia de feira (colheita, beneficiamento doméstico e comercialização).

*Igual aqui, como é eu e minha tia, eu começo de manhã adiantando os produtos. Quando tia chega da escola, aí vem ela, minha menina e a filha dela. Aí nós trabalhamos, né. As quatro. Aí vamos... Às vezes, quando chega à tarde, eu preciso sair 17:30 h pra ir pra escola. Eu saio e ainda deixo elas preparando. Aí elas preparam, deixam tudo no jeito. Quando é na madrugada coloca no carro e nós vamos pra feira.* (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)

A comunidade Paraguai e o assentamento Terra Prometida são as comunidades do campo que mais ofertam alimentos para a feira. Além dos alimentos produzidos pelos/as agricultores/as, o Mercado Municipal funciona, também, como espaço de comercialização de

---

<sup>46</sup> Nas palavras de Ribeiro et al. (2007, p.56): "Aos sábados os feirantes animam um comércio urbano que só tem alegrias quando os aposentados recebem seus pagamentos, quando chega época da festa do santo padroeiro ou quando o governo resolve montar acampamento de "peões" para fazer uma obra. Com uma grande diferença: aposentadorias são pagas uma vez por mês, festa-de-santo só acontece uma vez por ano e promessa de obra de governo só vem de quatro em quatro anos; feira tem todo sábado".



uma infinidade de coisas trazidas pelos *mascates*. São roupas, ferramentas, equipamentos eletrônicos e utensílios domésticos que ficam expostos na parte externa.

Vende-se *de tudo um pouco*, mas o *forte mesmo* é aquilo produzido nos quintais e, em particular, nos canteiros de hortaliças. Há ainda uma iniciativa, protagonizada por Rita (setor Santo Antônio), Beatriz (setor Santo Antônio) e Leonardo (setor Ventania), de produção conjunta de hortaliças na *roça coletiva*. De todo modo, seja no terreiro ou na área coletiva, são principalmente as mulheres que manejam, usam, conservam e promovem a agrobiodiversidade associada à produção nos canteiros.

Para além da lida com a horta e com criação de pequenos animais, o terreiro é um espaço de encontros das mulheres. O terreiro da casa de Maria, por exemplo, é o espaço onde agricultoras se reúnem toda sexta feira para picar os alimentos e compartilhar travessias do viver. Por isso, mirar a multiplicidade daquilo que é vendido aos sábados no Mercado também contribui no entendimento da diversidade agrícola, do trabalho e da vida das mulheres.



**Figura 19.** Sexta-feira. Mulheres no terreiro preparando produtos para a feira. Foto: autor, nov. 2016.



**Figura 20.** Moradora preparando produtos para feira. Foto: autor, nov. 2016.

Ao pesquisarem sobre gestão de recursos naturais junto 12 comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, Ribeiro et al. (2005), identificaram que o perfil dos produtos ofertados nas feiras do Jequitinhonha varia se o *tempo é das águas* (novembro a fevereiro) ou *da seca* (março a outubro). De acordo esses autores, no *tempo das águas* vendem-se mantimentos advindos da lavoura ou das criações. No *tempo da seca* a oferta muda e aparecem produtos com maior valor agregado - farinha, rapaduras, cachaças e doces – e principalmente, aqueles cultivados ao redor da casa. As ofertas podem variar também de acordo com a região, se os/as agricultores/as são do Alto, Médio ou Baixo Jequitinhonha (RIBEIRO et al., 2005). O quadro a seguir apresenta um levantamento dos produtos comercializados nas bancas ocupadas por feirantes de Paraguai durante um dia de feira livre em Felisburgo, em novembro de 2016.

**Quadro 2.** Produtos da comunidade Paraguai comercializados em um dia de feira, em novembro de 2016. Elaboração: autor.

	Banca 1		Banca 2		Banca 3		Banca 4	Banca 5
	Maria, Iara e Marta	Marta e Rita	Rita e Beatriz	Rosa	Fernanda	Luíza, Letícia e Moisés	Dinei	Renata
<b>Produtos in natura</b>								
Abóbora						X		
Alface	X		X					X
Banana				X				
Berinjela				X			X	
Beterraba	X			X			X	X
Cebolinha	X		X	X	X	X		X
Cenoura	X						X	X
Chuchu								X
Coentro	X		X	X		X	X	X
Couve	X		X			X	X	X
Erva doce	X							
Feijão de corda			X	X				
Graviola							X	
Jiló			X					
Maxixe	X							
Pimenta			X			X	X	X
Quiabo	X							X
Rúcula	X		X					
Salsinha	X				X	X		X
<b>Produtos beneficiados</b>								
Biscoito de polvilho	X							
Corante							X	
Couve picada								
Doce de mamão	X				X			
Mamão verde picado	X						X	
Pão de queijo	X							
Tapioca		X						
Tempero (alho)	X							
<b>Outros produtos</b>								
Cafezinho		X					X	
Chup-chup*							X	
Mudas (frutíferas)					X			

\*Suco congelado em pequenos sacos plásticos, preparado com polpa de frutas ou pó para refresco artificial.

Notou-se, neste dia, a presença de trezes mulheres e apenas um homem comercializando produtos na feira, o que reforça a importância deste espaço de reprodução socioeconômica na vida das mulheres de Paraguai. Deve-se, entretanto, relativizar este nível de participação, pois, a época era de colheita de alimentos cultivados especialmente por elas. Mesmo estando no mês de novembro, o perfil dos produtos comercializados está mais

próximos daqueles do *tempo da seca*, o que, aliado a relato dos/as moradores/as, nos sugere mudanças no clima nas últimas décadas,

*[...] e a gente nessa seca! Se num fosse essa irrigaçãozinha que a gente tem aí, a gente passava mais apertado, né? Porque o tempo mudou muito. Antigamente, não. Chovia e as pessoas plantavam, né? Colhia bastante. E hoje se não for nessa arinha irrigada aí não rende, não dá nem pra plantar.* (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Foram identificados 30 produtos. Destes, 63,3% foram produtos do terreiro ou da roça vendidos "in natura" e 26,7% passaram por algum tipo de beneficiamento doméstico. Abóbora, banana e feijão são produtos mais associados à roça, mas também são observados nos terreiros. Observa-se, ainda, que os temperos (cebolinha, salsinha e coentro), vendidos por boa parte das mulheres, são também os mais consumidos diariamente pelas famílias.



**Figura 21.** Na banca de feira. Agricultoras/as de Paraguai comercializando seus produtos. Foto: autor, nov. 2016.

Boa parte do dinheiro que se consegue *tirar* vendendo *de tudo um pouco* na feira é prontamente investida em outros bens e produtos alimentares no comércio local. Trata-se de uma espécie de permuta que o campo e a cidade negociam entre si sob a mediação da feira.

*Quando sobra alguma coisinha de horta, que dá pra gente levar pra feira, a gente leva e vende. [...] o que vende lá, o dinheirozinho que a gente pega lá dos produtos que vende, a gente já vai no supermercado pra comprar o que comer, né? O que a gente não produz aqui.* (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)

*Nós vivemos aqui mesmo é da terra. Praticamente, se a gente for raciocinar, a gente vive uma troca, né? Tipo assim: vai pro mercado vender os produtos, lá já compra e já traz. Se for pensar é tipo uma troca ainda.* (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)



A magnitude de tal troca pode ser mensurada, ao fim da feira, pela quantidade de caixas de papelão e sacos de linhagem com produtos da mercearia ou do supermercado. Encontram-se ao lado ou sob olhar atento dos respectivos donos que aguardam o momento do *carro da feira* para regressar à comunidade. Como ressalta Ribeiro (2007), a demanda dos feirantes do Jequitinhonha por produtos urbanos é acentuadamente "moderna" e industrial. Esta complementaridade assegura, segundo o autor, "*o quanto a modernidade da cidade está longe de prescindir da 'tradição' do rural, e o quanto a 'tradição' rural se assenta exatamente em padrões de consumo e relações mercantis bastante 'modernos' e urbanos*" (p.138). Isto é especialmente verificado nos pequenos municípios do Vale do Jequitinhonha, onde a próprio limite entre o "rural" e o "urbano" não pode ser dado algo como absoluto. Sobre a dicotomia entre espaços rurais e urbanos, muitas vezes justificada a partir das classificações do IBGE, Maria de Nazareth B. Wanderley afirma:

O IBGE não define propriamente o que são áreas rurais, a não ser por exclusão, isto é, como aquelas que não são urbanas. Ao obedecer aos princípios consagrados na legislação, identifica estas últimas aos frouxos requisitos definidos pelo próprio poder municipal e dissocia a definição de cidade da existência de um nível mínimo de vida urbana. Supondo um "natural" avanço da cidade sobre o campo, termina por deslegitimar qualquer programa de desenvolvimento rural, bastando que se espere a sucessão dos censos para comprovar o fim desse mundo rural (WANDERLEY, 2011, p.109).

Ao contrário de município vizinho de Jequitinhonha, onde há quase uma década existe a Associação de Feirantes, em Felisburgo os/as agricultores/as feirantes não se organizam associativamente. Existem, entretanto, outras formas de organização, observadas, por exemplo, quando os/as feirantes decidem padronizar os preços dos produtos similares.

**Pesquisador.** Como que é a organização para participar da feira? Como que a comunidade se organiza?

**Entrevistada.** *É tipo assim: o mesmo preço que é de uma família é de todas. Quando a gente quer aumentar o preço, vão supor, de lá da feira, aí já fala no carro da feira "Ó, nós vamos colocar o produto de tanto." Igual, o ano passado nós aumentamos. Era dois e cinquenta e nós aumentamos pra três reais. [...] Aí todo mundo adapta ao preço de três reais.*

**P.** E as outras comunidades também?

**E.** *As outras comunidades também. Porque acaba que as outras comunidades abarcam junto com nós. E pra puxar mesmo é nós quem puxamos. Pra aumentar preço, ali a gente acaba puxando, né? E as outras comunidades vê que tá bom e adapta junto com a gente. Igual agora, em época de safra não tem jeito. Porque é muito produto e acaba que faz barreira. Então, se leva um pacote é três reais, mais se leva dois já fica os dois por cinco. A gente faz, vai fazendo assim essas jogadas pra não levar tanto prejuízo. (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)*

A grande maioria dos/as entrevistados/as da pesquisa (75%) comercializam a produção, sendo a feira livre e as escolas municipais assistidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE<sup>47</sup> os principais destinos do excedente agrícola.

---

<sup>47</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.



### CAPÍTULO III. COMPLEXIDADE SOCIOESPACIAL E TERRITORIALIDADES EM PARAGUAI

Este capítulo aborda a "genealogia" do que temos designado por complexidade socioespacial, isto é, o conjunto multifacetado de interações sociais, culturais, ambientais e econômicas que permeiam e informam o espaço apropriado/dominado e significado pelas famílias camponesas de Paraguai. O texto encontra-se ancorado em um trabalho de revisão de literatura, indícios oferecidos pela vivência na comunidade e entrevistas feitas com diferentes agentes visando contextualizar o território e as territorialidades em tela.

A territorialidade é entendida a partir da concepção de Robert Sack: "*a tentativa por parte de um ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos*" [...] a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica." (SACK, 2013, p. 76). As trajetórias individuais/coletivas e a memória nos apresentam marcos espaço-temporais importantes e ajudam a conformar narrativas sobre a comunidade Paraguai. De acordo com Pierre Nora,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptíveis de longa latência e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p. 9)

Reitera-se, assim, duas premissas analíticas fundamentais neste estudo: o espaço e a memória como "lugares" privilegiados para a leitura das articulações conformadoras da complexa teia de relações sociais. Para Sack (2013) a territorialidade é o meio de inter-relação entre a sociedade e o espaço. É, portanto, a partir da mirada histórico-espacial e da experiência vivenciada com os/as agentes que apresentamos estórias, movimentos, tensionamentos, negociações e possibilidades que constituem aquele território. O capítulo apresenta narrativas e "lê" paisagens e discute relações sociais.

#### 3.1. Chegaram os *primeiros*

Entrar no universo social de Paraguai nos desafia a edificar uma narrativa de longo alcance, que conduz a outros espaço-tempos. A começar pelo próprio nome assumido pela comunidade, associado a um marcante episódio latino-americano. A Guerra do Paraguai está cristalizada na memória histórica de nosso continente e na memória coletiva do *povo do lugar*<sup>48</sup>. Para este *povo*, mais do que o conflito armado que assolou o território-nação paraguaio no século XIX, o episódio remete a um marco fundacional.

*O velho meu avô falava que eles foram caçar. Era muita mata, tinha muita caça. Um bocado deles vinha de Jequitinhonha, nessa época não tinha Barracão [atual Rio do Prado], não tinha Palmópolis, não tinha nada. Um bocado dormia na casa dele; outros na casa do pessoal dos Baleeiros, turma que já mudou daqui também. Eles estavam caçando nesses boqueirões. Com pouco lá vinha os tropeiros... só ouvia tiro naquele boqueirão! Aí que pegou esse apelido Paraguai. Diz que os tropeiros esbarraram e tinha um caçador na espera... os outros estavam na serra.*

---

<sup>48</sup> A distinção entre memória histórica e memória coletiva está alicerçada em Maurice Halbwachs (1990).

*Quando os tropeiros reuniram, eles falaram: "aqui está igual a Guerra do Paraguai", a primeira guerra que se criou no mundo, a guerra mundial que eles falam, né?. E o outro, que estava escondido atrás da moita, escutou. Depois que se reuniram, ele contou a estória. Aí colocaram o nome de Paraguai. Foi criado por essa estória. Essa comunidade deve ter uma base de... menos de 149 anos ela não tem! (Pedro, 76 anos, morador de Paraguai)*

Ainda que alguns relatos orais sinalizem uma ocupação territorial em momento anterior, é curioso notar que um documento-síntese da história "oficial" de Felisburgo, acessado em uma biblioteca municipal, indica os grupos familiares da comunidade como os pioneiros locais justamente no período que corresponde à Guerra do Paraguai<sup>49</sup>. Sem querer nos sustentar na insustentável objetividade das fontes, ainda mais considerando a dinâmica desse campesinato móvel, entende-se que aliados a outras evidências (como idades, personagens e as estimativas dos/as moradores/as), esses indícios nos aproximam de uma baliza temporal importante.

Presume-se que a apropriação social do espaço pela comunidade ocorre há, pelo menos, um século e meio. Ou seja, iniciou-se cerca de seis décadas após o ensejo de expansão colonial marcado pela decretação da Guerra Justa<sup>50</sup> contra os povos indígenas e da abertura da região das matas do Jequitinhonha, aproximadamente entre 1865 e 1875. As décadas pós-decretação da Guerra Justa são aquelas de formação do campesinato itinerante do Baixo Jequitinhonha que, na busca de terras férteis e livres, tornou-se *posseante* em áreas livres ou agregado naquelas já dominadas pelos fazendeiros. Eduardo Ribeiro (2013) afirma que o fôlego de povoamento se manteve nesta região ao longo de um século: da abertura da frente de expansão até meados do século XX. Seria nesse movimento que os *posseantes* de Paraguai chegariam e se estabeleceriam na beira do córrego Santa Cruz. Mas quem eram e de onde vinham os pioneiros?

Ainda que seja difícil dizer com precisão, é "tentador afirmar", de acordo com Ribeiro, que migravam para a região das matas os filhos jovens de famílias camponesas do Alto Jequitinhonha (região de Minas Novas) que "abandonavam um futuro incerto numa terra repartida que os empurravam para a floresta, aventura e abundância". Também negros/as escravizados/as que romperam as correntes do cativeiro no Distrito Diamantino seguiam para as matas do Jequitinhonha, em busca de liberdade. Deriva possivelmente daí as raízes negro-africanas da comunidade Paraguai, reafirmadas recentemente no processo de autodefinição da identidade quilombola.

Acrescenta-se, também, a chegada da leva de "baianos". Segundo Ribeiro (1996), a ocorrência da chamada "seca do noventinha", em 1890, foi fator determinante para o

---

<sup>49</sup> "A primeira tentativa de posse na cabeceira do ribeirão José Ferreira foi iniciativa das famílias Marques de Souza, Matos e Vaz que já haviam criado a hoje denominada Comunidade do Paraguai, entre 1865 e 1870. Impedidos pelos índios Patachós, desviaram-se para as proximidades da Lagoa dos Coelhos, hoje comunidade dos Prates" (CARVALHO, 1996, p.2).

<sup>50</sup> Para a abertura das matas e exploração das terras no Baixo Jequitinhonha, uma medida em especial foi tomada pela Coroa Portuguesa no início do século XIX: a deflagração da chamada Guerra Justa contra os povos indígenas, pejorativamente chamados de Botocudos. As justificativas para a Guerra estiveram ligadas à construção da representação da "não humanidade" e da "rudeza natural" dos indígenas e estão expressas na Carta Régia de 13 de maio de 1808, assinada pelo recém-chegado D. Antônio VI: "[...] deveis considerar como principiada contra estes Índios antropofagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de os senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando -se ao doce jugo das Leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como já o são as immensas variedades de Índios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social". Como assinala Manuela Carneiro da Cunha (1992), a partir do século XIX a questão indígena deixa de ser uma questão de mão-de-obra e converte-se numa questão de terras no Brasil. O que estaria em jogo é a expansão dos domínios coloniais. É nesse contexto de "desinfecção dos sertões" que a escravidão indígena é novamente autorizada no Brasil-Colônia, revela a autora.

movimento desses migrantes às matas do nordeste mineiro. Por volta de 1930, outra seca teria assolado a mesma região e impulsionado o segundo grande movimento migratório na mesma direção. Embora fossem conhecidos como "baianos", parte desses imigrantes eram de Salinas e de outras localidades do Norte de Minas, alerta Ribeiro.

Três caminhos em especial culminaram, portanto, com o "ponto de encontro" da formação do campesinato do Baixo Jequitinhonha. Eles foram percorridos: i) pelos povos indígenas que se encontravam na floresta e que, em decorrência da Guerra Justa, buscaram a proteção em troca de serviços nas fazendas; ii) pelas famílias camponesas e povos negros, libertos ou em busca de liberdade, vindos da região do Alto Jequitinhonha; iii) pelos "baianos" do sertão, os quais, fugindo da seca, alcançaram as matas do Baixo Jequitinhonha.

Diversas localidades foram identificadas, nas entrevistas da pesquisa, como aquelas de origem dos/as primeiros/as moradores/as de Paraguai: Diamantina, Salinas, São Domingos (atual Virgem da Lapa), Itinga e o *sertão da Bahia*. Tais identificações endossam o caminho da mata, relatado por Ribeiro (2013), como característico dessa ocupação que ocorreu no Baixo Jequitinhonha a partir do final do século XIX. A intensa mobilidade dos que *chegavam*, *ficavam* ou *passavam* pela região em diferentes períodos e a ausência de registros documentais mais detalhados sobre esses movimentos torna difícil o exercício de descoberta da identidade da maioria dos migrantes. No caso de Paraguai, o mais certo é que Manuel Antônio de Matos, conhecido como Curiango, foi um dos *primeiros*.

*Meu avô veio de Diamantina, pai já nasceu aqui. Agora os outros, os Marques, que era o Antônio "Fiim", avô desses meninos, eu já não sei de onde veio. Quando eu nasci eles já eram moradores daqui. Esse povo Souza eu também não sei, mas acho que eles vieram do lado do sertão. Mas o velho meu avô tenho certeza. Ele contava, meu pai também contava... [...] Ele veio rapaz, fez um rancho e pegaram a trabalhar. Os outros foram embora e ele ficou... arrumou uma namorada. [...] Ele casou e fez uma casa, que está aí no Maurício até hoje, e continuou... Ele foi dono de 40 alqueirão de terra, calculado. Quando chegou era mata, era um trem deixado, não tinha ninguém, dava o nome de posseante. Foram abrindo... Se eu abrisse daqui para cima, eu ficava sendo o dono; se você cortasse daqui para baixo, primeiro fazendo roça e depois suas mangas, daqui pra cá era seu. (Pedro, 76 anos, morador de Paraguai)*

*Tudo era do velho meu avô [Manuel Curiango]. Só tinha a de Antônio de Souza, ali do outro lado, e Clarindo, que era dono do Paraguai, onde é de Milton hoje. Foram os primeiros posseantes que chegaram aqui, antes deles não tinha ninguém. (Pedro, 76 anos, morador de Paraguai)*

Fruto da hábil transmissão oral de conhecimentos, as aventuras e os feitos dos/as pioneiros/as dessas matas mantêm-se vivas e são lembradas com entusiasmo, sobretudo pelos/as mais velhos/as, quando "puxamos" o assunto. Dona Nanci recorda que naquele tempo não havia nada naquele lugar, além de *mato e onça*.

*Diz que quando atirava em uma caça e caía, um pegava a caça e o outro ficava na espingarda... de tanta onça. Diz que onça acompanhava eles até chegar aí... que a onça matou galinha no terreiro da casa deles. Diz que as meninas, irmãs do velho Curiango, meu avô, meteu o cacete e matou uma onça pensando que era uma raposa... para você ver como era. Diz que caça aqui nunca viu desse jeito. Eles possearam daqui até a Canabrava. Isso aqui era grande, essa fazenda era grande. (Nanci, 86 anos, moradora de Paraguai)*

A história de formação da comunidade Paraguai nos direciona para o que a pesquisadora Flávia Galizoni, ao estudar três comunidades rurais da calha alta do rio Jequitinhonha, chamou de "comunidade de parentesco".

O que chamamos de comunidade é sempre uma comunidade de parentesco: um grupo familiar extenso, com várias famílias conjugais descendentes do mesmo(a) fundador(a) do grupo e, ao mesmo tempo, o(a) primeiro(a) possessor(a) da terra. A descendência concatena-se a um território e este condensa a diversidade de ambientes. Assim, uma comunidade rural é a expressão espacial de uma rede social de parentesco (GALIZONI, 2007, p.63).

É, portanto, a existência de laços de consanguinidade com o ancestral comum, assinala Galizoni, que garante o direito de posse e uso pelos descendentes. A terra seria um patrimônio legado aos sucessores do dono original. Considerando a situação extrema do fechamento absoluto das terras a não parentes, Woortmann (1990) designa de "território de parentesco" o espaço onde camponeses sergipanos dominam de modo "quase corporativo" o conjunto das suas terras. Esta situação "extrema" não é incomum nas comunidades rurais do Jequitinhonha. Em Paraguai, as poucas famílias que não apresentam laços de parentesco são consideradas excepcionalidades e tratadas pelos/as moradores/as *como se fossem parentes*. Em razão da recente utilização do termo "comunidade" no Jequitinhonha e da destacada parentela em Paraguai, parece-nos mais adequado adotar a expressão "território de parentesco" para se referir ao *tempo dos antigos*.

### **3.2. *Uns ficavam mais parados, uns saíam, outros remavam por aqui mesmo***

No *tempo dos antigos*, o território onde viviam os/as posseiros/as que originaram a comunidade Paraguai era circundado por fazendas. Muros de pedras e *valos*, escavados para delimitar as glebas de terra, identificavam fronteiras socialmente construídas. Estamos nos referindo a um quadrante de tempo e a uma porção de espaço em que as primeiras famílias já haviam se estabelecido e suas experiências, mediadas pelo parentesco e pelo costume, alicerçavam vínculos socioespaciais coletivos. Grosso modo, localizamos esse período entre o final do século XIX e meados do século XX.

Importante salientar que num primeiro momento, o território de parentesco era formado por núcleos familiares menores - mais ou menos *coligados*. Entre eles estava o núcleo de nome Paraguai. Dona Nanci (86 anos) lembra que o nome Paraguai, posteriormente assumido pela comunidade, é um *nome pegado* a partir desse núcleo. O setor Santo Antônio, onde ela reside, pertencia a um núcleo familiar (ou *fazenda*) conhecido como Santa Cruz.

Com o correr dos anos, os/as moradores/as desses núcleos se aparentaram e os mecanismos de transmissão, posse e uso da terra tornaram-se mais comuns e mais complexos. Apesar da delimitação zonal, representada pelos muros e *valos*, as interações sociais entre os territórios do campesinato e os territórios dos *fazendeiros* eram correntes, de modo que a análise do primeiro não pode prescindir da leitura dos segundos. Como afirma Doreen Massey (2015) o debate sobre a abertura e fechamento não deveria estar amparado em formas espaciais abstratas, mas em relações sociais "através das quais os espaços e aquela abertura e fechamento são construídos, as sempre móveis geometrias de poder espaço-tempo".

Uma das terras circunvizinhas, por exemplo, estava sob o domínio de Dionísio Figueiredo. Na fazenda do velho Dionísio, um *homem muito bom* segundo dona Antonieta, 89 anos, encontravam-se uma escola e uma igreja, ambas frequentadas pelas famílias camponesas dos arredores. A igreja feita de *enchimento*, para onde o padre e o sacristão vinham a cavalo celebrar a missa, é saudosamente lembrada por dona Nanci.

A territorialização dos fazendeiros nessa região foi possivelmente fruto de apossamento seguido da expropriação territorial de famílias camponesas. Eduardo Ribeiro, atenta para o fato de que apesar de boa parte da literatura associar a abertura das fronteiras do Baixo Jequitinhonha à expansão da fazenda, ela teria sido a segunda ou terceira forma de domínio agrário. Teria se estabelecido "depois que as matas estavam palmilhadas pelo movimento de coleta e extrativismo, pela derrubada itinerante do posseiro e até pela lavoura já estável do camponês" (RIBEIRO, 2013, p.117). Para o bom desenvolvimento do pasto, era preciso que a terra já estivesse "amansada".

Por isso, a pecuária geralmente surgia depois da derrubada da mata virgem e a formação das primeiras lavouras. As matas do Baixo Jequitinhonha e Mucuri não foram, então, derrubadas para criação de gado. Pelo contrário: foram as matas *brocadas* por madeireiros e derrubadas por agregados e posseantes que permitiram sua expansão. (RIBEIRO, 2013, p. 268).

Em 1922, pouco mais de um século da criação do Sétimo Distrito Militar de São Miguel<sup>51</sup>, já havia 2462 fazendas matriculadas na Câmara Municipal de Jequitinhonha, isto é, "já inscriptas em livro próprio, sujeitas ao imposto chamado pastoril"; e, ainda, "boas dezenas de pequenas propriedades - aberturas e posses novas, inda não sujeitas à postura municipal" (BRAZIL, 1922). A comunidade Paraguai não fugiria da "regra" que afligiu outros/as posseiros/as da região: com a chegada dos fazendeiros, muitas famílias saíram. Neste processo, alguns *parentes*, de sobrenomes Vaz, Souza e Marques, que viviam no território, se reterritorializaram na região da *Mata*. Teriam posseado, entre outras, terras na região de São Julião - situada entre os municípios de Teófilo Otoni e Carlos Chagas, no Vale do Mucuri. Clarindo Vaz, lembrado pelos moradores/as mais antigos/as como um dos *primeiros* de Paraguai, seria também um dos fundadores da comunidade da Lavra, década de 1920. Estudos realizados no Mucuri corroboram essa versão.

A comunidade da Lavra foi constituída por dois fundadores, Rodrigues Pereira e Vaz. Os Vaz têm origem na região de Araçuaí. Durante a guerra do Paraguai, foi feito um alistamento na região do Araçuaí. O patriarca dos Vaz, receoso que seus filhos fossem convocados, decidiu se mudar para o Vale do Jequitinhonha, onde abriu uma posse. Após a morte do patriarca, alguns filhos venderam suas terras e foram explorar a região do Mucuri. No entanto, Clarindo Vaz dos Santos, um dos filhos do patriarca, preferiu continuar na região de Jequitinhonha, onde possuía uma pequena roça, herança de seu pai, além do cargo de inspetor escolar. Em Jequitinhonha, Augusta, uma das filhas de Clarindo Vaz, se casou com Antônio Preto, da família Rodrigues Pereira. Após um tempo, Clarindo Vaz e Antônio Preto tiveram suas terras apropriadas por um fazendeiro, que as cercou, plantou capim e soltou seu gado. Clarindo Vaz e Antônio Preto, então, decidiram seguir para perto de seus parentes na região do Mucuri. [...] Quando a família Vaz desceu para o Vale do Mucuri, foi acompanhada da família Souza, seus parentes por afinidade. No São Julião, a família Souza fundou a comunidade Cama Alta (LIMA et al., 2012, p. 43).

São Julião, também conhecida como Lavra dos Pretos, devido à concentração de minérios na região, está situada a 83 km de Teófilo Otoni, próxima ao distrito de Maravilha. Segundo a matriarca da comunidade, os primeiros moradores vieram de um lugarejo próximo à cidade de Jequitinhonha – ao que tudo indica, Felisburgo. Essa cidade não seria, entretanto, o local de origem desse processo migratório, mas sim alguma outra do estado da Bahia. (SILVA, 2012, p.26)

---

<sup>51</sup> Em 1811, após a decretação da Guerra Justa, foi instalada no Baixo Jequitinhonha a Sétima Divisão Militar de São Miguel (atual município de Jequitinhonha). Com isso, governo luso-europeu objetivou favorecer ocupações de colonos em "novas" áreas, inaugurando um novo ciclo de expansão territorial e exploração econômica.

Cumpra ressaltar que, assim como em Paraguai, moradores de São Julião reivindicam atualmente o direito ao território conhecido como Quilombo dos Marques (MARQUES, 2012). Os relatos dos/as que *ficaram* e dos/as que foram para a *Mata* apontam que, ao lado dos mecanismos de expropriação territorial acionados pelos fazendeiros, a seca severa e *geral* foi outro importante fator na mobilidade espacial camponesa. A seca esteve sempre associada aos momentos de maior *precisão*, ocorridos ciclicamente após as épocas de *fartura*. Nos dizeres de dona Antonieta: *não tem fartura que não há miséria, não há miséria que não há fartura*. Na falta, se valia do que se tinha. Mesmo assim, no tempo de seca muito rigorosa, nem um *prato* de farinha se encontrava para comprar na região.

*Antigamente dava arroz, feijão, tudo dava. Mas veio essa seca. Nem em Felisburgo, Rio do Prado, em lugar nenhum achava o que comprar. Nem farinha achava para comprar.* (Nanci, 86 anos, moradora de Paraguai)

Pode-se dizer que os mecanismos de expropriação territorial e a seca são fatores que estiveram concatenados e integravam uma rede mais ampla de "questões". Com aberturas cada vez mais frequentes nas matas e um número crescente de *posseantes*, a realidade do esgotamento dos recursos naturais agudizava os efeitos da estiagem. Para Ribeiro (2013), a seca nessa região deve ser entendida como um fenômeno associado a uma cadeia de relações sociais. Lembra o autor que as secas "do noventinha" e "do trinta", já destacadas neste capítulo, ocorreram num contexto em que também escasseavam a terra (pouca para muitos herdeiros), os recursos naturais e as oportunidades econômicas no lugar de origem. Combinava-se a isso a existência de terras férteis nas áreas de fronteira. Entretanto, como sinaliza Ribeiro (2013), a migração deve ser considerada uma escolha dos agentes sociais, realizada sob certas circunstâncias e depois de ponderações frente a um conjunto de possibilidades.

Importa reter que nos limites da *precisão* ou por tomada de decisão algumas famílias migravam para a *Mata* em busca de novas terras e um *bom tempo*. Dessa maneira, foram se constituindo trajetórias sociais e redes de parentesco e comunicação com outras comunidades rurais do Vale do Mucuri e do Sul da Bahia<sup>52</sup>.

Além das migrações, o trânsito de caminhantes, cargueiros e boiadas retratava a dinâmica social naquele território no *tempo dos antigos*. Em primeiro lugar, a presença de chácaras de café movimentava a vida do povo. Da entrada onde atualmente é o setor Santo Antônio até a atual escola da comunidade, por exemplo, existia uma grande chácara produtiva. Agricultores/as também prestavam serviço nas chácaras dos fazendeiros. Dona Nanci, 86 anos, lembra que trabalhou durante quatro anos para um fazendeiro vizinho no *tempo do café*. Parentes também vinham da *Mata* para a época da *panha* do fruto. Após o dia inteiro de trabalho, o batuque e o forró animavam as noites: *o povo do jeito que tava fundava na dança*, como se diz.

O café colhido era vendido principalmente em Felisburgo, Rubim de União [atual Rubim], Rio do Prado e na beira do rio, na cidade de Jequitinhonha. Moradores/as mais antigos/as recordam que o produto era transportado no lombo do burro ou na cabeça. Havia dias, segundo um morador, que cerca de 30 pessoas saíam a caminhar com trouxas de uma

---

<sup>52</sup> Com alguma frequência, moradores/as da comunidade Paraguai visitam parentes na *Mata*. Durante a pesquisa de campo tive a oportunidade de visitar, na companhia de alguns deles/as, a uma dona Aurora. Antiga moradora do núcleo Paraguai, migrou com a família para um lugar chamado Pé da Pedra e atualmente reside no distrito de Batinga (na divisa entre o vale do Mucuri e o estado da Bahia). Entre uma estória e outra, dona Aurora perguntou sobre antigos pés de pinha e de manga plantados por seu pai no núcleo Paraguai. Estes marcos territoriais encontram-se hoje no interior de uma fazenda vizinha. Também acompanhamos a movimentação do povo para organizar uma excursão até a comunidade de *tia Santa*. Um ônibus com mais de 40 pessoas com destino à Itanhém, percorreu caminhos do Jequitinhonha e do Mucuri até chegar à Bahia.



arroba de café na cabeça, para negociar em Jequitinhonha. Além do café, em Jequitinhonha se vendia farinha, milho, feijão, entre outros produtos. Voltava-se com outras mercadorias (sobretudo sal, roupa, querosene); mas não era muita coisa, complementa Francisco, pois os mantimentos eram quase todos produzidos no território: arroz, café, feijão, maniva, milho, batata, banana, abacaxi, abóbora, moranga, melancia e cana. Pedro, por sua vez, recorda dos cargueiros:

*O povo saía de Jequitinhonha 4 horas da tarde e vinha amanhecer o dia chegando aqui. Era uma turma, na verdade, tocando cinco ou seis cargueiros. [...] Nós levávamos era peso: alqueire e tanto de feijão, seis arrobas de café, três de um animal. Eles falavam "dá lombo"... chegava na metade da estrada, dava meio dia, você derrubava. Aí ia comer um carço de feijão, beber uma água ali, batia a cangaia dos burros... aí tornava a jogar em cima e ia chegar em Jequitinhonha o sol entrando. (Pedro, 76 anos, morador de Paraguai)*

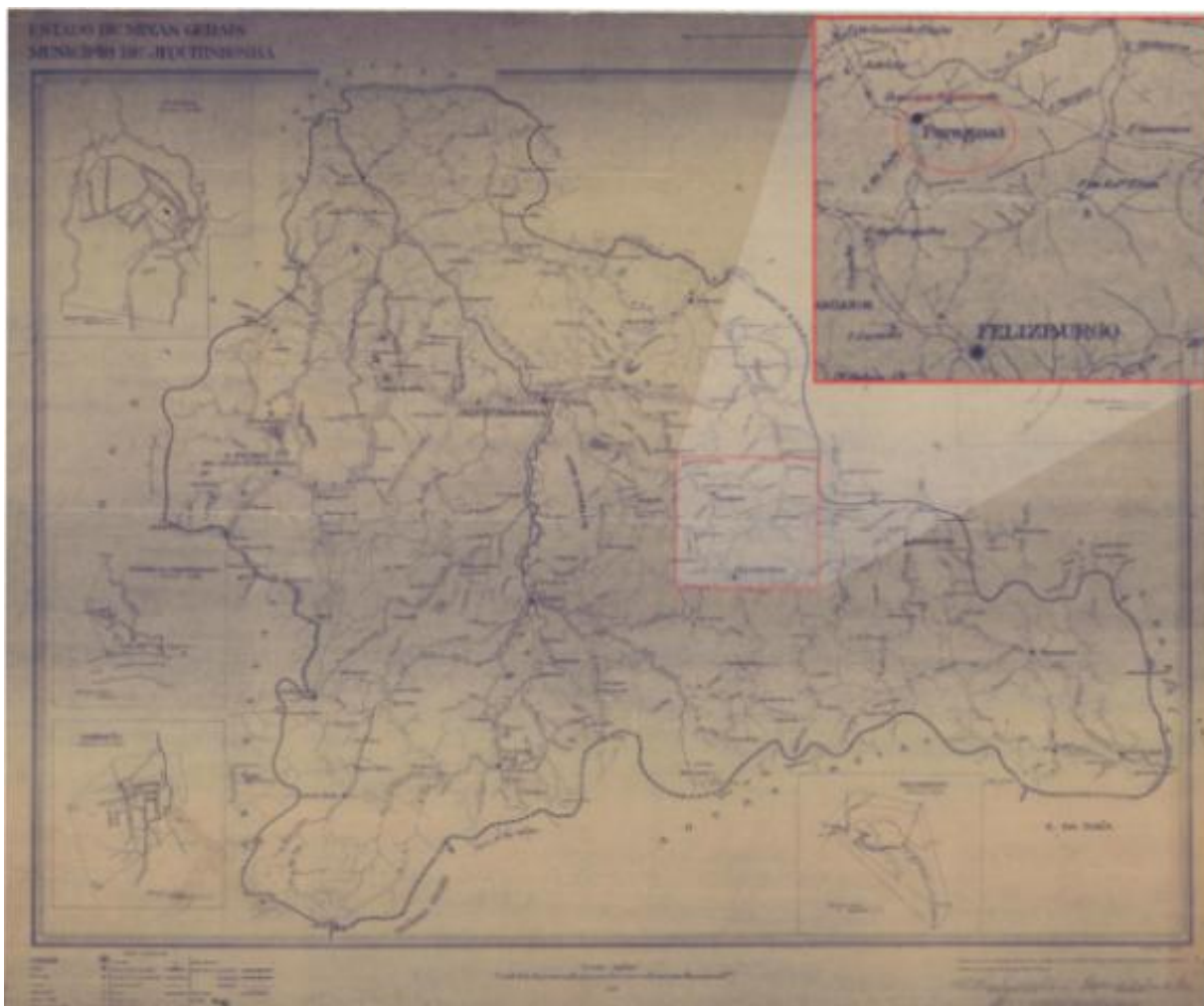
Tropeiros, boiadas e boiadeiros também atravessavam o território naquele tempo. Paraguai era ponto de parada de pessoas e de animais, cujos lotes impressionavam pelo tamanho. As boiadas vinham dos lados de Rubim de União e os currais das fazendas de Dionísio ou de Zé Figueiredo recebiam as reses, que chegavam a mil, segundo Pedro. Segundo moradores/as elas eram levadas *na perna* para serem vendidas em Governador Valadares.

*Fazia aquela boiadona: um ia, às vezes, com mil boi na frente e outro com oitocentos atrás. Era um movimento danado, moço, mas tudo na perna. É igual tem a música: antigamente era o boi que puxava o gado; hoje é o carro que puxa o boi. (Pedro, 76 anos, morador de Paraguai)*

**Pesquisador.** Muita boiada passava aqui?

**Entrevistada.** *Passava. [...] A estrada passava aqui no terreiro a estradas. Os tropeiros vinham de Rio do Prado, de Jeribá, dessas matas aí... Passavam aqui... Sem mentira nenhuma, burro ia chegando lá embaixo e tava passando burro aqui. Eu nunca vi daquele jeito. Gado do mesmo jeito. [...] Todo mundo passava aqui: era bom, era ruim. (Antonietta, 89 anos, moradora de Paraguai)*

O movimento das boiadas mostra a face mercantil das grandes fazendas de criação, potencializada pela Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). A guerra ocasionou mudanças nos mercados nacional e internacional que, com mais dinamismo e preços mais altos, animaram a expansão das áreas de pasto e melhoria de rebanhos na região (NUNES; MARTINS, 2009). O relativo destaque que Paraguai possuía no mapa oficial do município de Jequitinhonha em 1938 (Figura 22), quando Felisburgo era ainda distrito deste município, talvez se justifique pela importância adquirida como ponto de parada das boiadas e das tropas que percorriam a região.



**Figura 22.** Mapa dos limites do município Jequitinhonha em 1938. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Destaque do autor.

A territorialização da comunidade Paraguai e dos territórios dos fazendeiros estiveram, portanto, ligados a um grande fluxo migrante desde o Alto Jequitinhonha e do *sertão da Bahia* e à resistência de povos indígenas que se encontravam no Baixo Jequitinhonha. Buscamos analisar o *tempo dos antigos* a partir das transformações das paisagens (das matas às *mangas*<sup>53</sup>), das diversas atividades presentes no território de parentesco e dos movimentos que marcam as trajetórias dos/as moradores/as.

### 3.3. O lugar da agregação

Embora as pessoas de Paraguai sejam categóricas ao afirmar a inexistência da história da agregação em seu território, a trama das relações com as fazendas/fazendeiros da região permite inferir que a "atmosfera" e mecanismos típicos da condição de agregado estiveram e continuam presentes na vida do grupo social. Se, por um lado, uma dona Antonieta afirma que "*agregado não teve não. Nunca teve. [...] Era o povo da família da gente mesmo*"; por outro, repetidas vezes, a realização de *serviços* em terras vizinhas e a agregação temporária compuseram os enredos construídos pelos/as entrevistados/as da pesquisa.

<sup>53</sup> Termo utilizado na região para se referir aos campos de pastagens do gado.

Notadamente nos diálogos sobre os momentos de grande *precisão*, como aqueles tangidos por secas severas, os (des)caminhos da agregação se mostraram mais nítidos. Ressalta-se que o auge e a decadência da grande fazenda de criação, ainda hoje, integram fortemente o imaginário local. Por isso, a compreensão da complexidade territorial que envolve a comunidade Paraguai, localizada no interstício das fazendas, não pode eximir-se da compreensão da instituição do trabalho agregado nas terras baixas do Jequitinhonha mineiro.

Eduardo Magalhães Ribeiro (2013, 2010, 1996) foi o pesquisador que mais adentrou a região das matas para desvendar essa instituição no nordeste de Minas Gerais, ele localiza a existência do agrego nessa região entre 1890 e 1970. De acordo com esse autor, assim como a fazenda, a agregação no baixo Jequitinhonha baseou-se na existência de terras novas e férteis, que possibilitariam a mobilidade da lavoura e, com efeito, a abundância de alimentos. A necessidade contínua de incorporação de novas áreas para manter a produtividade decorria da natureza do sistema de "roça de toco", que consiste na abertura de uma clareira dentro da mata bruta ou em diferentes estágios de sucessão para implantação de parcelas agrícolas.

Uma grande fazenda típica do Jequitinhonha no último quartel do século XIX, composta de centenas de alqueires divididos entre roças, pastos, matas e posses de agregados, espaço em torno do qual gravitavam, frequentemente, 50 ou 60 famílias sob o domínio patriarcal do "coronel", ficava envelhecida no período de cinquenta anos, pouco mais ou menos. As terras enfraqueciam, a produção declinava, o sustento das famílias tornava-se difícil. Era preciso, então, mudar de lugar, abrir outra fazenda ou resignar-se com uma existência medíocre no porvir. (NUNES; MARTINS, 2009, p.3)

O curral sintetizava o encontro entre o empresário e o senhor de terras, que resultava no "fazendeiro", representante da ambiguidade que marcava as grandes fazendas da região. Assim interpreta Ribeiro (2013), que considera difícil compreendê-las como empresas capitalistas; isso porque, na visão do autor, o vaqueiro - principal produtor direto de mercadorias - ligava-se ao fazendeiro por laços (pessoais, de domesticidade, apadrinhamento e fidelidade) que não podem ser associados apenas ao salário.

José de Souza Martins afirma que diferentemente das relações entre senhores e escravizados, marcadas pela dominação, aquelas entre fazendeiros e agregados eram essencialmente relações de troca: "troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controladas através de um complicado balanço de favores prestados e favores recebidos" (MARTINS, 1986a, p.35). Vivendo e trabalhando na terra do fazendeiro, prestando e colhendo favores, o agregado estaria defendendo, além do seu direito de estar naquela terra, o direito do fazendeiro de se assenhorar da terra. Diante disso, de acordo com Martins, estava posta uma grande questão, pois, defender o direito de estar na terra significava também fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro.

A morada de favor envolve uma relação de troca que inclui e ultrapassa o trabalho e as relações de trabalho, já que a concepção de favor, como prestação pessoal, mas recíproca, envolve não apenas a produção material mas a própria lealdade das partes. [...]. A troca concebida como troca de favores era estabelecida com base num código de honra, que regulamentava as relações entre um e outro. Não era troca de coisa por coisa, como ocorre nas trocas comerciais características. Era troca de tudo por tudo. Envolvia, por isso, desde as relações materiais, a cessão da terra em troca de parte dos gêneros alimentícios produzidos, até a recíproca lealdade, até a trama religiosa e do compadrio, pelo qual o agregado colocava seu filho sob tutela e proteção do fazendeiro-padrinho, tecendo uma teia de relações sagradas de prestação e lealdade recíprocas (MARTINS, 1986a, p. 36-7).

Na agregação que existiu no nordeste mineiro, segundo Ribeiro, a extração na mata era liberada, havia terra para as lavouras e derrubadas para renovar as lavouras eram permitidas a cada três ou quatro anos. Aliado à caça, a pesca e a coleta, trinta dias de trabalho familiar na lavoura anualmente, concentrado no *tempo das águas* (setembro a maio), eram suficientes para o sustento da família agregada (RIBEIRO, 2010). "*Nesse tempo os fazendeiros não importavam com nada*", diz Pedro, expressando a relativa liberdade nas terras de agrego. Os moradores Cássio e Francisco explicam:

**Pesquisador.** O agregado tinha que entregar que produzia para o fazendeiro?

**Francisco.** *Não, era para ele mesmo. O fazendeiro dava a terra para fazer a roça, para ele mesmo, para custeio da família.*

**P.** E ele trabalhava só para o fazendeiro?

**Cássio.** *Tem hora que trabalhava para o fazendeiro, tem hora que se o fazendeiro... Vamos supor: se eu morasse aqui mais Francisco e Francisco não tivesse serviço, eu podia sair para trabalhar fora em outro lugar. Minha roça sempre tava aqui na terra. [...] trabalhava com quem quisesse.*

**P.** Mas na hora que o fazendeiro falava: "tô precisando fazer uma cerca..."

**Francisco.** *É. Aí trabalhava para ele.*

**P.** Quando colhia alguma coisa dava para o fazendeiro, levava?

**Francisco.** *Criava muito porco, o fazendeiro pegava aquelas leitoas para matar, dava... (Cássio, 45 anos; Francisco, 74 anos, moradores de Paraguaí)*

Francisco lembra que nas fazendas próximas havia entre 30 e 40 famílias e que no caminho até Santa Helena de Minas, no vale do Mucuri, existiam muitas fazendas com agregados/as. Pedro reflete que hoje, nesse caminho, "*não se vê sequer um quintal, porque os fazendeiros não produzem nada: só vaca, capim e leite*".

A trajetória de Afonso (78 anos, morador de Paraguaí) auxilia na compreensão das relações de agregação vivenciadas pelos/as moradores/as de Paraguaí. Seu avô tinha uma posse no núcleo conhecido do Córrego Dantas. Afonso saiu do território com 12 anos de idade para tocar boi na fazenda Itacura, próximo à Rio do Prado. Morando com a família do fazendeiro, seguiu posteriormente com ela para a cidade de Jequitinhonha onde atuou em um comércio. Depois de algum tempo, regressou novamente à fazenda, onde aprendeu a trabalhar como pedreiro. Depois foi para Rubim, onde tirava leite para um fazendeiro de nome Adelino. Tornou-se, tempos após, agregado de um outro fazendeiro chamado Manuel Mariano. Quatro anos se passaram e com vinte e poucos anos de idade, regressou para Paraguaí onde construiu muitas casas na comunidade. Mas só após *levantar* sua própria casa, no grupo de vizinhança Oleria, casou-se com Efigênia. Tiveram quatro filhos. *Até então a vida era só ficar rodando*, afirma Afonso.

Anos mais tarde migrou ainda para Belo Horizonte, sem Efigênia, onde atuou como pedreiro. Corridos três anos, quando Efigênia adoeceu, Afonso voltou à Paraguaí. Após o tratamento de saúde foram morar de agrego na fazenda Duas Barras. Mas a terra onde vivia foi arrendada e eles foram expulsos do lugar. De volta novamente à Paraguaí, morou como agregado de um fazendeiro dos arredores, Elton, até construir a casa que onde reside atualmente em um *pedaço* cedido por Pedro, irmão de Efigênia. Sobre o tempo de agregação na fazenda de Elton, ele afirma:

*Passei uma vida de cachorro. A vida era muito difícil nesse tempo, não achava serviço. Pedia serviço e eles não davam. Mas eles me deram uma casinha para morar, uma casinha de quatro cômodos. [...] Aí eu vim fazer essa casa aqui. Maria*

*vinha me ajudar a fazer adobe até o tempo de levantar a casa* (Afonso, 78 anos, morador de Paraguai).

Cumpra acrescentar que entre uma passagem e outra pelas fazendas, Afonso e Efigênia venderam o direito da terra em Paraguai. Por isso esse morador, ainda hoje, entende-se como um "agregado" na terra de seu cunhado. Segundo o casal, a vida só melhorou após a chegada do *recurso* das aposentadorias.

O auge do enfraquecimento das relações de agrego na região esteve associado ao vigor da *lei do sindicato*. Esta lei, o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214/1963) previa a extensão dos direitos trabalhistas para o campo.

*Depois que criou aquela lei do sindicato para cá, o governo pegou dar direito aos agregados, aos empregados, aí que o trem começou a apertar e os fazendeiros foram colocando o povo para rua. Uns fazendeiros ainda deixaram... outros foram encurtando, encurtando: "Eu vou plantar capim ali, você fica com um pedacinho aqui". O agregado não tinha saída e tinha que ir embora para a cidade. Foi desocupando essa terra toda. [Hoje] só tem vaqueiro, não tem mais agregado.* (Pedro, 76 anos, morador de Paraguai)

Como lembra Medeiros (2002), os anos de 1962 e 1963 foram de reconhecimento das demandas emergentes no meio rural e de institucionalização de direitos pelo Estado. É um período de emergência de camponeses na cena política com demandas próprias, provocadoras de mudanças institucionais significativas.

Foi regulamentado o sindicalismo rural, reconhecendo sindicatos de trabalhadores de um lado e de patrões de outro, nos moldes do sindicalismo corporativista; foi aprovado, após mais de dez anos de debate, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo uma série de direitos trabalhistas vigentes para o meio urbano e, logo após o golpe militar, foi aprovado o Estatuto da Terra, regulamentando as condições de acesso à terra e os contratos de parceria e arrendamento. Esse documento passou a desenhar o perfil e os limites das demandas por reforma agrária até os dias de hoje (MEDEIROS, 2002).

A *lei do sindicato* assombrou os fazendeiros do baixo Jequitinhonha, que usaram de intimidação e de diversos outros meios para expulsar famílias agregadas das fazendas. Antônio era agregado de uma fazenda em Jequitinhonha e lembra que o fazendeiro possuía três *vacas roceiras*. O agricultor é saudosos ao lembrar-se da beleza de sua roça e da boa *qualidade* da mandioca assaltada por essas vacas, *treinadas para correr com os agregados da terra*.

Tamanha a força das obrigações morais (e assimétricas) estabelecidas entre fazendeiros e agregados que, ainda hoje, os camponeses/as questionam aqueles que não *souberam agradecer* e *quiseram ser dono* após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

*Depois que pegou essa lei do sindicato, os fazendeiros tiraram os agregados e não quer dá mais. Ficam com medo do povo ter direito no que é deles. Tem uns, como diz no caso, que não agradece: mora na fazenda mais quer ser dono. Então pegou isso.* (Francisco, 74 anos, morador de Paraguai)

**Pesquisador.** Então os fazendeiros foram tirando...

**Entrevistado.** *Vamos supor... Se você tinha uma terra ali. Se eu trabalhasse em sua terra um ano, quando eu saísse eu já queria ter direito naquilo lá. Aí os fazendeiros ficaram logo com medo.* (Cássio, 45 anos, morador de Paraguai)

O episódio da *encrenca*, apresentado a seguir, representa um marco importante no entendimento das transformações e descontinuidades relativas ao direito costumeiro e ao acesso à terra como um patrimônio na comunidade Paraguai, ocorridas após o vigor da *lei do sindicato*. Sob o ponto de vista das "terras de herança", o episódio sugere modificações no sistema de transmissão do patrimônio familiar. No que tange aos bens territoriais comuns, indica um momento de intensificação das restrições no que diz respeito ao acesso à terra, água e biodiversidade, catalisadas por um agente, até então, "externo". A *encrenca* evidencia também a complexidade das relações sociais e de poder que permeiam o espaço de vida da comunidade. É a chegada das cercas em Paraguai.

### 3.4. Uma *encrenca* danada

*Essa encrenca foi uma encrenca danada*, assim iniciou seu Francisco quando perguntado sobre um acontecimento marcante da história de Paraguai. Ele vive *mais em cima*, num lugar da comunidade Paraguai chamado Ventania. Era terça-feira e na mesa de conversa sentava-se ainda o presidente da *associação quilombola*, que nos acompanhou-me durante o dia de visitas e conversas. Esse assunto da *encrenca* fora mais ou menos apresentado (e, às vezes, tangenciado) nas casas visitadas anteriormente. Entretanto em Ventania se mostrou mais revelador. Não por oferecer uma suposta verdade, mas por confrontá-la, explicitar seu campo de tensão. Custoso haveria de ser. Foi preciso tatear, rodear, "estabelecer" as relações de parentesco, enfim, saber entender. Parecia coisa séria, de terra, de família, de comunidade.

Tudo começou quando Durval, conhecido dono de um cartório em Jequitinhonha, resolveu "comprar" parte das terras da comunidade na mão do, assim tratado, Domingos do Tanque - em meados da década de 1970. Essa oportunidade de negócio surgiu em virtude do desentendimento entre Domingos e um sobrinho "torto" Josias, por *questão de terra*. No dia anterior à entrevista com Francisco, dona Nanci, moradora do setor São Francisco, com o cuidado de um primeiro encontro, já havia tocado no cerne da questão. Para alguns outros/as moradores/as melhor decisão foi dizer o "não dito" (POLLAK, 1989).

*Era tudo misturado mais tio Domingos. Aí, lá na Ventania, pegaram umas encrencas lá [...]. Aí tio Domingos injuriou daquilo e vendeu a fazenda para Durval. Depois que Durval passou a ser dono é que repartiu, cada um tirou os seus... Eles falam, né, que Durval roubou... mas não sei... (Nanci, 86 anos, moradora de Paraguai)*

No ano do acontecido, já estava em vigor aquela *lei do sindicato*. Era grande a movimentação dos fazendeiros para despejar os agregados da terra na região. No caso da *encrenca* sucedeu de maneira distinta: o "fazendeiro", que não era dono, negociou a terra e mandou as famílias irem embora. Famílias porventura remanescentes tornaram-se agregadas; isto é, continuaram na terra, mas sem o *direito*.

**Pesquisador.** Então eles ficaram no mesmo lugar, só que sem o direito?

**Mateus.** É, sem o direito.

**Edna.** Sem direito para nada.

**P.** E a hora que vendeu eles tiveram que...

**M.** Vendeu tiveram que sair. Era gente que morava aí. O pai de Conceição morava aí muito tempo, moço, era antigo aí.

**E.** Antigamente tudo era cartório, né? Se você não tinha as terras comprovadas de cartório você era dono, eles chegavam e... (Mateus, 50 anos, é casado com Edna, 49 anos)



Importante sublinhar que antes da *encrenca* não se observava cercas em Paraguai. A terra era *em comum*. Era direto, uma *fazenda* só, gado se soltava tudo misturado. Além do *gadinho*, famílias tinham roças das moradias e algumas possuíam chácaras de café.

*Aqui era de um jeito que não tinha uma extrema na fazenda de ninguém. [...] O povo de fora chegava e falava "gente fazenda em comum assim não pode, tem que ter as extremas tudo certinho". Soltava a criação. Ninguém falava que era dono não. Era um tanto de dono, mas os donos eram assim, tudo misturado.* (Antonietta, 89 anos, moradora de Paraguai)

*A terra é pequena, não tem espaço, né? As vezes se uma família for grande é até difícil para trabalhar. Porque, às vezes, tem um pedacinho de terra. Antigamente não. Antigamente aqui não tinha cerca não. Até quando eu conheci isso aqui não tinha cerca nenhuma. Daqui para o Tanque, não tinha cerca nenhuma. Aqui o pessoal criava onde queria, pai mesmo tinha as vaquinhas dele naquela época, aí tinha um leitinho. [...] Quando era de manhã às vezes ia pegar uma vaca para prender para tirar o leite... Tava nesse mundo aí, nós aqui. Os meninos iam atrás dessas vacas de manhã.... Fazia a roça onde queria...* (Mateus, 50 anos, morador de Paraguai)

Segundo Pedro, morador do setor São Francisco, o gado da maioria das famílias era pouco, tinha-se *uma ou duas vaquinhas, mesmo para o consumo*. Pelas contas de seu Francisco, se fosse fazer a medição, eram mais de 150 alqueires. Não quer dizer que não havia marcação, antigamente falava *naquele pau ali a extrema é essa, ali é aquela*. Mas Durval não respeitou e tirou mais. Chegava sem documento, sem nada, e marcava o local de fazer a cerca, *queria tirar aonde ele quisesse*. A origem dessa agregação se aproxima daquilo que Ribeiro denominou de "incorporação por posse".

Incorporação de posses: ocorria quando um fazendeiro expandia seu domínio para área ocupada por posseiro e impunha seu mando sobre a terra; o posseiro podia enfrentá-lo ou agregar-se; geralmente se agregava. Esses casos foram frequentes nos anos finais da fronteira agrícola; posseiros costumavam mesmo oferecer as áreas para a fazenda incorporar, às vezes em troca de pequeno pagamento, às vezes buscando proteção contra outros fazendeiros, mas quase sempre visando o direito de plantar nas terras virgens ainda descansadas dessas fazendas. (RIBEIRO, 2010, p. 401)

No caso aqui destacado, as famílias que se tornaram agregadas foram expulsas quando Durval, com cercas e domínios estabelecidos, negociou a terra com Elton. Havia passados seis anos do início da *encrenca*.

**Pesquisador.** E o outro [fazendeiro, que comprou de Durval] não aceitou que eles ficassem?

**Entrevistado.** *Não aceitou ficar. Aí, tiveram que ir para Jequitinhonha inclusive, né? Ficaram lá. Até hoje, da família deles, só tem uma moradora que mora aqui. Zé foi lá para o Paraterra, né? Foi para Felisburgo, de Felisburgo quando saiu lá aquele assentamento do Paraterra foi pra lá e está lá até hoje. E os outros estão em Jequitinhonha. É, gente que podia está morando aqui até hoje se não fosse esse problema. Essa família morava toda aqui no Paraguai.* (Mateus, 50 anos, morador de Paraguai)

Mais do que um resquício de relações que perdiam o seu vigor, a origem da agregação nesse período indica, portanto, um momento "anômico": ao passo que a terra se transformava

em mercadoria, posseiros ainda não expropriados transformavam-se em agregados para, no momento seguinte, serem forçados a *sair* para a cidade. Caso notório ocorreu com a família de Adão.

**Pesquisador.** A terra era de Domingos aqui?

**Entrevistado.** *Era de Domingos do Tanque.*

**P.** A terra que seu pai morava?

**E.** *A que a gente morava era de Domingos, aí depois que ele vendeu para Durval, aí já foi apertando os beco pra gente, né? Porque na época de Domingos a gente fazia uma roça em qualquer lugar, né? Ele não ligava com isso e muitas vezes se a terra tivesse cansada a gente podia mudar. [...] A gente não tinha feixe não, não tinha feixe não. Isso aqui era daqui lá no Tanque, isso aí tudo não tinha divisão nenhuma de manga.*

**P.** E era tudo de Domingos?

**E.** *Era tudo de Domingos do Tanque, era tudo de Domingos. Aí depois que eles trocaram, que vendeu pra Durval, Durval chego pra cá e foi empurrado o pessoal com a barriga. Muita gente. Tirou até terra dos povo que tinha uma partezinha de terra aqui, ele tirou terra deles ainda. Porque as medições foi tudo, ele fez do jeito dele, né? Não pensou nas pessoas que não tinham nada. Aí a gente tinha uma roça muito grande, morava numa casinha ali, aí ele precisou da casa. [...] Aí ele fez uma negociação com pai e comprou uma casa para ele lá em Jequitinhonha. Mas era negócio enrolado lá. Prometeu pai mundos e fundos e quando acabou, ele que fico na mão...*

**P.** Era enrolado por quê?

**E.** *Os terrenos que ele comprou eram enrolados, porque não tinha documento. Dizia "ah, eu vou resolver tudo" e, com isso, nós perdemos tudo, pai perdeu tudo. [...] Perdeu porque não ficou com a casa e não ficou com nada, porque Durval ficou naquela enrola. Os terrenos que ele comprou eram terrenos enrolados assim de herdeiro, né? Aí ele não tinha o documento da passagem, e naquela época não entendia da lei, como que era. (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*

O povo conta que antigamente a terra não tinha valor monetário nesses *boqueirões* entre os vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri, uma das últimas regiões de fronteira do estado de Minas Gerais. Compreender o que significava "comprar" terra nessa região no início do século XX pode ajuda a captar um pouco da lógica persistente no período investigado. Como afirma Ribeiro (1996, p. 20): "o domínio de uma terra no Nordeste de Minas podia garantir fartura, poder, prestígio, conforto e serviço alheio; raramente valia dinheiro". Dois casos ilustram a afirmação do autor:

Em partilhas de herança em Minas Novas havia acertos de entre os filhos para um receber um tacho de cobre e outro 50 alqueires de chapada, e era partição igual. Por volta de 1920, um salineiro recém-chegado ao córrego do Pavão trocou o burro que trazia sua bagagem por 50 alqueires de terra, e recebeu na volta uma leitoa. (RIBEIRO, 1996, p. 20).

Cabe frisar que não foram somente os *de cima* da comunidade, da região de Ventania, aqueles prejudicados. O mesmo se fez lá *em baixo* (atuais setores São Francisco e Santo Antônio). Foi até pior, porque lá a cerca passou na porta das casas. É interessante notar que o mecanismo de expropriação territorial em Paraguai encontra grande similaridade com aquele vivenciado pelos posseiros da *plantation* nordestina, estudada por Beatriz Heredia.

As posses eram tradicionalmente transmitidas de geração em geração; por ocasião da morte do posseiro chefe de família, a terra era dividida entre seus herdeiros. Ainda que cada um dos herdeiros desfrutasse de uma parcela de forma individual, não era necessário que se fizesse demarcação legal, pois a divisão era reconhecida de fato pelos usufrutuários. Os grandes proprietários interessados na compra das parcelas usaram com frequência desse hábito para expropriar os posseiros: ofereciam a um dos herdeiros um preço comparativamente alto pela parcela de que ele desfrutava individualmente e, uma vez efetivada a transação, quando o comprador ia delimitar a propriedade, ele na realidade demarcava a posse originária em sua totalidade, ou, em outros termos, demarcava a extensão total independente das fragmentações sucessivas por herança. Assim, de um só golpe, expulsava o conjunto de herdeiros (HEREDIA, 2008, p.63).

O enfrentamento de famílias de Paraguai que se negaram a sair dos seus lugares, foi o que garantiu, em alguns casos, a permanência na terra, ainda que em condições limitadas de acesso. Leonardo, hoje com 49 anos, era pequeno, mas se lembra:

*O que é nosso foi confronto mesmo com Durval. [...] Eu lembro porque foi meu tio que fez a cerca, ele e meu outro tio que mora em Belo Horizonte hoje. Hoje estou com 49 anos, mas conheci já com foice, com facão, para enfrentar eles... tudo eu conheci. A cerca ia passar quase na frente de casa, mas eu lembro que ajuntou mãe, filho e enfrentou eles lá. Isso eu lembro, como hoje.*

Josias até foi embora por causa dessa *encrenca velha braba*. Migrou para São Paulo e não voltou mais, morreu por lá. Leandro, 54 anos, demonstra a persistência de tensionamentos relacionados ao caso: *"Essa cerca que passa em cima do córrego aí, essa chapada, tudo é nosso. [...] Até hoje o fazendeiro não vende para outra pessoa. Isso aí no regulamento é nosso. Nós temos extrema aí, chama vale velho. Essa mata... isso é nosso"*.

Mas ainda resta uma dúvida: como Domingos do Tanque virou dono para vender, se tudo era *em comum*? Pelo que se conta, ele havia se casado com Joana, filha do velho Curiango. Um dos primeiros moradores da comunidade, Curiango tornou-se a casar após o falecimento de sua esposa. Com a nova companheira mudou-se para outro canto, um lugar chamado Itacura. Antes de ir, dividiu a terra entre os três filhos mais velhos (entre eles Joana) - três alqueires para cada. Explica dona Nanci que ele *dividiu, assim, mas não dividiu para separar não*, era tudo misturado com Domingos. Mas o certo é que desse jeito *ninguém foi dono, só ele, Durval, foi dono*.

Mas não foi a totalidade dos herdeiros da terra que foram expulsos. É importante reter que depois da *encrenca* a terra deixou de ser *aberta, em comum*. Preocupados, com medo de perderem suas posses, os/as moradores/as começaram a cercar e a estabelecer, também limites mais rígidos. Adquirindo terras de Durval, fazendeiros converteriam parte do território de Paraguai em "terra de negócio" até os dias atuais. Conclui Pedro, quatro décadas após o ocorrido, que o número de moradores/as da comunidade aumentou, mas as terras diminuíram. Reduziu-se também, segundo ele, o volume do que se produz: *"Porque em qualquer lugar aí se fazia roça e agora você só tem direito naquilo que é seu, dentro do direito seu"*.

### **3.5. Isso aí, pra mim, era escravidão**

Ao que tudo indica, o processo de expropriação e compartimentalização territorial, que tem como marco o episódio da *encrenca*, resultou em maiores patamares de dependência econômica e alimentar, gerando uma subordinação do trabalho das famílias camponesas aos *fazendeiros* dos arredores de Paraguai. Essa situação se expressa de forma ainda mais contundente pela existência de um sistema de *escravidão* por dívida, que perdurou por cerca

de três décadas na comunidade. Tal sistema esteve atrelado à fazenda que se encontra atualmente sob domínio do *fazendeiro* Maurício. Uma conversa "despretensiosa" com uma moradora durante o dia de feira no Mercado em Felisburgo, já na última semana de atividades de campo da pesquisa, foi a ponta do novelo para esta descoberta:

*Há uns dez anos atrás a gente trabalhava para ele e era trocado: o serviço pelo alimento. Hoje a gente não depende dele mais para isso. [...] Você trabalhava e tinha a obrigação de ir lá e pegar o alimento em troca. Se fosse trinta, quarenta reais... ele não passava o dinheiro.* (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Entrevistas posteriores mostraram que grande parte dos/as atuais moradores/as de Paraguai envolveram-se nesse sistema de superexploração da força de trabalho, caracterizado pelo emprego de mão-de-obra na fazenda em troca da *despesa* ou *feira* na venda mantida pelo fazendeiro. Surpreendeu-me quão recente era a existência dessa relação, fortemente presente na memória coletiva do grupo. Teria iniciado ainda com Durval (no final da década de 1970) e prosseguido até a década de 2000. As mudanças da propriedade da fazenda durante esse período não alterariam suas bases, observada em todos os *patrões* subsequentes: Elton e, em seguida, Maurício.

A "dívida que escraviza", base desse sistema, tem no recrutamento, deslocamento e na imobilização do trabalhador algumas de suas características mais destacadas no Brasil. Neide Esterici (1999) assinala quatro exemplos clássicos desse tipo de relação na história do país: a chegada de migrantes para as fazendas de café em meados do século XIX, o recrutamento de trabalhadores nordestinos para o sistema de aviamento nos seringais da Amazônia, a moradia nos engenhos de açúcar do nordeste e a peonagem nas novas fronteiras agrícolas da Amazônia a partir dos anos 1960. Como afirma a autora,

Instrumento de usurpação da liberdade dos trabalhadores, resultante e indicador da superexploração que lhes é imposta, a dívida está em muitos casos incorporada à percepção que os trabalhadores têm da relação com os patrões. Nesses casos, eles não questionam a ideia de dívida como parte da relação e, sim, a falta de controle sobre as contas, o montante e a composição da dívida; e, como um ponto de honra, esses trabalhadores preferem "não sair devendo" (ESTERICI, 1999, p. 102)

Assim como nos exemplos clássicos de peonagem ou aviamento, em Paraguai o padrão mantinha sua ampla margem de exploração pelo adiantamento da mercadoria a crédito, imputando baixos valores ao dia de serviço e preços abusivos aos produtos oferecidos em troca. Não raro procedia, assim, o saldo negativo e o endividamento crescente, pois o valor pago pelos dias de trabalho não cobria a quantia devida ao fazendeiro.

**Pesquisador.** Quando começou isso?

**Entrevistado.** *Isso aqui na época de Durval. É que ele tinha uma venda, né? Muitas vezes trabalhava, no final ganhava X. Tava precisando comprar alguma alimentação que precisava de compra, já lá, o dinheiro já ficava lá na venda mesmo.*

**P.** E não pegava no dinheiro?

**Entrevistado.** *Só chegava e acertava tudo. Muitas vezes a pessoa precisava do dinheiro e ele dizia "Não. Você já tá devendo aqui." Aí o dinheiro já ficava lá na venda, né? (Adão, 74 anos, morador de Paraguai)*

Pedro e sua filha Maria também recordam essa condição.

**Pedro.** *A gente trabalhava na semana. O que ganhava às vezes não dava nem para pagar a feira, porque o dia era muito barato. Às vezes ficava devendo valores de dois dias de serviço para a semana que entra. Na semana já abatia aquele totalzinho que a gente ficou devendo.*

**Pesquisador.** Um dia de trabalho dava para fazer uma feira? Quantos dias? uma semana?

**Pedro.** *Era mixaria, não dava nada. [...] Eu sei que nós trabalhávamos cinco dias para comprar umas coisinhas que as vezes nós ficávamos devendo valor de dois dias de serviço para a outra semana.*

**Pesquisador.** E quantas famílias trabalhavam?

**Pedro.** *Todo mundo trabalhava. Os de fora também vinham comprar. O que homem e mulher trabalhava ficava tudo lá. Tinha hora que a gente precisava de um dinheiro para pagar a luz e dava trabalho para tirar, às vezes, quinze reais ou o que fosse o preço.*

**Maria.** *Eu lembro que eu ia lá mais ele [Pedro] para fazer essa comprinha. A pessoa trabalhava uma semana para trazer alimento que a família nem comia durante a semana. Isso aí, pra mim, era escravidão que tinha, né? Trabalhava em troca da comida, trocava.*

**Pesquisador.** Trocava direto? Nem pegava no dinheiro?

**Maria.** *Trocava direto. Mesmo se a pessoa tivesse lá não pegava, deixava tudo, tinha que compra tudo na mão deles.*

Mateus lembra que começou a trabalhar de enxada aos dez anos de idade. Desde pequeno, era o responsável pelo cuidado de uma roça familiar pois seu pai saía para a fazenda para *fazer a despesa*. Segundo ele, a relação não existia no tempo de seus avós:

*[...] meus avôs mesmo eu não conheci eles trabalhando para ninguém não, assim, à diária não. Eu tinha meu avô aqui, mas eu conheci ele trabalhando sempre para ele, na área dele aqui. Meu outro avô lá também, não conheci ele trabalhando à diária para ninguém não. Porque naquela época meu avô mesmo tinha a chácara de café, né? Aí eles panhavam esse café e iam vender fora. Era Jequitinhonha, era Rubim de União que eles falam aí, né? (Mateus, 50 anos, morador de Paraguaí)*

Leonardo trabalhou durante 13 anos para Maurício, envolvendo-se diariamente num conjunto de serviços: "*rancar toco, foice, machado, enxada e fazer cerca*". Mas não eram só os homens que trabalhavam para os fazendeiros. As mulheres envolviam-se diretamente em diversos *serviços*, sendo o plantio do capim uma atividade de destaque.

**Pesquisador.** Então esses pastos todos [das fazendas] foram vocês que plantaram?

**Entrevistado.** *Tudo nós e as mulheradas aqui. [...] Tinha não sei quantos homens, não sei quantas mulheres, na planta da braquiária. [...] A maioria foi plantada tudo em muda. [...] Nós cortávamos as árvores... só rebaixava e ele tacava fogo. Agora, aonde não cortava, a gente vinha e encoivarava tipo a roça, para botar fogo. Depois que tava tudo limpinho ia plantar. (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguaí)*

O resultado da equação entre o tempo de serviço e a *feira na venda*, que informaria o saldo quase sempre negativo, era mediado por um caderno que continha anotações realizadas inicialmente pelo fazendeiro. Escrevia *do jeito dele*, pois naquele tempo *o povo era muito sem malícia*. Depois, quando o fazendeiro se mudou para a cidade de Jequitinhonha, pessoas da comunidade de sua confiança foram contratadas para cuidar da venda. Ainda hoje é um

morador de Paraguai quem toma conta do ponto de comércio. A venda é um dos principais lugares de *divertimento* dos homens de Paraguai que se encontram para jogar sinuca, entre uma bebida e outra.

O período de *escravidão* contemporânea na fazenda em questão pode ser subdividido em três momentos. O primeiro, iniciado com a *encrenca* e o cercamento das terras *em comum*, foi marcado pela expropriação da terra e início das relações de superexploração. Era o momento em que a terra se transformava em mercadoria. Ainda que Durval tivesse algumas reses, a pecuária não era sua "atividade" prioritária. Como afirma seu Adão, "*Durval mexia era com coisa de cerca. Muitas vezes uma roçada, mas era pouco. Mais era com cerca*". Há, também, nesse primeiro período, a transformação de alguns *posseiros* em *agregados* – conforme debatido no item 3.4. Tem-se, ainda, a implantação da primeira *venda* e o início da *escravidão* por dívida. Com a transformação da terra em mercadoria, o cativo vivenciado pelos antepassados foi recriado.

O segundo momento principia com a comercialização da terra, de Durval para Elton. É marcado pela expulsão dos *agregados* que ainda continuavam na terra. Aqui a lavoura ainda era uma atividade muito presente na fazenda. Inicia-se, no período, a derrubada das matas para implantação das pastagens e persiste a relação com o novo fazendeiro. De acordo com Pedro, dez a doze homens trabalhavam *direto* para Elton, que manteve o mesmo sistema.

A transmissão da terra de Elton para seu filho, Maurício, sinaliza o começo do terceiro momento do processo de *escravidão* por dívida. Nota-se aqui a intensificação da exploração da força de trabalho, traduzida pelos entrevistados como uma maior *exigência*.

**Pesquisador.** Que tipo de exigência?

**Entrevistado.** *Com horário de serviço [...]. Seu Elton ainda dava para gente uma merendinha e ele nem um café ele não dava. Tinha vez que tinha 20, 25 camaradas, ainda mais na planta da braquiária. Porque essas mangas dele aí foram tudo a braço de homem. [...]. Naquele tempo precisa ver os tocos que nós arrancamos aí de enxadão...* (Pedro, 74 anos, morador de Paraguai)

Esta maior *exigência* deveu-se, portanto, ao aumento das derrubadas para a implantação das *mangas*. É o momento da intensificação da monocultura do capim e o auge da dependência das famílias em suas relações com o fazendeiro, considerado *mais carrasco*. Ao contrário de Elton, Maurício não investiu mais em lavoura, apenas na formação de pastagens. Como sublinha Porto-Gonçalves (2013), inicialmente desenvolvida nas regiões coloniais enquanto agricultura de exportação, a monocultura é um sistema que carrega em si uma dimensão política, na medida em que só tem sentido numa forma de produção não direcionada à satisfação das necessidades dos povos e regiões produtoras.

A própria monocultura, enquanto técnica, inicialmente para o cultivo da cana, era uma imposição, haja visto a impossibilidade material de um povo ou uma comunidade qualquer se reproduzir fazendo monocultura para si própria. Assim, a monocultura não é só a cultura de um só produto, mas também a cultura para um só lado. Por isso a energia da chibata para mover o sistema. Afinal, ninguém faz monocultura espontaneamente até que tenhamos subjetivado as relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.39-40).

A expropriação territorial e transformação da paisagem pela monocultura, extremou a dependência alimentar das famílias de Paraguai. Presente na memória dos/as moradores/as, a dimensão e a diversidade de produtos ofertados na *venda* de Maurício, indica a complexidade que a relação de subordinação adquire neste último período.



**Pesquisador.** Então a venda era grande, tinha muito produto...

**Entrevistado.** *Era, moço. Tinha de tudo ali. Ele vendia de tudo e ainda vendia coisa para Dequim colocar na venda dele lá, para Diozim... Não sei quantos sacos de arroz, não sei tanto trem, fardo de macarrão... Ele matava vaca, matava porco... Perto do banheiro, uma porta ali era o açougue. Era peixe, era frango... De tudo que você pensar Maurício vendia aí...* (Pedro, 74 anos, morador de Paraguai)

É importante notar que diferentemente do modelo mais clássico de peonagem ou aviamento, caracterizado pelo deslocamento de trabalhadores para local da exploração da mão de obra, em Paraguai, muitas famílias permaneceram em seus lugares de vida – ainda que em condições muito restritas de acesso e uso da terra. Com a *encrenca*, outras territorialidades entraram no jogo e a *escravidão* por dívida apresenta-se, por um ângulo, como subordinação e dependência. Por outro, como condição para a reprodução social do grupo naquele momento.

### 3.6. *É um aperto só*: territorialidades e ambientes em Paraguai



**Figura 23.** Caminho na comunidade Paraguai. Foto: autor, ou. 2016.

As assimetrias sociais e de poder são um dos traços constitutivos das relações que perpassam o espaço e anunciam o território em Paraguai. Tais assimetrias estão muito evidentes nos processos de cercamento e expropriação territorial da comunidade, como afirma uma moradora: "*Os fazendeiros foram apertando, foram apertando, e nós ficando aqui nesse meiozinho. Só esse pedacinho aqui mesmo*". Ao redimensionar nossa escala, aproximando dos agentes sociais, outras feições e nuances também se somam e contribuem numa análise mais relacional das interações sociais.

Evidencia-se, neste tópico, alguns aspectos da conflitividade que envolve os territórios camponeses e dos *fazendeiros* que dominam áreas circunvizinhas à comunidade Paraguai. Buscar-se, ademais, compreender a categoria *fazendeiro* sob a luz dos apontamentos dos próprios agentes, indicando contrastes mas evitando polarizações extremadas que possam limitar nossa análise. Conexões estabelecidas entre as "questões" agrária e ecológica, interpretadas desde o *lugar*, iluminam nosso caminhar.

A palavra *aperto* é a que melhor sintetiza, na realidade estudada, o sentido da restrição territorial. Atualmente em área aproximada de 10 alqueires (198 hectares) vivem 55 famílias agricultoras. A maioria delas possuem áreas inferiores a 01 hectare para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

**Pesquisador.** O tamanho da terra aqui... você acha que é suficiente para produção da família e para a venda?

**Entrevistada.** Não! Não, porque nós... aqui mesmo nós estamos apertado, né? As vezes um pedacinho de terra, pouquinho mesmo. Nós temos ali, é um pouquinho, as vezes a gente planta, quando...quem tem água, né? Ainda colhe um pouquinho. Quem não tem água... agora tá bem difícil. Porque você vai lá plantar no sequeiro, corre um risco de você perder tudo, porque sem chuva não tem como. [...]. A quantidade de terra é pouca demais, muito pouca mesmo (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)

Dois episódios relatados pelos/as moradores/as explicitam bem alguns sentidos da contenção territorial vivenciados em Paraguai. Marta se lembra de uma difícil decisão diante de tamanho *aperto*.

*Na época eu tinha um pé de manga ali. Eu preferi cortar o pé de manga para poder fazer a caixa<sup>54</sup>. Porque o único espaço que eu tinha era esse. Então, assim, eu não quis perder a caixa. (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)*

A falta de espaço é também motivo de preocupação para o casal Ricardo e Fernanda, do setor Ventania. Isto porque, uma irmã de Ricardo, que reside em São Paulo, pretende retornar e construir uma casa em Paraguai. Na pequena terra de herança da família, o único lugar possível é aquele atualmente utilizado para o cultivo de hortaliças pelo casal, como explica Ricardo:

*Se fazer a casa ali, eu não tenho terra mais para fazer a horta. Porque o lugar é uma baixadinha que nós estamos fazendo a horta. Se ela fizer a casa ali, acabou.*

Além dos limites associados a expropriação territorial, a questão hídrica gera muita inquietação nos/as moradores/as. Todas as nascentes que abastecem as moradias encontram-se nas áreas das fazendas, algumas delas em ambientes degradados (ver Figura 10). Desde meados da década de 1990 ocorre um avanço do desmatamento nas áreas de encostas que abraçam a comunidade Paraguai. Os efeitos desse desmatamento são concretamente sentidos pelas famílias, sobretudo na maior escassez hídrica. A disponibilidade de água reduziu-se consideravelmente e esta situação é agravada pela alteração nos padrões de distribuição e regularidade de chuvas nos últimos anos.

*A água é uma preocupação para as gerações vindouras. Esse córrego era muito grande e hoje restou apenas um riacho. Onde a água nascia não nasce mais, tá nascendo mais ou menos uns 100 m abaixo de onde nascia. Tem diminuído muito... E a gente ainda tem uma preocupação com os fazendeiros. Quando é essa época o pisoteio do gado é grande na nascente, o gado as vezes entram e a área cercada é muito pouca. Temos muita preocupação com a nascente. Temos medo do fazendeiro comprar, vender e plantar eucalipto porque a chapada aí é muito rica, ela distribui água para a comunidade Paraguai, para cidade de Felisburgo, para região dos Prates, para a região todinha... [...] O rio aqui era muito grande, ele corria por cima da terra, no campo... aqui tudo era água que corria. Isso aqui já foi o resultado dos desmatamentos também, que foi uma coisa que os fazendeiros fizeram aqui na região, principalmente aqui em cima o fazendeiro desmatou muito e quando*

---

<sup>54</sup> A caixa, a que se refere, é a cisterna de captação de água de chuva implementada pela ASA.

*deu as enchentes vieram arrasando com tudo.* (Moradora de Paraguai, entrevista, vídeo Mutirões da Terra<sup>55</sup>)

Como medida para atenuar os efeitos da escassez de água, cisternas de captação de água da chuva para consumo humano ou *caixas*, como são conhecidas na região, foram construídas na comunidade<sup>56</sup>. Ainda que alguma situação a escassez seja evidente, é curioso notar que, em Paraguai, a utilização da água da *caixa* se vincula mais à *qualidade* do que, necessariamente, a extrema falta desse bem comum.

*Na época mesmo que chove muito grosso, aí a água suja, então assim, a gente já tem a água lá da caixa limpinha para a gente tá usando. [...] Aqui a gente usa mais na época que a água tá suja, que chove muito e a água tá suja. As vezes também acontece de faltar, né? Porque agora mesmo com seca, as vezes a água diminui lá na caixa e aí acontece de faltar também a água, aí quando acontece de faltar a gente acaba aqui usando.* (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)

*Quando chove nós usamos essa água aí da caixa. É tanto que essa água minha aí é com água da chuva, não coloco outra mangueira nem nada dentro dela não. Porque água da chuva é uma água pura, né? Que não tem lodo, não tem nada.* (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)

**Pesquisador.** A caixa tem ajudado?

**Entrevistada.** *Ah tem! Porque quando chove bastante, quando chove mesmo que suja, a água suja. Então nós utilizamos ela, né? Para cozinhar, para enxaguar uma roupa, né? Alguma coisa assim...*

**P.** Quando não tinha a caixa utilizava essa mesmo?

**E.** *Água suja mesmo, né? Não tinha jeito... O arroz ficava amarelinho* [risos].

**P.** É nesta época então que a caixa tem ajudado mais?

**E.** *Época da chuva mesmo, né?* (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Pesquisas realizadas por Galizoni et al. (2004) em comunidades rurais do Baixo Jequitinhonha revelam que para as famílias camponesas existem várias águas, diferentes entre si. Famílias dessa região constituíram um sistema de classificação que tem como referência a qualidade da água para beber (uso mais nobre e primordial). Nesse sistema a melhor água seria a água "pequena" das nascentes – "finas e leves", transparentes e correntes, controlada pela família. No outro extremo estaria a água "grande, grossa e pesada" dos córregos e rios, sem controle familiar. Outro aspecto importante nessa classificação, de acordo com os/as autores/as, é a temporalidade, isto é, se o tempo de observação é a estação seca ou das chuvas. A ocorrência de chuvas pode interferir na qualidade da água, percepção esta que pode variar de comunidade para comunidade. Assim, "a água da nascente é melhor que da cisterna, que é melhor que a do córrego, que é melhor que a do rio, que é melhor que da lagoa, que é a pior de todas, só consumida em último caso" (GALIZONI et. al. 2004, p. 9). Considerando a percepção dos/as moradores/as de Paraguai em relação à suas águas, pode-se afirmar que durante o período chuvoso, a água "pequena" e limpa se aproxima, em termos de qualidade, da água "grande" e suja. A água da *caixa* torna-se, assim, relativamente melhor e mais apta para o consumo nessa época.

<sup>55</sup> Vídeo produzido pela Cáritas Diocesana de Almenara no âmbito do projeto "Mutirões da Terra". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wGN36ukiUiU>. Acesso: 10/07/2016.

<sup>56</sup> As cisternas foram construídas através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC/ASA. Executado, no baixo Jequitinhonha, pela Cáritas.

**Pesquisador.** Essa água da cisterna ajuda? Em que época?

**Edna.** Ah, na época de chuva mesmo. Essa água nossa quando chove meu filho, vem lama, suja. Aí tem a caixa aí para ajudar.

**Mateus.** Porque aqui a gente tem, graça a Deus, nós temos a água encanada. Mas porque que eu fiz a cisterna? Porque do jeito que tá indo essas coisas a gente tem que é prevenir, né? Ninguém sabe daqui alguns anos, né? Como que vai ser... então a gente tem que prevenir, né?

**Cleide.** E agora mesmo, que falta água na torneira, você vai ali coloca na cisterna, tira.

**E.** Ô gente, a água dá até dó, de tão cristalina que é... limpinha.

**M.** Água limpa. Que a água do córrego aí é encanada, né? Aí quando chove, chove muito grosso aí ela suja, essa daí não, fica limpinha.

**E.** É. Não dá nem pra lava roupa quando chove.

(Edna, 49 anos, é casada com Mateus, 49 anos. São pai e mãe de Cleide, 22 anos).

A análise das territorialidades e dos ambientes de Paraguai exige-nos adentrar um pouco mais nas realidades das fazendas e na interação entre famílias camponesas e *fazendeiros*. Ressalta-se que mesmo estas diferentes formas de territorialização sendo percebidas a partir do contraste, pontes entre esses dois "mundos" podem ser identificadas. Verificou-se que um número diversificado de identidades (*quilombola, agricultor/a, agricultor familiar, trabalhador rural*) são acionadas pelos/as moradores/as de Paraguai para se diferenciar dos *fazendeiros*. A diferenciação destes últimos, por sua vez, se revela por meio da incorporação de alguns adjetivos à identidade "fazendeiro", como: *bom, ruim, bacana* ou *carrasco*. As respostas elencadas no quadro abaixo trazem diversas dimensões das relações de poder que atravessam o espaço de vida de Paraguai.

**Quadro 3.** Percepções da relação entre comunidade e fazendeiros em Paraguai. Elaboração: autor.

Entrevistado/a	Qual a diferença entre vocês e os fazendeiros?	Há diferenças entre os fazendeiros?
Entrevistada A, setor São Francisco	<i>Para mim é tudo, né? O modo de cultivar a terra, que nós cultivamos preservando, e eles não, né? Eles não pensam em preservação do meio ambiente, eles não pensam que uma nascente tá secando, não pensam em preservação. O pensamento deles é só pasto, né? É boi, né? Acho que esse modo de cultivar a terra diferencia muito. A cultura... a cultura nossa é diferente da deles, né? Tudo, acho que acaba sendo diferente.</i>	<i>Tem! Tem fazendeiro bom, tem fazendeiro ruim. Tem fazendeiro que até ajuda nós. Quando temos nossos eventos, tem fazendeiro que até ajuda nós, né? [...] toda vez que a gente procura, ele tá disposto a ajudar. Mas tem fazendeiro também aqui que a gente não dá nem ousadia pedir, porque até esconder, já escondeu de nós.</i>
Entrevistado B, setor Ventania	<i>Ah, moço, diferencia sim. Fazendeiro fica mais recanteado, só para eles. E nós não, sempre nós estamos trabalhando em conjunto, né? [...] um ajudando o outro, aquela coisa toda na comunidade, né? A diferença é essa daí. Como se diz, eles têm mais poder, eles têm terra, têm bastante terra para trabalhar. Não dá muita força para gente, também.</i>	<i>Alguns, assim, tem. Alguns também é bom, né moço? Alguns tem uma diferencinha. Alguns é igual, sempre tá junto na igualdade ali. Outros é um pouquinho mais afastado, já não ajuda muito. Tem uma diferencinha aí, por questão disso aí tem.</i>

(Continua)

Entrevistado C, setor Santo Antônio	<i>Eu acho assim muito grande, porque é muitas vezes o fazendeiro tem mais terra. E a nossa comunidade tem pouca terra, né? A gente precisa de mais para poder desenvolver, né? A gente vê as roças quase uma em cima da outra, não tem um lugar assim apropriado mesmo para trabalho, né? Eu acho que diferença muito grande, porque o fazendeiro tem muita terra, né? E a gente tem pouca.</i>	<i>Tem. Muito grande, né? [...] Tem fazendeiro que tem mais terra e tem outros que, muitas vezes, é mais favorável à comunidade. E tem uns que não. Tem uns que muitas vezes a gente precisa, muitas vezes a comunidade precisa de tirar uma madeira, alguma coisa assim, pede e eles dão. Tem outros que já não, né? Eu acho assim.</i>
Entrevistada D, setor São Francisco	<i>Assim, a diferença aqui moço só a participação, né? Que o único fazendeiro que participa com nós aqui das coisas, quando é alguma coisa mesmo na igreja, é o Milton, né? Milton mais Dicinha participa, né? Da comunidade, tem alguma coisa eles participam, né? É de culto é de alguma coisa, eles vêm. No caso de Nivaldo mesmo ali não participa de nada, né? Maurício também, assim quando é alguma festa assim de tradição de mês de junho, né? Santo Antônio ele vem nas festas, mas assim, né? Ajuda... para ajuda alguma coisa também não, né? Né de muito ajuda também não. [...] eu acho assim também, porque tipo assim, eles são de outra religião, participa de outra religião, que a gente nem sabe que religião que é, né? Eles são diferentes acho que por conta disso, né? Eles já são de outra religião, né? Porque a gente é católico, porque a gente também, né? Muitas vezes não tem aquele é de misturar, né? Nós como pobre, né? E eles mais assim. Aí a gente tenta fica mais no nosso canto.</i>	<i>Não, de fazendeiro para fazendeiro não tem diferença não. Lá, é porque, pelo que a gente vê, porque até mesmo Maurício quase nem fica aqui, Maurício tem casa em Jequitinhonha. Nivaldo também vem e não fica aqui, fica em Jequitinhonha. Tem casa de negócio, né?</i>
Entrevistada E, setor Santo Antônio	<i>O que diferencia nós é que nós trabalhamos na pequena área, não temos aquela grande terra igual eles têm para explorar. Nós não mexemos com agropecuária. Nós produzimos nossos produtos por conta própria. Acho uma diferença muito grande entre fazendeiro e agricultor, né? [...] Porque eles têm aquela terra imensa mas também não é aproveitada. Nós temos a terra nossa pequena e é aproveitada. Nós não precisamos comprar e eles compram os alimentos, né?</i>	<i>Ah, tem. Aqui mesmo em baixo tem um fazendeiro que é mais bacana, né? Precisou... Foi o que doou um pedaço de terra lá para casa de semente, para fazer o campo de semente... Então ele é mais, assim, uma pessoa que você pode chegar, conversar, né? Você sabe que vai se bem atendido, né? Uma pessoa que não... distingue você das coisas não, e mesmo se não puder, mas também não impõe. Agora já daqui de Maurício, já tem dificuldade. [...] Tem diferença. Uns são mais gananciosos que outros, né? Uns tem mais humildade que os outros. Uns levam a vida normal igual a gente</i>

(Continua)

		<i>mesmo: tem a terra ali mas não tem aquela ganância de ter, de querer.</i>
Entrevistado F, setor Ventania	<i>Ah, rapaz... a diferença nossa para os fazendeiros é que as terras estão tudo nas mãos deles, né? Nós temos pouca terra e produzimos. Eles têm muita terra boa só para criar gado e não produz nada. [...] É o tipo da produção e o tamanho da terra.</i>	<i>Tem. Até a amizade que a gente tem, o relacionamento que a gente tem com um e com outro é bem diferente.</i>
Entrevistada G, setor São Francisco	<i>Diferença nossa é que os fazendeiros criam gado. Os meios de vida deles, em termos financeiros, é bem melhor que o nosso. Mas, em compensação, nós temos a união, a força de vontade, a questão do mutirão também. Então, assim, a diferença maior é a questão do financeiro mesmo. Em termos das outras coisas nós somos bem tranquilos... O ruim de nós é só a questão da terra mesmo, nós estamos bem apertados. O que dá para trabalhar a gente trabalha, a gente tenta produzir de acordo com o que a gente tem.</i>	<i>Tem. Para nós Maurício não está com nada, não ajuda nós em nada. Nunca ajudou. Um dia mesmo nós fomos pedir patrocínio lá em Jequitinhonha para o bloco carnavalesco e ele escondeu. Nos vimos que ele estava lá e disse que não estava. Já Milton é muito bom para nós. Ele deu um pedaço de terra para nós fazermos o campo de semente, deu terra para o pessoal de Antônio Bonito morar. Os mais próximos são esses.</i>
Entrevistado H e entrevistada I, setor São Francisco		<p><b>H.</b> <i>Nós não temos assim, uma dificuldade assim de entre amizade mesmo. Não tem dificuldade com eles não, nessa parte é tudo bom.</i></p> <p><b>I.</b> <i>Uns fazendeiros para você conseguiu alguma coisa é mais fácil do que com outros, né?</i></p> <p><b>H.</b> <i>Mas para você conseguir algumas coisas, tem uns que é mais carrasco que o outro.</i></p>

Os diversos aspectos apontados pelos atores podem ser agrupados em, pelo menos, quatro grandes campos: i) tamanho da área sob domínio; ii) a forma de apropriação, manejo uso da terra e da (agro)biodiversidade; iii) diferenças de cunho cultural; iv) formas de organização social e de trabalho. Desde a perspectiva discursiva e contrastiva pode-se inferir que, na relação com os *fazendeiros*, a identidade social em Paraguai se vincula a uma perspectiva mais conservacionista dos recursos naturais, às pequenas áreas produtivas, à base familiar/coletiva de organização comunitária e do trabalho e a uma maior autonomia em termos de produção e consumo alimentar.

A diferenciação entre os *fazendeiros* é percebida, num primeiro instante, tendo como referência a *ajuda* e o *serviço* oferecidos pelos mesmos aos integrantes da comunidade. Assim, *fazendeiros* são caracterizados como mais/menos *carrascos*, *ruins* ou mais/menos *amigos da comunidade*, *bons*. Tal classificação sustenta-se também em valores de cunho moral, sendo uns percebidos como *mais gananciosos* e outros como *mais humildes*. Interessante notar que tais apontamentos trazem à tona características da instituição do agrego que marcou/marca fortemente o campo da região do Baixo Jequitinhonha, discutidas no item 3.3.



A restrição ou permissão de coleta no interior das fazendas é outro atributo presente na definição do "tipo" de *fazendeiro*. É importante balizar que mesmo com o cenário de conflitividade territorial e de maior restrição de acesso e uso da biodiversidade, moradores/as transitam livremente pelas áreas das fazendas, informando-nos o pleno conhecimento e os laços mais íntimos com aquele território. No que se refere a esta dimensão mais simbólico-cultural, do vivido, Bonnemaïson (2002, p.101) afirma que "*um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira. No fundo, ele é muito mais um "núcleo" do que uma muralha, e um tipo de relação afetiva e cultural com a terra, antes de apropriação ou de exclusão do estrangeiro*".

Por fim, não se pode perder de vista, aspectos históricos que atravessam essas relações. Aquele fazendeiro com qual vivenciamos a relação de *escravidão* por dívida (destacada na seção 3.5), é tido, pela maioria dos/as agricultores/as, como o mais *carrasco*. Deve-se, entretanto, considerar diferenciações de relações e percepções presentes na própria comunidade. É possível encontrar, mesmo para este *fazendeiro*, moradores/as que o adjetivam como *bom*.



**Figura 24.** Cercas e bois do *fazendeiro* Maurício. Foto: autor, nov. 2016.

A entrevista realizada com outro *fazendeiro*, nos auxiliou na construção de uma visão panorâmica e mais complexa das fazendas que circundam e interagem com a comunidade Paraguai. Trata-se de *fazendeiro* considerado *amigo* e *gente boa* pela comunidade, que disponibilizou um hectare de terra para a implantação de uma área irrigada e coletiva de produção de sementes crioulas pelos/as moradores/as.

Milton é funcionário público (Departamento Estadual de Telecomunicações) e adquiriu a terra por herança familiar. Começou a se dedicar à pecuária em 2002/2003, após o falecimento do pai. Ele reside na cidade vizinha de Jequitinhonha e desenvolve atividades na fazenda aos fins de semana e feriados. A principal atividade é a criação de gado de corte. A

propriedade possui 23 alqueires e 70 a 80 reses. A comercialização da carne é realizada para açougueiros locais e a dos bezerros machos para criadores. Afirmou ainda que todos os fazendeiros próximos possuem o mesmo padrão de produção e comercialização.

Segundo Milton, a região de Felisburgo possui grande aptidão para produção leiteira e a tendência é um maior desenvolvimento dessa atividade, que oferece liquidez mensal - ao contrário do abate, cuja renda é de ciclo anual. Está se estruturando nessa direção e atualmente entrega diariamente apenas 20 a 30 litros de leite para um produtor de queijo. Sua renda principal não provém da fazenda:

*Eu vendo mais para a manutenção da própria estrutura da fazenda... fazer uma coisa, cerca, aumentar a área de pastagem, esses trem. Como tenho uma outra atividade de renda e manutenção, não tenho dependência direta da renda da fazenda não. (Milton, fazendeiro)*

Um morador da comunidade Paraguai atua como uma espécie de caseiro e recebe um salário mínimo mensal pelos serviços prestados. Esporadicamente outros moradores realizam atividades na fazenda, recebendo por diária ou empreitada. Milton é associado no Centro Comunitário Rural de Paraguai - CCPR<sup>57</sup> e, vez ou outra, participa de atividades organizadas pela Associação.

*Reunião eu vou pouco, porque eles fazem costumam fazer no meio de semana. Mas sempre que estou aqui e tem reunião eu participo... de uma forma mais discreta, né? ... mais discreta... E mutirões, por incrível que pareça, eu já participei de um punhado. Uma vez fizemos um mutirão para cercar a nascente justamente desse córrego aqui [Santa Cruz]. Forneço lanche pro pessoal lá. Entrei lá como fornecedor da feijoada... Minha esposa que levou esse trem para lá, aquele movimentão. As vezes quando eu não posso participar de algum serviço eu combino com algum funcionário meu. [...] Quando participo de reunião procuro ficar só... não interfiro muito. (Milton, fazendeiro)*

Ainda segundo Milton, não há nenhuma relação formal de associativismo entre os fazendeiros. Tais relações "acontecem na prática, naturalmente" quando se contrata um trator ou para completar um lote de bezerros para a venda, por exemplo. Ele revelou a tentativa de se aliar a outro fazendeiro para venda conjunta de terras para uma empresa de eucalipto.

*Outro dia tentei fazer com ele [outro fazendeiro falecido no ano passado] também uma venda conjunta justamente desses chapadões aí. Na época a minha mãe era viva ainda e eu era inventariante. A propriedade da minha família tem área aí em cima também, nessa chapada... Aí eu tentei fazer com ele uma venda conjunta para uma empresa de reflorestamento, mas acabou que não deu. Seria conjunto, se estenderia até os Prates, no mesmo chapadão. A propriedade que era do meu pai e hoje é dos meus irmãos tem parte nesse chapadão também. [...] Nós havíamos pensado em vender conjunto, mas acabou que não deu certo não. Juntando aí ficava uma área muito grande então alguma empresa poderia se interessar... O pessoal ia ter dificuldade de obter licença porque tem muita sucupira lá. A sucupira é uma árvore que é considerada em extinção e o IBAMA não ia autorizar licença para explorar a terra. Teve mais coisa, mas um dos problemas que inviabilizou a venda foi isso. [...] Como terra da região é muito fértil para a pastagem, o eucalipto também desenvolve muito bem, por isso tá nesse movimento [de ampliação de áreas de eucalipto na região]. (Milton, fazendeiro)*

---

<sup>57</sup> Veremos no Capítulo 4 que esta associação está sendo "fechada" para dar lugar a outra, a associação quilombola.

A área-alvo dessa investida é justamente a principal área de recarga hídrica das nascentes que abastecem a comunidade Paraguai. Como já informado por Maria, a degradação da chapada e sua transformação em área de monocultivo de eucaliptos é uma grande preocupação da comunidade. Como expressa Leonardo,

*Se nós conseguirmos esse território vai ser bom demais moço, porque... eu tô preocupado, eu falo de consegui esse território aí, porque eu estou preocupado é com as águas. Você vê que nós não temos uma nascente que é nossa, é tudo na propriedade dos fazendeiros. Eles, eu ouvi falar, já mediram essa fazenda aí e diz que é para vender. E se vende aí, nós tão bem enrolado. Porque se chega a plantar eucalipto aí... minha preocupação é essa.* (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguai)

Observa-se, neste sentido, uma relação ambígua. Pois, em certas circunstâncias, os interesses do fazendeiro considerado *gente boa* podem ir na contramão dos interesses da comunidade e ameaçar os bens comuns e a reprodução das famílias camponesas de Paraguai.

O Capítulo 3 apresentou referências geohistóricas importantes presentes na memória coletiva dos/as moradores/as de Paraguai e revelou um período de intensas movimentações e mudanças no regime agrário da região, que até meados do século XX supunha a instituição do agrego (RIBEIRO, 2013). As relações de agregação perderam grande parte de seu vigor após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (*lei do sindicato*), e, com efeito, a expulsão de um grande número de famílias que viviam nas fazendas.

Após pouco mais de uma década da publicação da *lei do sindicato*, camponeses/as de Paraguai foram expulsos de suas terras, mesmo sem serem agregados/as. A intensificação dos cercamentos e da expropriação territorial na comunidade ocorreu em meados da década de 1970 e tem como importante referencial o episódio da *encrenca*. A expropriação das condições de vida e de trabalho conduziria a formas tuteladas de reprodução da existência camponesa (NEVES; SILVA, 2008) visualizadas na situação-limite da *escravidão* por dívidas. Esta situação de superexploração da força de trabalho perdurou por cerca de três décadas, envolvendo a realização de *serviços* numa fazenda das cercanias. O capítulo apresentou, por fim, um panorama do atual contexto das relações entre fazendeiros, as famílias agricultoras, a terra, a água e a biodiversidade em Paraguai.

## CAPÍTULO IV. ANTENAS E RAÍZES: RECRIAÇÕES POLÍTICAS, ETNICO-TERRITORIAIS E ECOLÓGICAS EM PARAGUAI



**Figura 25.** O retorno da *roça*. Foto: autor, out. 2016.

Margarida Maria Moura (1986) afirma que os processos sociais que asseguram a existência camponesa no Brasil são mais "fortes e expressivos" do que aqueles que poderiam culminar com a sua extinção. Diante disso, complementa a autora, "é mais correto falar de recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista". Na mesma direção, Wanderley (2014) lembra que a persistência pós período colonial da grande propriedade monocultora e do trabalho escravo – traços estruturantes da agricultura brasileira – não impediu a criação de espaços da agricultura de base familiar/comunitária nos interstícios internos e externos dos latifúndios. Segundo ela, diante desse panorama, longe de se discutir um suposto fim desse grupo social

[...] trata-se de compreender, em cada caso, as estratégias – fundiárias, produtivas e familiares – e a amplitude desta capacidade de iniciativa que, dependendo das circunstâncias concretas, pode oscilar entre a possibilidade de negociar, de forma subalterna e assimétrica, a ocupação de espaços precários e provisórios e a criação efetiva de raízes mais profundas de modo a estabelecer, no longo prazo, comunidades camponesas com mais perenidade. (WANDERLEY, 2014, p.27)

As questões abordadas nos capítulos anteriores sinalizam que o histórico de cercamento, que teve como ponto alto o episódio da *encrenca*, ocasionou mudanças substanciais nas condições de vida, de trabalho e de acesso e uso territorial em Paraguai. Os diversos vetores de desestabilização das condições de existência do grupo limitaram, mas não impediram, sua reprodução social, que persiste mesmo com acesso restrito à terra.

O estudo de caso revela também que as trajetórias dos/as camponeses/as são atravessadas por diferentes graus de autonomia e de subordinação. Tais níveis podem ser analisados na escala da comunidade, mas não se pode perder de vista, entretanto, que variam também no interior dela. São visualizados, por exemplo, nos diferentes tipos de interação estabelecidas entre moradores/as e *fazendeiros*. Como debatido no capítulo anterior, discursos adjetivam os *fazendeiros* de diferentes modos entre os extremos "carrasco" e "bom".

Estamos diante da conformação de lógicas socioespaciais diferenciadas, mas nunca desconectadas: a territorialização dos fazendeiros e a territorialização camponesa. Uma possibilidade de "leitura" dessa diferenciação é observar as transformações ambientais ocorridas nas últimas décadas e o grau de diversificação ecológica e produtiva existente nos ambientes da comunidade Paraguai e das fazendas. Convencidos de que o conceito de natureza não é natural (GUDYNAS, 2004; PORTO GONÇALVES, 1996), não baliza-se o olhar por uma suposta relação direta entre o campesinato e uma noção abstrata e/ou essencializada de "natureza". Busca-se, sim, compreender, neste contexto específico, como os/as camponeses/as constroem sua "natureza" frente aos indissociáveis desafios históricos e imediatos.

Partindo do substrato ofertado pelas seções anteriores, o objetivo deste capítulo final é discutir as feições assumidas pelo processo de recriação camponesa vivenciado na comunidade nas últimas quatro décadas. Tais feições são visualizadas no seio da conflitividade socioterritorial e das opções acionadas desde a especificidade do lugar, que decorre do fato de que "cada lugar centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais" (MASSEY, 2000, p. 185). Schmitt (2011) observa a rede rural como uma "contra-estrutura" capaz de mobilizar um

conjunto complexo de estratégias que se desdobram em diferentes níveis, envolvendo um crescente engajamento no que Swyngedouw (2004) chama de políticas de escala, ou seja, no esforço de construção, pelos diferentes atores, de novas configurações escalares, de forma a alterar as relações de poder envolvidas na apropriação e controle do espaço ou de posições consideradas estratégicas em um determinado circuito de conexões. (SCHMITT, 2011, p.107).

Tendo em mente o que Carlos Walter Porto Gonçalves chama de r-existência<sup>58</sup>, a especificidade do lugar e a multiescalaridade associada à ideia de "contra-estrutura", investigaremos algumas linhas e fluxos de interligação entre a *roça* e o *mundo* em Paraguai. Mira-se os trânsitos escalares e estratégias de ação social, atentando para as continuidades, rupturas e redesenhos que perpassam as práticas e relações sociais desde a década de 1980. Esta década informa o início da *entrada* de organizações e movimentos sociais na comunidade e a *saída* de moradores/as para a participação em cursos e outras *reuniões*. As dimensões sociopolítica e socioecológica são especialmente relevantes para este debate, porque a experiência da comunidade aponta para um lugar de fronteira onde as *lutas* territorial e (agro)ecológica se retroalimentam. Ressalta-se que podem existir arranjos híbridos que combinam vários repertórios de ação.

Seguindo os aportes teóricos de Haesbaert (2014), enxergamos as alternativas e estratégias articuladas no *mundo* como possibilidades inscritas em uma lógica espacial de dominância reticular ("que prioriza disposições espaciais em rede") e aquelas observadas no

---

<sup>58</sup> [...] "mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-existo" (PORTO-GONÇALVES, 2006).

*lugar* numa lógica de dominância zonal ("moldadas fundamentalmente pelas disposições em área"). Como afirma o autor,

Ainda que façamos distinção entre essas lógicas [...] é claro que sua manifestação é sempre conjunta, uma realimentando - e mesmo recriando - a outra. Talvez a melhor analogia seja com os processos de abertura e fechamento, ou, melhor ainda, de retração e expansão do espaço. Assim, enquanto a lógica zonal *tenderia* a exercer o controle, de algum modo "comprimindo", "fixando" ações que, assim, podem ficar restritas ao âmbito de sua circunscrição, a lógica reticular *tenderia* a expansão ou, pelo menos, à circulação, à maior fluidez no espaço. (HAESBAERT, 2014b, p.106)

O capítulo está dividido cinco partes. Inicia com a apresentação do conjunto de organizações e redes de articulação técnica e política que perpassam Paraguai desde os anos oitenta do século XX (seção 4.1). Em seguida discute uma estratégia agroecológica e alimentar coletiva de suma importância para a comunidade: a *área* ou *roça coletiva*; debate-se, também, os saberes e fazeres relacionados ao manejo da agrobiodiversidade em Paraguai (seção 4.2). As seções seguintes (4.3 e 4.4) direcionam o olhar (etnográfico) para *reuniões* e a participação em redes. Encerra-se debatendo sobre uma recente página da vida comunitária, marcada pelo processo de autodefinição identitária (quilombola) e pelos horizontes que se abrem para a comunidade a partir desta possibilidade (seção 4.5).

#### **4.1. Parcerias e articulação em redes**

Ao investigar o Processo Comunidade Negras – PCN do Pacífico Colombiano, Arturo Escobar chama atenção para o papel de "catalisadores" capazes de dinamizar a inserção de atores e movimentos sociais em redes mais amplas. Seriam catalisadores:

(...) iglesias progresistas, Ongs ambientales y de comunicaciones populares y, por supuesto, algunas Ongs dominantes y programas del gobierno; las tecnologías de información y comunicación (TICs), especialmente la Internet; algunos espacios académicos; y grupos particulares de activistas más allá de los que pertenecen al PCN. (ESCOBAR, 2010, p. 297)

Enfatizando a complexidade desse processo, o autor assinala que interação não ocorre apenas entre redes subalternas, mas, também, com redes não-subalternas ou mesmo "dominantes". Isto fica evidente na discussão realizada por Escobar sobre as interfaces existentes entre: i) as estratégias de localização do capital, do Estado e da tecnociência e as ii) estratégias subalternas de localização por parte das comunidades e movimentos sociais. Haveria nas primeiras uma tentativa por parte do capital, do Estado e da tecnociência de transformar a produção da localidade em seu favor. Alinhados, induziriam um efeito de deslocalização sobre os lugares. Por sua vez, as estratégias subalternas estariam associadas ao território, à cultura e também às estratégias em rede, que possibilitam uma política de escala desde baixo. Uma prática política "baseada-em-lugar pero transnacionalizada" (ESCOBAR, 2010, p.49).

Assumindo as contribuições de Escobar e os limites deste estudo, são apresentadas a seguir as redes e organizações associadas as estratégias de segundo tipo, denominadas como *parceiras* pelos agentes sociais, e que comportam em suas ações nos "planos" agroecológico e territorial. Priorizou-se aquelas que possuem uma maior inserção e se relacionam diretamente com os/as camponeses/as e com a associação comunitária de Paraguai.



A análise aproxima-se, portanto, mais do sentido de "catalisação" do que o de "mediação social". De acordo com Deponti e Almeida (2008), a mediação pode ser compreendida como

um conjunto de saberes, ideias, valores, crenças, conhecimentos, modos de comportamento e visões de mundo que são transmitidas com o objetivo de construção de novas posições e identidades. A mediação se ancora no reconhecimento de um saber-fazer por parte dos mediados e na troca de conhecimentos ou saberes técnicos e científicos com mediadores (2008, p. 1)

Enquanto o conceito de mediação permite captar alguns aspectos (relativos ao encontro entre dois mundos, às assimetrias de linguagem e ao papel do mediador em uma rede), o conceito de catalisador (ESCOBAR, 2010) chama atenção para as relações de interdependência e co-produção entre os atores. Ao lançarmos mão de uma compreensão mais ampliada das inter-relações do *lugar* e evidenciar-se a incidência dos/as moradores/as de Paraguai nas redes que participam, afasta-nos do entendimento do agente mediador como algo "externo". Isto é ainda mais visível diante de relações que acontecem há mais de três décadas, como algumas observadas na comunidade estudada. As principais organizações *parceiras* que atuam na comunidade Paraguai são apresentadas a seguir.

#### 4.1.1. Cáritas Diocesana de Almenara

Entidade-membro da Rede Cáritas Brasileira<sup>59</sup>, a Cáritas da Diocese de Almenara foi fundada em agosto de 1983. Sua década inicial foi marcada pela realização de atividades de formação prática em agricultura ecológica e tecnologias alternativas para sistemas familiares de produção, trabalhadas em parceria com organizações da Rede PTA – Rede Projetos de Tecnologias Alternativas. Com apoio financeiro da agência católica alemã Misereor, a organização priorizou a realização de momentos de formação e acompanhamento técnico às comunidades rurais da região do Baixo Jequitinhonha, atuando com desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis, valorização da agrobiodiversidade e promoção da participação social.

Data dos anos 1980, o início da inserção da Cáritas em Paraguai. As atividades empenhadas por essa entidade na localidade podem ser agrupadas em dois grandes campos: assessoria técnico-produtiva (com base em princípios e práticas da então chamada "agricultura alternativa" e, posteriormente, da agroecologia) e de apoio sócio organizativo. Orientada pelos princípios da Teologia da Libertação, a Cáritas animou a vida religiosa em Paraguai vis-à-vis à participação política. Desta *parceira* nasceu, segundo o morador Adão, a atual organização do culto religioso e também a primeira associação comunitária local. Tal atuação possibilitou, ainda, as primeiras *saídas* dos/as moradores/as para *reuniões* de articulação política e partilha de conhecimentos.

*Ele [irmão Pedro] trabalhava na Cáritas e teve essa oportunidade, né? Da gente sair para poder aprender alguma coisa. Muitas vezes se não podia aprender para deixa sozinho na mente dele, tem que passar para o povo. É por isso que não era*

---

<sup>59</sup> A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2017)

*qualquer um que podia ir pra cidade... Muitas vezes a pessoa participava, mas não passava para outros, né? Foi dessa primeira vez que a gente teve essa oportunidade de aprender alguma coisa. A gente tem que agradecer muita a Cáritas Diocesana que deu essa oportunidade, né? (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*

O movimento animado pela Cáritas intercalava, portanto, momentos de diálogo, curso de formação e experimentação participativa na comunidade com viagens de intercâmbio de experiências em outras localidades. As primeiras *saídas* envolveram, entre outras coisas, encontros e visitas a áreas de experimentação em agroecologia nos municípios de Montes Claros, Araçuaí e Almenara. Leonardo lembra dos primeiros contatos com agricultores/as do Norte do estado de Minas Gerais, inseridos em uma rede assessorada pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM.

Cumpramos ressaltar o papel desempenhado pela Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativa - REDE<sup>60</sup>, organização integrante da Rede PTA, que desenvolveu atividades em parceria com a Cáritas Diocesana de Almenara. Desta parceria nasceu um programa de formação de monitores/as em agricultura alternativa, com encontros que ocorriam em Almenara.

Numa região de destacada concentração fundiária e com um grande número de famílias camponesas ameaçadas pelos fazendeiros ou sem acesso à terra, a "mensagem da agricultura alternativa", priorizada pela Cáritas, rapidamente incorporou a dimensão agrária e da luta pela terra. Um fator importante nessa orientação institucional foi a efervescência da luta pela terra que marcou o final da década de 1990 no Baixo Jequitinhonha, incluindo a chegada do MST. A entidade passou a acompanhar e assessorar diversos grupos camponeses que utilizavam as ocupações de terra como tática na luta social.

*A gente viu que discutir as técnicas alternativas era muito interessante, mas muita gente não tinha terra, muita gente estava na terra dos outros. Então, a partir daí que começa a debater a questão da reforma agrária. Começamos a debater a questão fundiária da região e, na questão fundiária, entender melhor essas questões da terra devoluta, a própria Constituição Federal... E começa a vir outras pessoas, inclusive da REDE, para ajudar a debater essas questões fundiárias, a questão das leis de terras, todo esse processo, inclusive debatendo também a questão das terras santas. [...] Então ia todo um debate sobre a luta pela terra e, inclusive, o resultado disso tudo, por exemplo, a gente sabe: o [Assentamento] Terra Prometida sai quando o MST chega para fazer uma luta aqui nessa região e já achou praticamente prontas as lideranças. [...] Já acha tudo pronto a vai ocupar a terra, que hoje resultou no Terra Prometida. (Decanor Nunes, agente da Cáritas Diocesana de Almenara)*

Na década de 2000, a entidade integrou a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CRSAN no Baixo Jequitinhonha e foi parceira na execução do Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – PROSAN (2001-2004)<sup>61</sup>. No âmbito do PROSAN, as CRSAN promoviam debates e ações na área de segurança

---

<sup>60</sup> A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos. Foi criada em 1986 e possui sede em Belo Horizonte - MG.

<sup>61</sup> O PROSAN surgiu de uma proposição aprovada pela 1ª Conferência Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (2001), e foi executado estadualmente pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Governo do Estado de Minas Gerais. O programa era operacionalizado de forma descentralizada, mediante a parceria estabelecida com as organizações da sociedade civil articuladas pelo Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e se estruturava em 4 eixos de atuação: I - apoio à produção e beneficiamento de alimentos; II - apoio à garantia de acesso à alimentação; III - apoio à educação alimentar e nutricional; IV - apoio à capacitação, a estudos e ao controle social de políticas de SAN.

alimentar, inclusive com a recepção, seleção e acompanhamento de projetos que incentivavam a produção, distribuição e consumo de alimentos por comunidades de base popular, sem fins lucrativos, como associações, sindicatos e cooperativas. Uma importante iniciativa coletiva de produção alimentar em Paraguai, a *roça coletiva*, foi apoiada pelo PROSAN.

Também na década de 2000, o projeto "Sementes da Gente" - executado no nível estadual pela Cáritas Regional Minas Gerais e microrregionalmente pela Cáritas Diocesana de Almenara - apoiou a construção de casas comunitárias de sementes crioulas em assentamentos e comunidades rurais no Baixo Jequitinhonha. Além da implantação da casa em si, o projeto promoveu intercâmbios entre os/as chamados/as guardiões e guardiãs de sementes, contribuindo na troca de materiais propagativos e diversificação produtiva dos quintais e das roças. Paraguai foi uma das participantes do projeto.

No ano de 2012, a Cáritas Diocesana de Almenara tornou-se Unidade Gestora da Articulação Semiárido Brasileiro – UGT/ASA, rede que participa desde seu surgimento na década de 1990. Como UGT, a entidade passa a atuar diretamente e em maior escala com formação e mobilização social para a "convivência com o semiárido" e com a implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva.

Destaca-se, ainda, que entre os anos de 2013 e 2015, a Cáritas executou em Paraguai o projeto "Sistemas agroecológicos e comercialização solidária para promoção da segurança alimentar e geração de trabalho e renda em áreas quilombola e de reforma agrária no Baixo Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais" ou "Mutirões da Terra". Patrocinado pela Petrobrás, este projeto apoiou a estruturação de sistemas familiares e comunitárias de produção de alimentos. No âmbito das moradias, priorizou-se sobretudo a construção de galinheiros e melhorias na produção de hortaliças. No horizonte comunitário, apoiou a implementação de um campo de sementes crioulas, a estruturação da Casa de Mel e reformas na rede de abastecimento de água. Atividades de assistência técnica e momentos de formação em agroecologia também compuseram o enredo do projeto.

Sobretudo nos últimos 15 anos, muitas ações desempenhadas pela Cáritas foram potencializadas por políticas públicas. Talvez o maior exemplo seja o programa Água para Todos do Governo Federal<sup>62</sup>, executado pela ASA por meio de termos de parcerias firmados com o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS. No Baixo Jequitinhonha, esta parceria se materializou na construção de mais de 1300 tecnologias sociais de captação de água da chuva nos últimos 5 anos. Em Paraguai, cisternas de captação de água da chuva para o consumo humano foram construídas no âmbito do Programa de Mobilização e Formação para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC/ASA.

#### **4.1.2. Pesquisadores/as e grupos universitários**

A interação da comunidade Paraguai com grupos universitários e pesquisadores/as da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM foi mediada pela Cáritas Diocesana de Almenara. Iniciou-se por ocasião do projeto "Contribuição ao fortalecimento da agroecologia e do campesinato nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, MG", executado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato – NAC/UFVJM entre 2010 e 2013. Financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, este projeto objetivou consolidar uma rede de organizações envolvendo instituições de assistência técnica e extensão rural, instituições de ensino, entidades de agricultores familiares e um núcleo de extensão e pesquisa da UFVJM. No âmbito dessa iniciativa, agricultores/as de Paraguai participaram de

---

<sup>62</sup> O programa Água para Todos foi instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011.

eventos de formação e partilha de conhecimentos que atravessam o campo temático da agroecologia. O projeto "Sistemas agroecológicos, inovações tecnológicas e resiliência às mudanças climáticas no semiárido de Minas Gerais" (2014 - 2016), também conduzido pelo NAC/UFVJM, realizou a caracterização e análise de um agroecossistema coletivo da comunidade, a *roça coletiva*.

Entre os anos de 2012 e 2016, moradores/as acolheram em suas casas estudantes da UFVJM em quatro edições do "Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) em áreas camponesas, indígenas e quilombolas do Vale do Jequitinhonha, MG". Organizado pelo Grupo Aranhã de Agroecologia e em parceria com outros coletivos estudantis, o EIV é uma ação de extensão universitária que visa propiciar a vivência de universitários/as no contato com as realidades camponesas regionais, promovendo uma reflexão sobre as contradições do atual modelo de desenvolvimento no campo e a interação entre conhecimentos populares e científicos (REIS et al., 2016). Ressalta-se que, para a edição de 2014, a própria associação comunitária de Paraguai aprovou um projeto no Fundo Nacional de Solidariedade, da Cáritas Brasileira, que subsidiou financeiramente a realização do estágio.

Também em 2014, um trabalho de pesquisa realizado em Paraguai resultou em uma monografia de conclusão de curso de agronomia da UFVJM intitulada "Avaliação participativa das formas de comercialização utilizadas pela Comunidade Quilombola Paraguai - Vale do Jequitinhonha, MG" (GUIMARÃES, 2014). Ainda nesse ano, jovens de Paraguai começaram a participar de um programa de formação vinculado ao projeto "Formação agroecológica e cidadã de juventudes do campo na região do semiárido mineiro", também executado pelo NAC/UFVJM. Entre 2014 e 2016, ocorreram momentos educativos com os chamados jovens formadores que, por sua vez, mobilizavam outros jovens em suas comunidades. Resulta desse processo o projeto coletivo da juventude de Paraguai, referido no Capítulo 2.

Pesquisadores/as do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFMG realizaram, em 2012, viagens de campo tendo por objetivo elaborar um diagnóstico da realidade das comunidades quilombolas do Baixo Jequitinhonha. Parte do projeto "Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais", essa atividade resultou em um importante documento de caracterização desse grupo social, o relatório "Diagnóstico sobre as comunidades tradicionais do município de Almenara, Jequitinhonha, Felisburgo, Fronteira dos Vales e Joáima" (COSTA FILHO, 2015). Paraguai foi uma das comunidades visitadas pela equipe do GESTA/UFMG.

#### **4.1.3. Comissão Pastoral da Terra**

Os anos finais da década de 1980 marcam o início da atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT na Diocese de Almenara, região do Baixo Jequitinhonha. Os momentos iniciais desta trajetória foram marcados por ações em diversos campos e por uma atuação bem articulada com outras organizações sociais, como a Cáritas Diocesana de Almenara e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almenara. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a emergência de um importante ciclo de lutas sociais no campo na região, a CPT da Diocese passou a focalizar suas ações no apoio aos movimentos de luta pela terra, assessorando, particularmente, os camponeses/as organizados através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do MST. Entre 1999 e 2005 ocorreram as maiores ocupações de terra na região. Como relata Edivaldo, coordenador da CPT em Minas Gerais:

*Acompanhávamos principalmente os momentos de conflito, de denúncia e anúncio, mas também os momentos de formação do povo. Os movimentos recorriam muito à*

*CPT para ajudar na questão da formação humana, da questão da produção... Mas não do ponto de vista agrônomo, mas do ponto de vista da relação com a natureza, de indicar pequenos projetos ou de até de ajudar a elaborar projetos na área de produção, de alimentação... E discutir as questões internas com os movimentos, com as famílias acampadas* (Edivaldo Ferreira Lopes, coordenador da CPT em Minas Gerais)

A partir do ano de 2009, com a emergência de diferentes conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais na região, a CPT começou a apoiar esses grupos, principalmente as comunidades quilombolas no Baixo e no Médio Jequitinhonha. Essas lutas estiveram inicialmente relacionadas à discussão da identidade sociocultural dessas comunidades e à busca do seu reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares. Posteriormente, com o fortalecimento do movimento quilombola na região e no país, a pauta do acesso aos direitos territoriais apresentou maior vigor e foi incorporada também nas ações da CPT. A atuação da Comissão Pastoral da Terra em torno dos direitos étnico-territoriais inicia-se, portanto, em momento de ascensão política das comunidades quilombolas em todo o Jequitinhonha.

O primeiro contato direto da CPT com a comunidade Paraguai ocorreu em 2012, durante as oficinas do projeto "Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais", coordenado pelo GESTA/UFMG e que conta com a parceria da CPT. Representantes de Paraguai participaram da primeira e da segunda oficina desse projeto, ambas realizadas na cidade de Almenara. Posteriormente, agentes da CPT visitaram a comunidade.

*Percebemos que tinha uma organização excelente lá dentro em termos de produção, nessa questão agroecológica... [...] no entanto, essa questão territorial ainda era um problema a ser enfrentado.* (Edivaldo Ferreira Lopes, coordenador da CPT em Minas Gerais)

Em 2015 a comunidade Paraguai acolheu um encontro de devolução do projeto de Mapeamento, que contou com a participação de outras comunidades quilombolas da região. Após este encontro, os/as moradores/as solicitaram o apoio e assessoria da CPT visando conquistar seus direitos territoriais. De acordo com Edivaldo, foi justamente o trabalho do projeto do Mapeamento e a discussão com a Comissão Pastoral da Terra que despertou a comunidade para a luta pelo território.

#### **4.1.4. Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro**

A Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro – Rede Agrobio é constituída por camponeses/as, povos tradicionais, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizações de assessoria do campo agroecológico do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, além de técnicos/as e pesquisadores/as de institutos federais de ensino e pesquisa. Esta rede desenvolve ações e iniciativas voltadas à valorização, uso e manejo da agrobiodiversidade e à promoção da agroecologia (CAA-NM, 2014). Os fios que teceram a Rede Agrobio refletem processos de interação social e de construção de estratégias sociais conduzidas por comunidades camponesas e tradicionais do Semiárido mineiro e seu conjunto de *parceiros*. Esta articulação nasceu em 2012 alicerçada em experiências das décadas anteriores, particularmente aquelas associadas a encontros de formação, ensaios e experimentações produtivas e intercâmbios entre agricultores/as. Os aprendizados acumulados pela Rede associam-se também às atividades que envolveram a implementação das casas de sementes crioulas em várias comunidades rurais.

A inserção mais ativa de agricultores/as de Paraguai na Rede Agrobio ocorreu a partir de 2012 com as atividades do projeto "Uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais do Semiárido de Minas Gerais como estratégia de segurança alimentar e de redução de riscos climáticos", executado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM e apoiado pelo Fundo de Repartição de Benefícios do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura – TIRFAA, sob gestão da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

#### **4.1.5. Articulação no Semiárido Brasileiro**

A Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA é uma rede constituída por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas, incluindo sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, entre outras. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região, tendo como referência o projeto político da Convivência com o semiárido<sup>63</sup> (ASA, 2017).

As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos estados brasileiros do semiárido legal<sup>64</sup>. A participação de representantes de Paraguai na ASA ocorre de forma mais efetiva nas reuniões do Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jequitinhonha, MG. Conhecido como Fórum do Vale, este fórum se constitui como um importante espaço de articulação política da sociedade civil (movimentos sociais, organizações, sindicatos, associações, etc.) da região. Tendo como focos a organização popular, o controle social das políticas públicas e a socialização de experiências (formação, informação e articulação), o Fórum tem se reunido de forma sistemática, a cada três meses, desde 1990. Além disso, agricultores/as experimentadores de Paraguai já estiveram presentes em diversos encontros – regionais, estaduais e nacionais – organizados pela ASA.

#### **4.1.6. A Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais - N'Golo**

Integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, a Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais – N'Golo foi fundada em 2005. A N'Golo representa e articula mais de 600 comunidades quilombolas mineiras, atuando principalmente pelo reconhecimento de direitos - com destaque aos direitos territoriais - e a valorização da cultura quilombola. Atuando como articulador da N'Golo no Baixo Jequitinhonha, João da Mumbuca foi importante agente no estabelecimento do elo de ligação entre a comunidade e a Federação, desde o ano de 2006. Com a aproximação da N'Golo os/as moradores/as, sobretudo os/as mais jovens, começaram a se inserir em redes de comunicação e a participar de eventos com outros representantes quilombolas do estado de

---

<sup>63</sup> Na contra mão de programas governamentais de "combate a seca", a ASA propõe a "convivência com o semiárido", perspectiva que reconhece a relação coevolutiva entre experiências e as culturas humanas e o meio. Segundo Malvezzi (2007, p. 12): "O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de "acabar com a seca", mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. O segredo da convivência com o Semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado é a própria água. Parece contraditório falar assim, pois dizem que ali não chove. Mas, como vimos, o Semi-Árido brasileiro é o mais chuvoso do planeta".

<sup>64</sup> A Portaria Nº 89 de 16 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional, estabeleceu a nova delimitação do Semiárido Brasileiro.

Minas Gerais. Cabe mencionar, por exemplo, a participação na segunda edição do Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais, ocorrido em Belo Horizonte em 2016.

Apresentadas as redes e *parcerias* que envolvem a comunidade Paraguai (e são envolvidas por ela), a próxima seção discute algumas repercussões dessa inserção em rede sobre a vida comunitária e sobre a existência camponesa; especialmente no que diz respeito à organização social, produtiva e política.

#### **4.2. A tradição em movimento: a práxis agroecológica em Paraguai**

Nota-se, na atualidade do movimento agroecológico brasileiro um relativo consenso em torno da composição ciência-movimento-prática, sugerida por Wezel et al. (2009), como tripé de sustentação do conceito de agroecologia<sup>65</sup>. Esta tríade carrega, de forma implícita, a multiplicidade de agentes sociais e de ambientes político-epistêmicos onde a perspectiva agroecológica se estabelece para, posteriormente, enredar-se e (co)existir.

No Brasil a agroecologia na sua dimensão "movimento" assume o caráter de um movimento social descentralizado, que articula iniciativas mais ou menos autônomas e que cria sua identidade em torno de diferentes perspectivas políticas, que se retroalimentam em sua dinâmica interestelar. Estas apresentam como traço comum a crítica às formas de geração do conhecimento e produção e disseminação de tecnologias que orientaram o processo de modernização da agricultura e as políticas de desenvolvimento rural, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Cumpre salientar o enfoque transdisciplinar e a interação criativa entre conhecimentos populares e acadêmicos preconizados pela construção do conhecimento agroecológico (PETERSEN; DIAS, 2007).

A formação de "agricultores/as formadores/as" tem se constituído como uma das principais frentes de ação das organizações que integram o movimento agroecológico brasileiro, deitando suas raízes em diferentes vertentes, com destaque para a metodologia "Campesino a Campesino" nascida na América Central na década de 1970, mais especificamente nas comunidades de camponeses maya Kaqchikeles de Chimaltenango - Guatemala (HOLT GIMÉNEZ, 2008). Tal metodologia coloca em xeque a lógica difusionista da Revolução Verde, onde técnicos (supostamente detentores de conhecimento mais legítimo e "moderno") mantém uma relação hierarquizada com camponeses/as, que se tornam público alvo da disseminação de técnicas e insumos industriais. No método "Campesino a Campesino" parte-se do princípio de que o protagonismo é do agricultor ou da agricultora, sendo este "o mais fundamental (embora não o único) segredo de seu êxito, pois como se diz na roça: 'o camponês acredita mais no que faz outro camponês do que no que diz um técnico'" (SOSA et al., 2013).

Sem desconsiderar os aportes do conhecimento técnico-científico no desenho de "agroecossistemas sustentáveis", ao priorizar esse protagonismo e esses diálogos o movimento agroecológico aproxima-se de processo seculares de construção de saberes e compreende que a maior inovação é a "tradição em movimento". Como afirma Paulo Petersen:

---

<sup>65</sup> De acordo com Fávero e Pacheco, no Brasil, "a agroecologia materializa-se como um movimento, levado a cabo por um amplo conjunto de organizações e redes sociais; como uma ciência, que está sendo construída a partir de concepções, princípios e métodos diferenciado, inovada e (re)inventada por agricultores e agricultoras em diferentes condições e realidades por todo território brasileiro, utilizando ou não essa denominação" (FÁVERO; PACHECO, 2013, p. 235, grifo nosso). Sobre a trajetória do movimento agroecológico brasileiro ver, entre outros autores/as, Bensadon (2016), Luzzi (2007) e Petersen e Almeida (2004).



Ao contrário das novidades introduzidas de fora a partir da concepção do difusionismo tecnológico, a inovação camponesa não promove uma ruptura com o passado. Pelo contrário: a tradição é, literalmente, o caldo de cultura para que a inovação exista, com o futuro sendo construído em estreita conexão com a história e com a cultura locais. (PETERSEN et al., 2009, p. 92-93)

A *entrada* da Cáritas Diocesana de Almenara em Paraguai trouxe reflexões sobre as alternativas ecológicas e sua potencial contribuição para a melhoria da produção agrícola. Os chamados "monitores em agricultura alternativa" tiveram um papel fundamental nesse processo. Após participarem de momentos de formação e intercâmbio esses agricultores experimentadores mobilizavam suas comunidades e contribuía na replicação das práticas e conhecimentos. Foram eles os responsáveis pela implementação de áreas comunitárias de experimentação. Leonardo e Adão eram os monitores de referência em Paraguai.

*O foco deles [monitores] era o seguinte: como eles aprenderam também a lidar, a entender a agricultura alternativa, eles começaram a fazer as áreas de experimentação nas suas próprias áreas. Ao invés da Cáritas escolher um local para fazer a experimentação institucional ela, junto com os agricultores, entendeu que era melhor fazer nos próprios roçados deles, eles desenvolverem a experiência lá. E a partir dessas experiências, essas referências em agricultura alternativa começaram a se desenvolver nos próprios roçados. Uma delas era parar de queimar, porque queimava muito naquela época na região toda. Era parar de queimar, começar a enleirar o cisco, fazer as curvas de nível, começar a analisar, observar as sementes antigas, valorizar mais essas coisas através desses agricultores que experimentavam nos seus lugares. Eles também saíam com o apoio da Cáritas. (Decanor Nunes, agente da Cáritas Diocesana de Almenara)*

Enfatizaremos a seguir algumas iniciativas agroecológicas que foram implementadas pelos agentes sociais diante da realidade de compressão territorial e da necessidade de ampliar as margens de manobra no território-rede, dinamizadas a partir da inserção de representantes comunitários de Paraguai em articulações sociotécnicas e políticas.

#### **4.2.1. Retorno da terra "em comum"?**

Este tópico versa sobre a "retomada" da prática de uso *em comum*, com destaque para a *área* ou *roça coletiva*, que passou a se constituir como um importante ambiente de produção de alimentos e experimentação da comunidade Paraguai. Antes, contudo, é importante delinear alguns elementos que orientam nossa compreensão a respeito dos sistemas agrícolas. Empereire et al. (2008b) ao investigar os sistemas de produção agrícola do Rio Negro - AM sob a perspectiva do patrimônio cultural, consideram que o entendimento acerca destes sistemas deve levar em conta os diversos domínios da vida social. Naquele contexto, as autoras caracterizaram os sistemas agrícolas como

o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais. Em outros termos, trata-se do complexo de saberes, práticas e relações sociais que atua nas roças, ou mesmo na floresta, e vai até os alimentos e seus modos de consumo em diversos contextos da vida social. (EMPERAIRE et al., 2008b, p.3)

Lança-se mão desse entendimento, que é aplicável também aos sistemas agrícolas estudados. Todavia, a realidade de Paraguai e os contornos da pesquisa não permitem ignorar

os fatores socioeconômicos e políticos que também são determinantes da configuração de um determinado agroecossistema, compreensão esta compartilhada por autores do campo agroecológico como Eduardo Sevilla Guzmán (2006) e Paulo Petersen (2013). Ao evidenciar as dimensões social e política presentes nos agroecossistemas, estes autores abrem possibilidades de interpretação das assimetrias de saber e de poder que perpassam a estruturação e a reprodução, ao longo do tempo, dos sistemas agrícolas.

No caso de Paraguai, a implantação da *roça coletiva* representa segundo os/as camponeses/as um dos fatores na libertação do sistema de *escravidão* por dívida (discutido no Capítulo 3).

*Porque muitas vezes o pessoal trabalhava em Maurício para poder manter a alimentação em casa. E aí [na área coletiva] já produz, aí já tem o feijão, já tem a farinha, muitas vezes o milho [...]. Aí o pessoal já evitou de trabalhar lá em Maurício.* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

Esta estratégia de produção de alimentos data do início da década de 2000 e esteve fortemente associada ao *incentivo* da Cáritas Diocesana de Almenara, que já apoiava iniciativas e práticas de agricultura alternativa/agroecologia nas duas décadas anteriores. O Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – PROSAN, executado pelo Governo de Minas Gerais em parceria com organizações da sociedade civil, aportou recursos financeiros para a estruturação inicial da *roça coletiva*. Contou-se também com o apoio do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG, sobretudo no desenho e implantação do projeto de irrigação. Ter um sistema irrigado para a produção de alimentos era o sonho maior dos/as moradores/as naquele momento e a irrigação representou, de fato, a grande inovação diante do cenário de maior escassez hídrica. A fonte de água que abastece o sistema, movimentada por gravidade, localiza-se no interior de uma das fazendas circunvizinhas.

Devido à falta de terras para a implantação do projeto nas áreas próximas às casas onde vivem as famílias, foi preciso recorrer a uma moradora que possuía terra com tamanho e características desejáveis. Dona Antonieta foi quem cedeu o terreno para a implementação da roça coletiva. Nesta área havia uma antiga chácara de café que foi substituída por cultivos alimentares não perenes, destinados inicialmente apenas ao consumo das famílias da comunidade. O cafezal pouco produzia e havia se transformado, em boa parte, em capoeira. Este fato criou certa dificuldade pois, por ter utilizado o fogo para *limpar* a área, os/as moradores/as foram repreendidos/as pela polícia ambiental. Um morador reconstituiu da seguinte forma o episódio:

**Compadre.** *Ô compadre, o carro da polícia tá lá.*

**Adão.** *E o que que veio fazer?*

**Compadre:** *Tá querendo ver quem que mexeu com uma roça.*

**Adão.** *Eu vou lá (nessa época eu era presidente da associação).*

**Policial.** *Quem fez isso aí?*

**Adão.** *Fomos nós.*

**Policial:** *Nós quem?*

**Adão.** *As famílias, porque a gente precisava assim.*

**Policial.** *Vocês não têm a informação que isso aí é crime, não?*

**Adão.** *Não, nós não sabíamos de nada não. (Dei uma assim de bobo, né? Que eu já tinha tido uma reunião lá através da Cáritas Diocesana lá com Washington, lá em Almenara, que lá era a sede do IEF)*

**Policial.** *Vocês sabem que estão multados em cinco mil e quinhentos?*

**Adão.** *Oh meu amigo, eu não tenho noção nem desse dinheiro.*

**Policial.** *Por que vocês não acham outra área para vocês roçarem e fazer essa roça?*

**Adão.** *Tem não.*

**Polícia:** *Porque você não "coisô" lá naquele boqueirão?*

**Adão.** *Ô meu amigo, lá nem capim sai. Eu não tenho salário, minha família não tem. Isso aqui é toda coisa de alimentação, é produzir para alimentar. Porque eu não tenho salário, nós não temos outra área para poder mexer para poder manter minha família. E todos que estão mexendo é pai de família, tudo está necessitando de...porque nós não temos salário para poder comprar. (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*

Depois de muita conversa e questionamentos sobre a aplicação e o valor da multa, o policial reduziu o mesmo para cem reais. Ainda assim, a associação comunitária entrou com *recurso* em duas ocasiões e a multa só foi paga após três anos de uso da área, com a dívida parcelada em duas vezes.

Após a *limpa* e outros tratos iniciais, cerca de vinte famílias começaram a produzir no terreno que possui três hectares e meio. Desde o início, uma parte maior da área foi destinada à lavoura e um quadrante menor aos canteiros com hortaliças; e assim prossegue, após uma década e meia. As famílias agricultoras da área comunitária sempre possuíram uma pequena roça e/ou quintal produtivo em suas moradias, sem irrigação. Havia também (e ainda há) outra roça maior e mais antiga conhecida como Boqueirão, gerida por algumas famílias do setor São Francisco.



**Figura 26.** Dia de colheita de mandioca na roça do Boqueirão. Foto: autor, out. 2016.

Em sua fase primeira, a roça coletiva era cuidada em conjunto e o resultado era dividido entre as famílias, que consumiam toda a produção localmente. Paulatinamente, com a experimentação e a adoção de novas práticas agrícolas, os/as camponeses/as começaram a potencializar os cultivos próximos às suas moradias. Algumas dessas práticas possibilitaram uma maior retenção de umidade e melhorias na fertilidade do solo, contribuindo para o bom desenvolvimento de espécies e variedades de plantas. Um dos principais efeitos, verificado em um segundo momento, foi que parte das famílias começaram a cultivar hortaliças em seus próprios terreiros, passando a utilizar, com menor frequência a área coletiva. Nesse momento foi preciso que algumas pessoas *aguentassem as pontas* para não *perder um projeto*, afirma Leonardo. Já na avaliação de outro morador, a presença das hortas caseiras é um indicativo de que a experiência continuou viva mesmo para aquelas famílias que deixaram de utilizar a área.

**Pesquisador.** Então essa área foi muito importante?

**Entrevistado.** *Foi importante. Sabe por que que ela foi importante? Aqui quase ninguém tinha horta caseira em casa, no quintal. E depois que veio a ideia dessa horta comunitária, cada um viu que era muito importante fazer sua horta no fundo do quintal, horta familiar, como eu tenho aqui, lá na Maria tem... Cada um tem uma horta em casa.* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

O início da produção de hortaliças na comunidade foi também catalisado pela mudança do local de funcionamento do mercado de Felisburgo e a consequente melhoria na infraestrutura existente para a comercialização dos alimentos providos através do trabalho desenvolvido nos canteiros. Há pouco mais de uma década, famílias de Paraguai vendem produtos na feira-livre de Felisburgo (ver Capítulo 2).

*Não tinha não, o pessoal foi animando também das hortas depois também que mudou o mercado de Felisburgo. Mudou para aquele local que é hoje. Antes o mercado era na rodoviária e a gente levava as coisas e não vendia quase. Depois que mudou cá para baixo, ficou mais central, tantas pessoas participa, idoso e idosa participa... Ali só quando tem muita coisa que a gente não vende tudo, graças a Deus.* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

Com o passar do tempo, o coletivo que continuou a cuidar da roça coletiva resolveu subdividir o terreno em parcelas menores ou *quadros*. Assim, cada família ou grupo de pessoas tornou-se responsável pela gestão de sua parcela. Um estudo de caracterização do sistema coletivo de produção de Paraguai, realizado por Fávero et al. (2016), identificou que na atualidade:

- i) Cada família participante cultiva porções da área irrigada de forma individual (uma única família) ou coletiva (mais de uma família). Quatro famílias contam apenas com o sistema coletivo de produção, as demais têm suas áreas individuais geralmente compostas por quintais e galinhas;
- ii) Estão presentes os seguintes subsistemas produtivos: roça de culturas diversas, roça misturada, horta, bananal, poço de peixe e espécies frutíferas;
- iii) As partes mais altas do terreno, segundo os agricultores, são propícias para o cultivo de feijão, milho e quiabo (tradicionalmente essa porção é utilizada para o plantio consorciado de feijão e milho). Na encosta (porção meridiana) produz-se principalmente feijão consorciado com mandioca, mas também há produção de milho, abóbora e maxixe fofo. Nas porções mais baixas está presente o subsistema bananal e parte da roça misturada (com destacada presença de mandioca, milho e abóbora), além da horta;

- iv) A produção é destinada à alimentação das famílias e é comercializada na feira livre de Felisburgo, para o PNAE e na própria comunidade.

Além da feira livre (destacada no Capítulo 2), deve-se mencionar o maior acesso ao crédito via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e a venda direta da produção via Programa Nacional de Alimentação Escolar, como fatores que impulsionaram a ampliação do volume e a diversificação da produção, propiciando ganhos financeiros e melhorias nos patamares de segurança alimentar e nutricional das famílias em Paraguai. Integrados, todos esses elementos favoreceram uma maior autonomia relativa dos/as camponeses/as a partir dos anos 2000. Dentre os/as quinze agricultores/as entrevistados/as neste estudo, 14 (93,3%) possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e onze deles/as acessaram crédito do PRONAF nos últimos anos, sendo R\$ 3363,64 a média do valor acessado por cada um. Ressalta-se, ainda, que três agricultoras entrevistadas tiveram projetos produtivos - no valor de R\$ 2400,00 cada - apoiados pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural direcionado para mulheres rurais - ATER Mulheres Rurais.

Apresentadas algumas questões gerais que permeiam a implantação da área coletiva, discute-se mais detalhadamente, na próxima seção, as práticas e os conhecimentos associados aos sistemas agrícolas de Paraguai.

#### 4.2.2. Onde há fumaça, há fogo?: a reorientação do saber-fazer agrícola



**Figura 27.** Morador acendendo o fogo para torrar a farinha. Foto: autor, nov. 2016.

Em Paraguai, o movimento de reflexão e prática ocorrido a partir da década de 1980 levou a uma reorientação estratégica de manejo dos agroecossistemas. Foi preciso reinventar-se num momento de mudanças. Neste sentido, o caso da *queima* é exemplar. Como visto no Capítulo 3, a *queima* foi um dos pilares da agricultura camponesa e itinerante do baixo Jequitinhonha, especialmente na implementação das chamadas roças de toco. A



mercantilização/monopolização da terra e as restrições enfrentadas pelas famílias camponesas no acesso a novas áreas alterou a relação existente entre o uso do fogo e a autossustentação da agricultura camponesa praticada nessa porção da Mata Atlântica mineira.

O manejo ecológico do fogo pelas populações rurais é uma prática presente no Brasil nos mais diferentes biomas, estando relacionada à imediata disponibilidade de nutrientes para o desenvolvimento das plantas. No caso das roças, queimar significa ter nutrientes prontamente disponíveis às espécies cultivadas no período das chuvas. Isto pressupõe, entretanto, numa perspectiva ecológica, a disponibilidade de novas áreas de forma a viabilizar a itinerância e a recomposição da fertilidade natural do solo através do pousio. Em outras palavras: deve haver espaço para que as roças "andem" e tempo para que a terra descanse.

Uma análise histórico-geográfica permite afirmar que com o *aperto* cada vez maior, esta pré-condição ficou cada vez mais distante da realidade da comunidade Paraguai. Ocorreu, então, um descompasso entre o saber-fazer agrícola - socialmente referenciado - e as condições espaciais e ecológicas mínimas para a autossustentação dos agroecossistemas locais. Este problema aparece traduzido nas falas dos/as moradores/as de Paraguai, ao afirmarem que não há mais espaço para a terra *descansar* e que a terra está *fraca*.

**Pesquisador.** A terra é suficiente para a produção?

**Entrevistada.** *Nó, não dá tempo da bichinha nem descansar. É milagre de Deus. Nem sei como que ela produz ainda moço, é coisa de Deus mesmo viu? Porque não dá descanso não.*

**P.** Antigamente dava para descansar?

**E.** *Dava. Antigamente plantava num canto, aí deixava o mato crescer, né? Aí descansava, ali já plantava noutro canto. Hoje em dia não: limpou, tornou a planta de novo... tornou a tirar, tornou a plantar.* (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Neste cenário, a presença de novas ou a revitalização de antigas técnicas de cultivo cumpriu um papel fundamental na medida em que possibilitou novos ajustamentos entre os quadros cognitivos que informa as práticas dos/as agricultores/as, as condições ecológicas e o contexto territorial. Os encontros de intercâmbio e a atuação dos chamados monitores foram essenciais na redução do uso do fogo nos ambientes agrícolas e para a incorporação de novos conhecimentos ao arsenal de sabedorias gestado pelos/as camponeses/as de Paraguai.

*Compadre Adão foi o primeiro. Saía nesses encontros aí e chegou aqui com a ideia de não queimar. Quando ele chegou com essa ideia aqui, o povo pulou longe. [...] Aí ele foi incentivando, né? Que ele era muito bom nessa área, ele foi um professor aqui para nós nessa área. E foi incentivando: "Não gente, é assim, assim, assim". Foi explicando, explicando... aí começou a enleirar o cisco.* (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguai)

*Nessa época aí eles ficaram desafogados e falaram: "Não! Aqui dentro ninguém queima." Aí dentro dessa roça menino, se tiver uma fumaça lá, vai tudo sair correndo que é marimbondo [risos]... [...] é preferível a pessoa largar o terreno lá dentro, lá não pode.* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

A redução da *queima* foi, portanto, acompanhada da ampliação do leque de práticas de manejo e conservação do solo e da biodiversidade utilizadas pelos/as agricultores/as através da rotação de culturas, da diversificação produtiva, da cobertura morta, do plantio em curvas de nível e do *enleiramento de cisco*. Maria explica que *como a terra não tem condição de descansar tem que fazer rotação*. A técnica é utilizada tanto no terreiro quanto na roça, tanto em nível de espécies quanto de variedades.

*Igual se eu tenho um canteiro de cenoura aqui. Na próxima safra eu não vou mais plantar cenoura aqui. Vou plantar ou cebola, ou coentro, ou alface. Eu não planto no mesmo canteiro a mesma coisa, é uma rotação. Igual naquela roça, nós tiramos o feijão que pai bateu ontem e agora vamos plantar milho, né? Tem que fazer a rotação de cultura. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)*

*Rotação de cultura, aqui mesmo, eu faço assim: se plantar feijão Paraná esse mês - muitas vezes a gente planta duas, três vezes no ano -, na hora que eu tirar aquele eu já não planto dele mais. Já vou plantar do outro, de outra qualidade. Porque, muitas vezes, se você plantar ele direto ele acostuma. "Ah, mas não está produzindo!" é porque acostuma. (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*

A palavra *cisco* diz respeito ao conjunto de material orgânico que "sobra" após a *limpa* da lavoura ou dos canteiros. Agricultores/as agrupam este material em camadas para produção de composto ou distribuem esse material diretamente sobre o solo (cobertura morta). Neste caso, a sua função é cobrir o solo, retendo umidade. Uma vez decomposto, o *cisco* contribui para a recomposição da fertilidade do solo. Ele pode também ser *enleirado* em curvas de nível, atuando como uma barreira contra a erosão, ou diretamente no pé da planta. O manejo do *cisco* é, portanto, uma técnica conservacionista e apresenta-se como um componente (humano) do processo "natural" de ciclagem de nutrientes nos ambientes agrícolas de Paraguai.

*A gente faz uma enleira de cisco mesmo. A gente planta um pé de abóbora, põe a maniva ali e parece que é o lugar que as mandiocas saem melhor. É o pé de abóbora, porque ali a água vem e fica aquilo ali, parece que tá úmido o lugar. Você tira o cisco ali, você vai por baixo, mesmo que o sol tá quente, por baixo aquilo ali tá úmido. E muitas vezes é o caso daqueles bichinhos que ficam, uma isca que fica no chão que vai ajudando a produzir ali o adubo, né? (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*



**Figura 28.** Enleiramento de cisco na roça ao lado de uma moradia. Foto: autor, out. 2016.

Nesse movimento de recomposição da biodiversidade dos agroecossistemas, interações entre o solo, as plantas e os animais são restabelecidas e sinergismos podem resultar em efeitos benéficos (ALTIERI, 2009). A diversificação produtiva está associada a



uma maior segurança e diminuição das perdas típicas da produção monocultora. A experiência de Mineiro, morador do setor São Francisco, aponta que os riscos associados aos monocultivos são ainda maiores em ambientes com escassez hídrica.

*Na área coletiva também a gente sempre não planta só uma cultura. Porque muitas vezes já aconteceu com nós assim: a pessoa planta só uma cultura e se perde, perde tudo, né? E plantando várias culturas assim, diferenciadas, igual no caso, se ele perdeu feijão, a gente tem, o milho ou então tem a maniva. Se planta só o feijão só aí acaba você perdendo tudo, né? (Mineiro, 48 anos, morador de Paraguai)*

Relatos de diversos/as agricultores/as nos permitem afirmar que existe atualmente um certo consenso sobre as melhorias ambientais e produtivas propiciadas pela redução significativa de uso do fogo e adoção de outras práticas, como a rotação de culturas, o manejo do *cisco*, o plantio em curvas de nível e a diversificação produtiva.

*Ajudou muito, se não fosse essa técnica aí para poder ajudar a terra, talvez nem produzia mais, né? Porque com esse cisco que vai deixando ajuda muito a terra, né? Recompõe de novo. (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)*

**Pesquisador.** Você nota essa realidade em outras comunidades?

**Entrevistada.** *Em outras comunidades vejo que [a terra] está cansada sim. Me dá tristeza quando eu vejo, passando por outras comunidades, queimando o cisco. Dá até uma tristeza, né? (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)*

Sublinha-se que o conjunto de técnicas agroecológicas desenvolvidas em Paraguai tiveram na *roça coletiva* e irrigada um espaço privilegiado de experimentação e de aprendizagem. Este esforço coletivo de apropriação e construção de novos conhecimentos relacionados à agricultura representou a descoberta de uma forma diferente da terra *descansar*.

*Descansa, porque ela fica protegida do sol, né? Não fica tão exposto. Ali naquela leira cisco ali, no próximo ano você já vai plantar ela mais para cima, onde que está aquela ali de cisco vai sair o produto de primeira qualidade, né? Vai apodrecendo na terra também, apodrece na terra. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)*

*A gente não planta só uma cultura só. [...] Sempre vareia, para haver aquela mudança, para a terra não ficar acostumada só com um produto só, né? Que aí acaba cansando ela. É por essa questão, por a gente ter esses cuidados assim que ela, a terra, tá produzindo bem para nós ainda. (Mineiro, 48 anos, morador de Paraguai)*

*Que o trabalhador rural tem que ter essa experiência, você tem que plantar um e outro. Aliás, quando já planto todos, aí já planta a maniva ali, para dar um descanso. (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*

#### 4.2.3. Estratégias de manejo e conservação da agrobiodiversidade

A agrobiodiversidade refere-se ao conjunto de plantas e animais cultivados e manejados por diversos grupos e para diversos usos humanos. Ela encobre três níveis de variabilidade: a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade de ecossistemas agrícolas ou cultivados (SANTILLI, 2009). A agrobiodiversidade pode ser entendida, também, de acordo com Machado et al. (2008, p.31), como "o processo de relações e interações do manejo da diversidade entre e dentro de espécies, os conhecimentos tradicionais e o manejo de múltiplos agroecossistemas, sendo um recorte da biodiversidade".

As estratégias de conservação da agrobiodiversidade - conduzidas pelos/as agricultores/as dentro e fora de suas unidades produtivas, nutrem-se de vínculos sociais, da memória coletiva e são um elemento constitutivo de um rico patrimônio cultural e genético. Como parte de um acervo diversificado de estratégias, podemos citar os campos de reprodução de materiais propagativos e as práticas tradicionais de conservação e partilha de sementes entre agricultores/as.

Os anos noventa foram também um tempo de experimentação em termos de manejo e conservação da biodiversidade cultivada em Paraguai, com destaque para o estabelecimento de campos de produção de sementes crioulas. Esta ação, apoiada pela Cáritas, foi um desdobramento da Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS que desenvolveu no Brasil um amplo conjunto de iniciativas relacionadas à promoção das sementes crioulas e à luta contra o patenteamento dos seres vivos, como lembram Dayrell e Vieira (2014). Segundo estes autores, essas ações continuaram no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha a partir da atualização das estratégias direcionadas ao manejo dos recursos genéticos locais, por organizações de assessorias do campo agroecológico (entre elas a Cáritas Diocesana de Almenara).

O primeiro campo de sementes crioulas da comunidade foi implantado no setor Ventania e contou com ensaios envolvendo diferentes *variedades*<sup>66</sup> (ou qualidades) de feijão e mandioca. Leonardo recorda que vinte e cinco variedades de feijão e três de mandioca foram cultivadas nesta primeira experiência. Posteriormente um outro campo, destinado principalmente a experimentos com feijão e milho, foi implementado no setor São Francisco.

*A primeira área de campo de semente aqui quem fez foi nós: eu, Francisco e meu irmão. Foi até nessa baixa aqui. Nós fizemos a área muito grande lá, fizemos um experimento de mandioca e campo de feijão primeiro. Depois fizemos outro de mandioca. As mandiocas foram de três variedades, elas ficaram boas. Aí foi lá para baixo, fez outro [campo de sementes] lá em baixo. (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguai)*

Recentemente, uma iniciativa desenvolvida no âmbito do projeto Mutirões da Terra (executado pela Cáritas) viabilizou o desejo da comunidade de novamente ter uma área específica para produção de sementes. Durante o período de pesquisa, a referida área, cedida por um *fazendeiro* que possui *boa relação* com a comunidade, estava em fase de implantação e com sistema de irrigação já instalado. Sementes de diversas variedades de milho serão as primeiras cultivadas no local.

---

<sup>66</sup> Convém acentuar que a *variedade* não é entendida aqui na acepção agrônoma-geneticista, mas como "um conjunto de indivíduos com características morfológicas suficientemente próximas e suficientemente diferentes de outros conjuntos, para que constitua uma unidade de manejo e seja reconhecida por um nome que lhe seja próprio" (EMPERAIRE, 2008a, p.339-340).

Em 2013, um exercício de mapeamento realizado no âmbito da Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro evidenciou quarenta e três espécies agrícolas cultivadas em Paraguai<sup>67</sup>. Atualmente, a roça coletiva é um dos principais ambientes de reprodução e de acesso aos materiais propagativos na localidade. O fato de ser irrigada e de estar sob domínio comum, traz maior segurança de que algumas espécies e variedades importantes não serão perdidas nestes tempos de maior escassez hídrica. Como destaca Mineiro, praticar agricultura com o *tempo duvidoso* é igual a um jogo: "*Você joga. Não tem certeza mesmo que vai ter uma boa produção ou não. Aquilo depende do tempo, né?*". É preciso, portanto, se precaver: nove qualidades de mandioca e oito de banana estão "guardadas" nessa área, por exemplo.

Apresentada na maior parte das vezes como uma experiência importante e motivo de orgulho para muitos/as moradores/as, a Casa de Sementes talvez seja, ao lado da roça coletiva, a estratégia comunitária de conservação da agrobiodiversidade de maior relevo articulada nas últimas três décadas. A prática tradicional camponesa de conservação das sementes é estimulada por várias instituições e redes sociotécnicas que atuam no Vale do Jequitinhonha, sobretudo por três grandes articulações: a Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais, a Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro e a Articulação no Semiárido - ASA. Estas redes de organizações procuram fomentar ações conjuntas, que adquirem grande capilaridade social. Em muitos casos as entidades regionais ou locais de assessoria compõem simultaneamente as três articulações acima elencadas.

Apoiada por essas redes, as Casas de Sementes Comunitárias objetivam valorizar e promover o patrimônio genético e cultural representado pelas sementes crioulas ou tradicionais, mais adaptadas às condições climáticas regionais, e garantir a reprodução e multiplicação coletiva de variedades. Os agricultores/as locais de referência nessas redes são chamados de "agricultores/as experimentadores/as", "guardiões/ãs de sementes" ou "guardiões/ãs da agrobiodiversidade". Eles/as cumprem com os papéis de mobilização popular e de interlocução com as organizações *parceiras*. Participam ainda de eventos como feiras, oficinas, seminários e intercâmbios com outras localidades que também desenvolvem iniciativas nessa área.

A Casa de Sementes Crioulas de Paraguai nasceu do desejo de alguns agricultores de referência nas redes das quais participavam. Momentos de *reuniões* e visitas a outras comunidades do Norte de Minas Gerais oportunizaram a eles conhecer iniciativas protagonizadas por camponeses/as daquela região na conservação e manejo da agrobiodiversidade. Inspirados pelas visitas, estes agricultores solicitaram à Cáritas Diocesana apoio técnico-financeiro para viabilizar algo similar na comunidade. Transcorridos dois anos após o "pedido", houve a disponibilização de recursos financeiros para a compra dos materiais de construção da casa.

*Fizeram reuniões e ficou dois anos... Em 2006 o recurso chegou, mas falaram que era pouco, que não dava para pagar pedreiro. Falamos: "Não, não é problema, nós temos o mutirão". Visitei a casa de semente de Seu Vandeci, a primeira que conheci no Jequitinhonha. Fizemos o mutirão com nove pessoas e construímos a casa de sementes. Começou a vir semente, milho, feijão, colocamos lá. Muito fraquinho, mas depois o pessoal foi integrando, conhecendo o que era a casa de sementes. E nós, nesses encontros, também fomos trazendo sementes crioulas. (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguai)*

---

<sup>67</sup> Informações cedidas pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, instituição gestora do projeto que resultou no referido mapeamento.

O projeto "Implementação das Casas de Semente da Gente no Semiárido Mineiro" (da Cáritas Regional Minas Gerais) e o programa "Sementes do Semiárido" (da ASA) vieram, posteriormente, potencializar a experiência em curso. A Casa de Sementes representa, portanto, uma possibilidade de autogestão coletiva da agrobiodiversidade, e, em particular, dos estoques, espécies e variedades de sementes do lugar.

*Porque se a gente guarda dentro de casa acaba que na hora que você precisa, né? Um feijão mesmo: se eu guardo a semente do feijão, mas se o meu aqui de consumo acabar, eu vou acabar indo no que está guardado de plantar, né? E tano lá na casa de semente não, tá seguro. (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)*

No caso de Paraguai, a administração ocorre por meio de uma comissão gestora composta por quatro pessoas: três homens e uma mulher. Entre elas está Leonardo, principal entusiasta da experiência. Há também uma assembleia composta por 21 famílias associadas que tomam as decisões referentes ao banco de sementes. Não há, entretanto, para famílias não associadas, nenhum tipo de restrição de acesso ao estoque.



**Figura 29.** Morador e suas sementes crioulas. Foto: autor, mar. 2016.

A comissão é responsável pela assembleia dos sócios/as, além de cuidar do armazenamento e do *empréstimo* das sementes, que ocorrem da seguinte maneira: *"quem pega dois pratos de sementes, entrega quatro; pegou três, paga seis... para a casa de sementes crescer. Sempre tem uma pessoa responsável pela entrega de sementes, cuidando e fazendo a limpeza"* (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguai). Adão detalha o papel da comissão:

*O papel lá da comissão é o seguinte: se a pessoa pegou, tem que pegar o nome, a quantidade, a data que pegou e o nome da família. E a pessoa assina. Lá tem o papel de anotar e marcar aquilo lá que pegou. Porque aí já fica sabendo, né? [...] E*

*marca também qual foi a qualidade do feijão que a pessoa pegou, se foi o Paraná, se foi o milho, o que pegou tem que marcar, né?* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

As famílias da comunidade utilizam, assim, as sementes emprestadas e as devolvem de acordo com as regras estabelecidas pela assembleia e pela comissão. Pelas contas de Leonardo, havia, no momento em que realizamos a pesquisa, 93 variedades de sementes na Casa. Com o fortalecimento e ampliação da iniciativa, Paraguai chegou a emprestar sementes também para comunidades vizinhas como Prata, Paraterra, Tanque e assentamento Terra Prometida. Mesmo um *fazendeiro* vizinho, mais próximo da comunidade, já acessou sementes na casa<sup>68</sup>.

Um episódio marcante que envolve a Casa de Sementes Crioulas de Paraguai ocorreu em 2007. Refere-se à decisão dos/as moradores/as de não mais aceitar sementes industrializadas distribuídas pelo escritório da EMATER - MG. Nesta altura já haviam atingido relativa autonomia no abastecimento de sementes crioulas.

*Teve uma época que nós não tínhamos semente de jeito nenhum. Que ainda vinha aquela semente pela EMATER. Aquela semente lá que vinha, que eu vou te falar... Pegava para plantar, só que tipo assim, plantava uma vez. Que essas sementes transgênicas, elas você planta, a primeira vez elas produzem, mas a segunda vez elas já não produzem mais, né? Então assim, nós ficamos um tempo que a comunidade não tinha nem semente, só que aí depois que veio a ideia da casa de semente. Aí eles montaram a casa de semente, aí já foi trabalhando também, conscientizando o pessoal, né?* (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)

*Muitas vezes a gente pegava aquela semente da EMATER e às vezes não sabia o risco que tava correndo pela terra, né? Porque aquela semente ali só tá o produto químico, né? Ali é coisa que muitas vezes a gente pegava o feijão, pegava o milho, você vê que vai planta o milho, se não tiver cuidado a mão da gente fica até vermelha com a cor daquele milho, né? Corre perigo pra gente e também pra terra.* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

*Trazia aquele milho veio com aquela tinta dele lá, né? Plantava, num nascia, e depois surgiu a ideia da casa de semente, aí depois da casa de semente para cá ninguém quis saber mais, nem o feijão.* (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

É importante ressaltar que em tempos de seca, mesmo com a área irrigada e com a Casa de Sementes, pode haver dificuldade de auto-abastecimento. Ainda assim, as famílias preferem não pegar sementes vindas da EMATER<sup>69</sup>.

**Pesquisador.** *Mesmo com dificuldade de semente, não pega a da EMATER?*

**Rita.** Não pega! Mesmo com dificuldade ninguém quer mais não, né? Porque acaba que contamina a própria terra, o meio ambiente. Não nasce mesmo, então para que vai querer uma semente ruim só para poder ter, né? (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Alternativas para os períodos em que o estoque de sementes está mais reduzido são encontradas, por vezes, no âmbito das próprias redes sociotécnicas e das casas de sementes

---

<sup>68</sup> Ressalta-se a importância da boa relação entre a comunidade e este *fazendeiro* revelada em algumas iniciativas de conservação da agrobiodiversidade. Ele foi quem cedeu a área para implantação do novo *projeto* de campo de sementes.

<sup>69</sup> Foge aos limites desse estudo uma análise da "qualidade" da semente ofertada ou discutir a atuação dessa empresa estatal em Paraguai. Nosso interesse maior é apresentar a percepção dos entrevistados em relação ao acesso e uso da agrobiodiversidade.

existentes em outras comunidades. Em 2013, por exemplo, o projeto de apoio às "sementes da gente" da Cáritas MG adquiriu 60 kg de sementes da variedade de milho crioulo conhecida como "amarelão", da comunidade João Congo (Varzelândia – MG) e disponibilizou para a casa de sementes de Paraguai. Atualmente, a variedade é uma das mais cultivadas na comunidade e sua chegada em um período de escassez de sementes contribuiu muito para que as famílias pudessem garantir suas plantações naquele momento.

Destaca-se que mesmo com armazenamento coletivo, famílias agricultoras jamais deixam de lado o cuidado mais antigo, guardando suas sementes em casa: *"Eu peguei na casa de semente a semente que não tinha aqui, guardo a semente aqui em casa. Tem que ter o cuidado com a semente, guardo lá e aqui, né? [risos]"* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai). Tampouco deixam de realizar suas trocas entre si, no dia-a-dia, sem mediação, como de costume. Entre as ocasiões possíveis em que as trocas de sementes podem ocorrer estão as visitas aos parentes e a outras comunidades.

*Às vezes é uma semente que a gente não tem, ou mesmo que a gente tem a semente. São iguais, mas gosta de trocar para não fica aquela mesma semente na terra, né? Mesmo se ela é da mesma variedade, mas a gente muda de lugar, né?* (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)

Os encontros de formação e de socialização com outros/as guardiões/ãs da agrobiodiversidade, e as trocas de materiais genéticos que ali ocorrem, acabam se constituindo, também, como um meio de aumentar a diversidade genética existente em nível local:

*Muitas vezes Leonardo sai e leva as variedades de semente que aqui tem. Muitas vezes a comunidade não têm... Muitas vezes uma região lá tem uma semente que muitas vezes a nossa comunidade não tem dessa. Já leva e traz de lá para cá e leva daqui pra lá também. Podemos falar assim que é um tipo de troca de semente, né?* (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)

A chegada de novos materiais genéticos pode ocorrer, também, em locais, circunstâncias ou oportunidades não previstas. Mineiro relembra uma época em que houve crise de maniva na região e foi preciso buscar semente no município vizinho, Palmópolis - MG.

*Tinha um rapaz aqui, um fazendeiro vizinho, né? Ele é lá de Palmópolis e ia plantar uma área também na fazenda dele lá. Tinha um caminhão aqui que é de um sobrinho meu estava trabalhando no caminhão, ele falou: "Ô moço, lá em Palmópolis tem uma roça só de maniva lá, é muita maniva. Eu fiquei besta com o tamanho, é dois alqueires só de maniva, só a roçona de mandioca assim". Aí nós fomos lá, trouxemos um caminhão de maniva. Eu plantei aquela área, irmão meu plantou... Aí a maniva é assim: as variedades dela é sempre a mesma que a gente planta aqui, mas é uma maniva assim de fora também, veio de outra região. Eu acho que também influenciou muito no desenvolvimento dela, né? Que ela por ter vindo de uma região de fora, não foi maniva mesmo que a gente tirou da mesma terra e planto, né? Que aí a gente também tem esse, esse costume de tá modificando... Vamos supor, igual nós plantamos ali, agora não planta maniva ali, esse ano.* (Mineiro, 48 anos, morador de Paraguai)

Neste complexo movimento, novas variedades de sementes chegam até Paraguai e são experimentadas, enquanto outras vão sendo menos utilizadas e podem acabar se perdendo.

**Pesquisador.** Quais são as variedades vocês usam mais aqui?

**Leonardo.** *Hoje é a Camuquém branca, a Camuquém preta, Camamu, a Cacau.... Essas daí são variedades muito antigas, né? Que já vem dos nossos pais, nossos avós deixo, a gente vem trabalhando com essas*

**P.** E a Lisona?

**L.** *A Lisona tem também e trabalha bastante com ela.*

**P.** E a Sutinga?

**L.** *Não, a Sutinga nós perdemos a variedade dela.*

**P.** Naquela roça do Mineiro não tem?

**L.** *Só se for de Mineiro lá em cima no...*

**Adão.** *Mandioca boa aquela! Eu falei que vocês não podiam perder...*

**P.** E porque perdeu?

**A.** *Ah, aqui foram chegando essas outras variedades, né? O pessoal foi preferindo essas outras. Mas é uma variedade de mandioca que é muito antiga aqui na comunidade. Têm as outras mandiocas, tem a Cacauzinha, tem a Cacau nanica, tem a outras que foram chegando fazendo a troca, né? (Leonardo, 49 anos, é sobrinho de Adão, 74 anos)*

Destaca-se, por fim, um momento de grande simbolismo em relação a *luta das sementes* ocorrido em 2011, em Araçuaí - MG, durante a "IV Semana Envolver da UFVJM"<sup>70</sup>. Uma das atividades deste evento foi uma oficina sobre "cultura e saberes" na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba dos povos indígenas Pankararu e Pataxó. Em um certo momento da oficina, um morador de Paraguaí entregou um saco de sementes de *maniva* (mandioca) aos indígenas, "devolvendo" àqueles povos o material genético que haviam emprestado há alguns anos.

Portanto, se por um lado, a restrição territorial e a chegada de sementes empresariais são exemplos de ameaças à biodiversidade cultivada pelos povos e comunidades tradicionais da região, por outro, alternativas são gestadas em redes e em escalas mais ou menos ampliadas, conectando a *roça* e o *mundo*.

#### 4.3. Entre uma *reunião* e outra: participação e articulação política

Era uma manhã de quinta-feira, 16 de outubro de 2015. O *povo das comunidades* vinha, pouco a pouco, se aproximando. Apertos de mão em mão, um "gole" de café na cozinha e um "dedo de prosa" na calçada. Pronto, era hora de iniciar a *reunião*. Enquanto o *pessoal da Cáritas* conectava os equipamentos, cadeiras eram arranjadas em círculo no salão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Felisburgo. Como em toda *reunião*, após a reza da oração, seguiu-se a apresentação dos participantes e do propósito daquele encontro. As pessoas estavam ali para discutir sobre a possível criação da associação de feirantes de Felisburgo, tendo como experiência inspiradora a iniciativa protagonizada por agricultores/as feirantes do município vizinho, Jequitinhonha<sup>71</sup>.

Deter-me nos fatores que poderiam levar uma maior ou menor participação de grupos comunitários na *reunião* não era a preocupação mais pulsante daquele momento inicial do

<sup>70</sup> Evento organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM entre os anos de 2008 e 2013 com o objetivo de "proporcionar momentos de diálogo e interação entre a comunidade universitária e as populações dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri por meio de atividades de extensão, expressões culturais e debates sobre temas específicos e relevantes para região".

<sup>71</sup> Associação dos Agricultores Artesãos Familiares Feirantes de Jequitinhonha - ASFEJE.



trabalho de campo. Uma constatação, no entanto, prontamente prendeu minha atenção: quase 70% dos/as presentes residiam em Paraguai. Vivências posteriores no *lugar*, diálogos com os *parceiros* e a participação em outras *reuniões* confirmariam que representantes comunitários têm "presença certa" em encontros municipais e regionais de articulação e incidência política. Fato este sinalizado também por um rápido levantamento das *reuniões* ocorridas no último mês em que estive em campo, apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 4.** Participação de representantes de Paraguai em reuniões em outubro e novembro de 2016. Elaboração: autor.

Data	Encontro	Organização	Local	Participantes
21/10/16	Reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para articulação e formação da chapa concorrente às próximas eleições.	STR de Felisburgo	STR de Felisburgo/MG	Mineiro
23/10/16	Reunião para encaminhar solicitação abertura de processo para regularização território no INCRA.	Associação local e CPT	Centro Comunitário de Paraguai – Felisburgo/MG	55 pessoas (33 homens e 22 mulheres)
25/10/16	Reunião com Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS/MPMG	Associação local e CIMOS/MPMG	Centro Comunitário de Paraguai – Felisburgo/MG	18 pessoas (10 homens e 8 mulheres)
25 e 26/10/16	Encontro Estadual da Articulação no Semiárido	ASA	Porteirinha/MG	Leonardo
04/11/16	Curso Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais	CIMOS/MPMG	Almenara/MG	Miguilim e Gil
05 e 06/11/16	Encontro Regional da Comissão Pastoral da Terra	CPT	Araçuaí/MG	Maria e Cássio
10/11/2016	VIII <i>Seminário de Feiras Livres e Políticas Públicas do Vale do Jequitinhonha</i>	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Núcleo de Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ/UFMG) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA)	Araçuaí/MG	Ausência de transporte impossibilitou participação
16/11/2016	I Encontro de Pastorais e Movimentos sociais dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Comissão Diocesana para Ação Social e Política da Diocese de Almenara	Jequitinhonha	Cássio e Fabrício
26 e 27/11/16	I Encontro de mulheres quilombolas do Jequitinhonha	Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha (COQUIVALE)	Berilo/MG	Rita e Marta
16 a 29/11/16	Canjerê – Festival da Cultura Quilombola	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo)	Belo Horizonte	Carlos e Fabrício

Ao estudar as *reuniões* em um assentamento rural na região norte do Estado do Rio de Janeiro, Comerford (1999) discute regramentos e princípios que norteiam esses momentos, entendidos como privilegiados para se perceber e debater aspectos da participação política e da sociabilidade camponesa. Como ressalta o autor,

[...] para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse processo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação das redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar. (COMERFORD, 1999, p. 47).

O perfil das *reuniões* elencadas no Quadro 4 sintetiza bem os campos temáticos e o enredamento político que envolve a comunidade (e por ela é envolvido). De modo bem genérico, podemos chamá-los de *movimentos* quilombola, de mulheres, agroecológico, sindical e de base vinculado a setores da igreja católica. Mesmo que o grande número de *reuniões* possa gerar incômodo, sobretudo nas pessoas mais *acostumadas a sair*, os/as moradores/as não tem dúvida: esta é a principal maneira de se *correr atrás* para o *crescimento da comunidade*. Em nome disso, superam-se silêncios e desconfortos típicos de certos momentos de (in)definição de quem irá para determinada *reunião*.

Seja como for, sempre se *dá um jeito*, o mais importante é garantir a presença. A "regra" é nunca negar os convites dos *parceiros* e sempre estar em *reuniões* estratégicas em nível municipal (dos conselhos, do sindicato, da prefeitura...). Em Paraguai, a rotatividade das pessoas que *saem* para as *reuniões* indica uma relativa descentralização da participação política, o que favorece a presença de representantes numa maior quantidade de fóruns. Nota-se que o envolvimento em redes sociopolíticas, com organizações e movimentos que pautam a equidade de gênero e de geração, favorece a diversificação do perfil do quadro de representantes locais. Percebe-se, com efeito, a ampliação das *saídas* das mulheres para os encontros e uma maior inserção das mesmas nos espaços de organização e decisão em nível comunitário.

**Pesquisador.** Qual que é a importância desses encontros?

**Entrevistada.** *Eu acho muito importante, porque a gente acaba que isso aí enriquece, né? A aprendizagem... eu mesma, eu tudo que eu ia fazer tinha que pedir painho para fazer para mim. Tipo assim, se eu tinha que conversa com alguém "Ô painho, pergunta fulano isso pra mim." Aí depois que teve o encontro do ATER Mulheres [...] fui libertando, fui perdendo a vergonha, perdendo o medo de falar. Então, assim, hoje eu vejo que é muita, muita, a gente acaba que enriquecendo cada dia que você vai, cada dia que você sai, cada reunião que você vai. A gente acaba que descobrindo os valores que a gente tem, né?*

**P.** Você acha que de um tempo para cá a participação das mulheres mudou aqui na comunidade?

**E.** *Mudou! Melhorou e muito, né? A gente já tem mais liberdade, você já participa mais. Agora mesmo na associação, a associação já é mais repleta de mulheres. As mulheres não têm mais aquele medo, né? Porque antes para montar aqui uma associação da comunidade era um trabalho, você tinha que tá apontando nome. Essa última eleição não foi preciso mais, as pessoas mesmo que se dispôs.*

**P.** Antes era mais homens?

**E.** *Era, antes era mais homens. E agora não, agora já as mulheres tá aí no meio, né? Engajadas no meio deles...*

**P.** Você acha que é por causa dessas reuniões, desses encontros?

*E. Eu acho. Por causa dos encontros. Acaba os encontros vão preparando a gente. Vai mostrando que a gente não pode ficar só dentro de casa, né? Que as vezes as mulheres falam assim "Ah, o meu marido fala que lugar de mulher é na cozinha." E hoje em dia não existe mais isso não. Hoje em dia é vice-versa. Os mesmos direitos que o homem tem a mulher tem, e se brincar a mulher tá fazendo mais que o homem, né? (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)*

Se o grande número de *reuniões* incomoda, a falta delas incomoda igualmente - paradoxo também lembrado por Comerford (1999). *Reuniões* pouco frequentes podem remeter a uma atuação *fraca* ou uma certa instabilidade na relação de parceria. Isso pode ser observado ao conversar sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Felisburgo, tido por muitos/as moradores/as como pouco atuante<sup>72</sup>. Ainda assim, importa ressaltar, o STR é considerado uma organização importante e como uma instituição a qual se recorre para alcançar *direitos* (em especial aqueles associados à seguridade social).

*O sindicato é parceiro, né? Mas assim, não é aquele parceiro que ajuda tanto, podia ser mais presente, né? Às vezes também falta da gente cobrar... [...] Não é aquela atuação forte não, mas só que ajuda também bastante. Assim, a parte que o sindicato mais ajuda é nessa dos aposentados, num auxílio doença, né? Então, nessa parte, é o parceiro que mais contribui prá gente que trabalha na roça. (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai)*

A associação comunitária administra a interface entre o mundo doméstico e a sociedade externa, afirma Sabourin (2009), que lembra, também, que o associativismo é o modelo de organização local de agricultores que mais se desenvolveu nas últimas três décadas no país. A integração de três fatores seria, segundo o autor, responsável pela criação da maioria das associações: i) a necessidade de representação jurídica a nível comunitário; ii) atuação de agentes externos; iii) a existência de apoios/financiamentos para projetos associativos ou comunitários.

As *reuniões* convocadas pela associação de moradores/as de Paraguai acontecem no salão do Centro Comunitário. Além dos encontros voltados para assuntos mais "internos", *reuniões* mediadas pela associação podem ocorrer se agentes institucionais, governamentais ou não, solicitam uma conversa com a comunidade. No "tempo da política" (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) candidatos municipais realizam *reuniões* com eleitores/as em Paraguai.

Independentemente do ator ou instituição solicitantes, o recado é quase sempre transmitido via ligação telefônica e o pedido não costuma ser negado - mesmo quando agendado para aqueles dias repletos de atividades na roça ou na horta. Não é incomum tais pedidos chegarem no dia anterior à *reunião*, neste caso, a informação transmitida no *boca a boca*, contando com a colaboração de lideranças dos setores e grupos de vizinhança. A notícia da vinda de um agente "externo" para se reunir com a *comunidade* é acompanhada, na maioria das vezes, por uma expectativa positiva.

---

<sup>72</sup> Com a eleição de um morador da comunidade para a presidência do STR de Felisburgo em dezembro de 2016, pode haver mudança neste panorama.



**Figura 30.** Reunião no centro comunitário de Paraguai. Foto: autor, out. 2016.

Uma inovação ocorrida nas últimas eleições municipais revela a dinamicidade das estratégias acionadas pela comunidade no tempo da política. Durante o período eleitoral de 2016, os/as moradores/as se reuniram, elencaram os principais problemas a serem enfrentados e elaboraram um termo de compromisso. O documento pontua diversas demandas em relação às quais a futura gestão municipal deveria se responsabilizar perante o grupo. Após reuniões de campanha na comunidade, exigiu-se a assinatura do documento pelos dois candidatos a prefeito de Felisburgo.

**P.** Como que foi esse termo de compromisso? Como vocês discutiram isso e decidiram?

**Entrevistada.** *Foi eu que pensei assim, foi até uma ideia minha. Falei assim "Ô Fabinho, toda vida é assim, né? Vem esses políticos, eles só rezam a pedição deles e nunca a gente tem nada concreto. Nós temos que fazer alguma coisa para nós apresentar... só que nós temos que apresentar alguma coisa oficial." Até perguntei Luziete [agente da CPT de Almenara]. Nós tomamos uma ideia com ela, né? E ela falou assim "Ô moça, é só vocês fazerem um termo de compromisso". Ensinou nós direitinho como que nós fazíamos, aí nós fizemos o termo de compromisso. Aí entregamos, né?*

**P.** Na reunião?

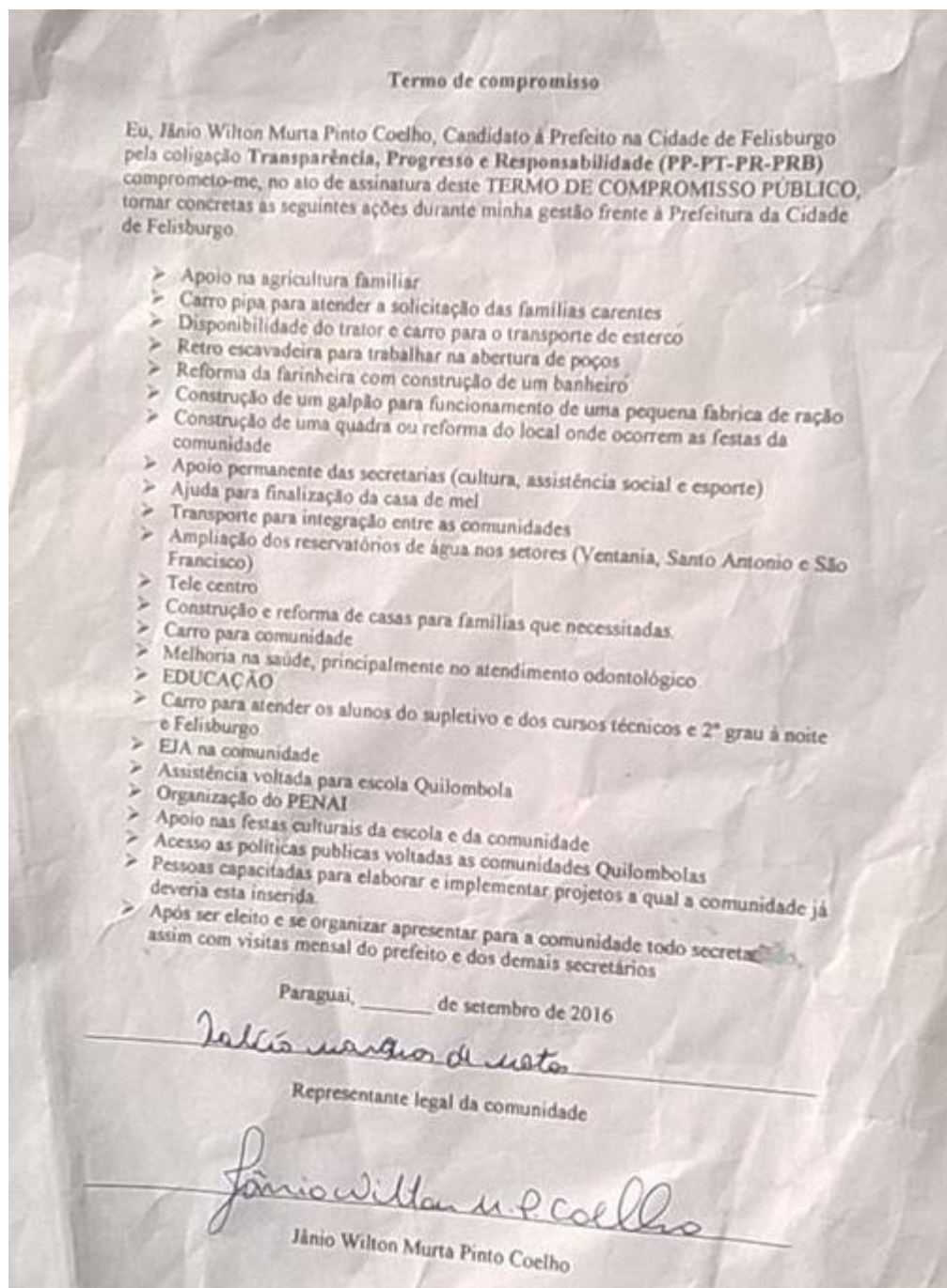
**E.** *Na reunião, né? No dia que eles vêm aqui pedir voto, invés deles só escutar nós, a gente fica só escutando eles, né? Eles tiveram de escutar nós. Escutaram nós primeiro, para depois pedir o voto deles. Todos foi assim.*

**P.** Aí vocês colocaram todas as reivindicações?

**E.** *Colocamos todas as reivindicações. Com o prefeito anterior, que não fez nada para nós, eu questionei as coisas que não tinha feito. Igual a agricultura familiar que não teve apoio, ainda questionamos ele alguma coisa. Ele começou a bater de frente, mas depois ele "quetô". E com o outro também... Nós levamos a proposta para ele, né? Ele assim, eu achei ele bem bacana, esse que entro agora, né? Ele fez questão de fazer indicação, ele mesmo voltou lendo, explicando tudo: o que era mais fácil de fazer, o que não era... Fico com a expectativa bem boa com ele assim, sabe?*

P. Eles assinaram?

E. Assinaram. Nós temos um termo arquivado e tem o outro. Agora vamos colocar no caderno de ata também, né? Tá ali o rascunho para colocar no caderno de ata, tudo direitinho. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)



**Figura 31.** Termo de compromisso elaborado por moradores/as de Paraguai durante o tempo da política.

Salienta-se, ainda, que o ano de 2012 foi marcado pela inédita eleição de um morador da comunidade para câmara legislativa do município. O mesmo morador elegeu-se no final de 2016 para presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Felisburgo, fato este também jamais ocorrido.

#### 4.4. Cada semente uma história: vivenciando a participação em rede

A semente tornou-se o lugar e o símbolo da liberdade nesta época de manipulação e monopólio da sua diversidade. Ela faz o papel da roda de fiar de Gandhi no período da recolonização pelo comércio livre. A roda de fiar tornou-se um importante símbolo de liberdade não porque fosse grande e poderosa, mas por ser pequena; ela podia gerar vida como sinal de resistência e criatividade nas cabanas mais pequenas e nas mais humildes famílias. O seu poder reside na sua pequenez. A semente também é pequena. Ela incorpora a diversidade e a liberdade de continuarmos vivos...

Vandana Shiva

Uma frase dita mais de uma vez por Leonardo (49 anos, morador de Paraguai) durante a viagem à Araçuaí - MG, onde participamos de uma *reunião das sementes*<sup>73</sup>, convidou-me a traçar estas linhas. "*Quando se fala de semente crioula é porque a semente tem história*", afirmou novamente, de manhãzinha, de volta em casa, passados quatro dias da saída para aquele encontro ocorrido no Médio Jequitinhonha. "*Se a semente não tem história, pode saber que ela não é crioula*", explicou de outro modo, sem deixar margem à erros. Leonardo é um dos principais responsáveis pela Casa de Sementes de Paraguai. Ele e a Casa são referências microrregionais no âmbito da Rede da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro. Mas não é tarefa fácil essa responsabilidade, Leonardo chega a passar oito dias longe da roça, vai para todo lado, *lutar com essas sementes*.

Os intercâmbios proporcionados pela referida reunião começaram antes do previsto. É sempre assim. Nos encontros que conectam instituições *parceiras* e realidades camponesas, indígenas e de outros povos tradicionais no Norte de Minas e Jequitinhonha há, correntemente, um momento de troca de sementes. Ali, as pessoas expõem o saber-fazer relativo às sementes que carregam e oferecem-nas para aqueles/as que conhecem e manejam outras variedades. Em um espaço circular, o tempo é de conhecimento e de um alvoroço na partilha. Todavia, quando este momento é programado *do meio pro fim* da reunião, as trocas podem se dar antes do "combinado" (na hora do café ou mesmo durante a falação do técnico ou do *professor*). Para além da dinâmica do encontro, as trocas de sementes têm lugar na dinâmica de vida dessa gente e ocorrem assim, quase sem se ver. Seja como for - começo, meio ou fim, mais ou menos trocado - uma quantidade de sementes é sempre poupada. É preciso garantir aquela hora "certa", entendem os/as que participam.

Mas, no caso retratado, foi literalmente antes da reunião mesmo. Explico.

No primeiro dia do trabalho de campo da pesquisa, ocorria em Paraguai um *curso* sobre conservação de sementes crioulas. Ali, o assunto girava em torno da melhor forma de seleção em campo das sementes que, posteriormente, seriam armazenadas em garrafas pet ou em tambores maiores, azuis, de polietileno. Também se falava sobre uma "novidade", o teste de germinação de sementes, que Leonardo explica: "*passou de um ano deve fazer o teste de germinação. É claro que se nascer 40% é prejuízo para mim plantar ela. A semente deve ter 80 a 100% de germinação para não tomar prejuízo*". Cerca de vinte pessoas estavam presentes, homens e mulheres, quase meio a meio. Junto com o técnico da Cáritas Diocesana de Araçuaí, responsável pela atividade, seu Vandeci (outro guardião da agrobiodiversidade do

<sup>73</sup> Trata-se do Encontro Territorial do Programa Sementes do Semiárido, ocorrido nos dias 17 e 18 de março de 2016, na sede da Diocese de Araçuaí. Organizado pela Rede de Agrobiodiversidade e pela ASA-MG, o evento contou com a participação de representantes (guardiões/as da agrobiodiversidade) de comunidades camponesas/tradicionais e aldeias indígenas (Xakriabá), organizações de assessoria do campo agroecológico e da UFVJM (Núcleo de Agroecologia e Campesinato) do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.



Jequitinhonha) "facilitava" a conversa. Este agricultor-experimentador da comunidade Caldeirão, de Itinga - MG, é figura conhecida nesse circuito.

Estava previsto que Leonardo e Miguilim, um jovem que mora em Ventania e começava a *sair* para as *reuniões* das sementes, pegariam carona comigo até Araçuaí onde participaríamos do encontro. O não esperado era que o primeiro resolveria seguir com Vandeci para *ajudar* em outro curso, no dia seguinte, no assentamento Brejão (município de Jequitinhonha - MG). As famílias de Brejão davam passos iniciais na implementação de sua casa de sementes e, como já virou *costume*, neste estágio, os guardiões mais experientes contavam suas trajetórias e de suas sementes para *animar o povo* e *explicar o funcionamento*. Vandeci gosta de narrar a estória do *homem de terno e educado* que chegou em Caldeirão num *carrão* e ofereceu tantos mil para levar embora todas as sementes armazenadas. Recusando e se ofendendo com a proposta, certo de que dinheiro nenhum paga aquela riqueza da comunidade, desculpou-se e despachou o homem. Até hoje ninguém sabe de qual lugar ou instituição era aquele sujeito, que nunca mais andou por aquelas bandas. Seu Vandeci desconfia, entretanto, que até a EMBRAPA ou os proprietários de casas comerciais de sementes com veneno podem estar envolvidos. Pelo lado de Paraguai, Leonardo sempre faz conhecer um momento importante da experiência comunitária: o dia em que não mais aceitaram as sementes vindas da EMATER.

Ao optar por outro trajeto, Leonardo comunicou que apenas Miguilim iria em meu carro e nos encontraríamos novamente no evento. O mais importante não deixou de dizer. E o cuidado era direcionado para não esquecermos um saco de linhagem e uma caixa de papelão contendo sementes e manivas reservadas para o momento das trocas. Assim seguimos, carregando trinta e uma variedades de sementes.



**Figura 32.** Moradores de Paraguai durante o momento de troca de sementes na reunião de Araçuaí. Foto: autor, mar. 16.



Na reunião de Araçuaí, percebi que a frase inspiradora ("A semente crioula tem história") era compartilhada também por outros guardiões e guardiãs, sobretudo por aqueles/as do Norte de Minas. Mais tarde ela me surpreenderia, ainda, em um vídeo mais institucional do programa Sementes do Semiárido da ASA. Não se tratava, portanto, de simples palavras<sup>74</sup>. Essa afirmação estava envolvida em toda uma compreensão coletiva, compartilhada pelas pessoas envolvidas naquelas redes políticas, técnicas e de sociabilidade. Sociabilidade que se irradiava para muito além daquilo que se constitui como seu principal "locus" de convergência (os próprios Encontros).

Ao final da reunião, um/a ou outro/a agricultor/a havia adiantado o regressar. Não é querer ir embora, desculparam-se. Era exigência dos demais compromissos: na família, na roça, na rua, no sindicato ou mesmo em mais uma reunião. E outros vieram de longe, como o pessoal do Norte de Minas e do Alto Jequitinhonha... O fato é que *um povo* tinha se despedido e os outros ficaram com uma certa inquietação. Porém reclamar, ninguém reclamava. Quem vai para a reunião vai sabendo: vez ou outra (na maior parte das vezes, no bem dizer da verdade) não termina na hora acertada. Porque ainda há o momento de avaliação, a mística de encerramento e o pai-nosso que não pode faltar. Quando liberaram o almoço já era tarde, mais de meio-dia. E era gente comendo, gente despedindo e gente descendo ainda com as bolsas. No alojamento da Diocese de Araçuaí, os quartos ficam na parte de cima - homens de um lado e mulheres de outro - e o refeitório no térreo.

Após a refeição, eu, Leonardo e Miguilim também nos despedimos e tomamos o nosso rumo. O carro estava com lotação máxima, pois deixaríamos seu Vandeci e seu Manuel (outro morador de Caldeirão) em Itinga, distante meio caminho entre as cidades de Araçuaí e Itaobim. E fomos *rompendo* por aquelas estradas afora. Chegando à comunidade Caldeirão, seu Vandeci mostraria-me os *valos* ainda existentes, as sementes nativas à Leonardo e a casa de sementes crioulas, pintada com tinta de terra, à Miguilim.

No lugar onde Vandeci cuida das sementes, mas que pertence à comunidade (faz questão de sempre asseverar), há também artesanatos, um altar com imagens de santos e prateleiras repletas de livros, revistas e cartilhas decorrentes das reuniões e cursos que participa e oferece. A *biblioteca* é especialmente reveladora, sobretudo porque Vandeci não acessou a educação formal e "não tem leitura", como se diz. Ele comenta, medindo o entusiasmo, que professores/as e alunos/as da escola comunitária, com frequência, vão ali e pegam livros emprestados.

Após deixarmos Vandeci em Caldeirão, seguimos viagem até Paraguai. Chegamos tarde da noite. No dia seguinte, bem cedinho, Leonardo apresentou para seu tio Francisco as dezessete novas variedades de sementes trocadas na *reunião* de Araçuaí. Elas seriam experimentadas no território da comunidade e, quem sabe, incorporadas na Casa de Sementes Crioulas<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Ao refletir sobre o uso propositado do termo revolução ("sobre tutela terminológica da burguesia") em referência ao golpe de Estado no Brasil de 1964, Florestan Fernandes (2000) afirmou que em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista não existem "simples palavras". Se isto vale para aqueles grupos (que se querem) dominadores é verdade também para as palavras proferidas ou que afetam os ditos dominados e sua arte de resistência (SCOTT, 2004).

<sup>75</sup> Como vimos, a incorporação de variedades às outras existentes na casa de sementes é permeada por diversos mecanismos sociais, não ocorrendo automaticamente.

#### 4.5. Recriação camponesa e a territorialidade quilombola em Paraguai



**Figura 33.** Frente da escola da comunidade Paraguai. Foto: autor, mar. 2016.

O processo coletivo de autodefinição quilombola - suas repercussões em termos de estratégias territoriais - é outro componente importante na compreensão das dinâmicas sociais que envolvem a recriação camponesa em Paraguai. Vivenciado nesta última década, tal processo tem como um marco importante a emissão da Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Atravessada por objetividades e subjetividades sociais de longa data, essa "novidade" suscita mudanças e aporta novos elementos ao campo sociopolítico experimentado e cultivado pela comunidade.

A partir da década de 1980, assistimos movimentos e grupos indígenas, camponeses e afrodescendentes latino-americanos lançarem mão do uso do "território" como categoria analítica e como palavra-força em suas lutas epistêmicas e políticas.

O conceito de território ganhou uma dupla centralidade no contexto das lutas dos movimentos sociais na América Latina, uma centralidade analítica e política, ou seja, como "categoria de análise" e como "categoria da práxis". Na primeira [...] o conceito de território tem sido amplamente mobilizado em diversos campos disciplinares como uma categoria explicativa essencial para se pensar a realidade dessas lutas sociais. Já como "categoria da práxis", a palavra território tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político. Essa categoria é uma espécie de catalisador das energias e das estratégias emancipatórias desses movimentos [...]. Deparamo-nos com o uso constante da noção de território como um marcador discursivo central na retórica desses chamados "novos" movimentos sociais no contexto latino-americano. (CRUZ, 2013, p.119)

Arturo Escobar salienta que tais coletividades não conferem ao "território" o mesmo sentido da "terra" atribuído pelos movimentos sociais nas décadas anteriores: *"en el discurso*

*étnico-territorial [...] el territorio no se ve tanto en términos de "propiedad" (aunque se reconoce la propiedad colectiva); sino, de apropiación efectiva mediante prácticas culturales, agrícolas ecológicas, económicas, rituales, etc."* (ESCOBAR, 2014, p. 31). A mirada territorial introduz o componente cultural (cultura mais "natureza") no debate em torno da questão agrária e, com efeito, problematiza as relações sociais e de poder imbricadas nas relações das sociedades com a "natureza"; concebe-se, deste modo, o território a partir das indissociáveis dimensões material ("natureza"), simbólica (cultura) e de poder (PORTO-GONÇALVES, 2013; MAZZETO SILVA, 2007).

A tendência de territorialização das lutas sociais na América Latina, relacionada à luta pela demarcação coletiva das terras tradicionalmente ocupadas, é conhecida como "giro territorial" ou, enfatizado seu caráter socioambiental, como "giro *ecoterritorial*" (CRUZ, 2013; SVAMPA, 2012). Essa tendência se fortaleceu com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais - OIT, em 1989. Este é o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais (ou tradicionais, no caso brasileiro). Uma inovação deste instrumento foi o reconhecimento do direito desses povos a auto-atribuição identitária. A Convenção também reconhece o direito de propriedade e posse das terras tradicionalmente ocupadas e afirma que governos devem identificar tais terras e salvaguardar tal direito. No Brasil a Convenção 169 da OIT foi ratificada em 2002 e entrou em vigor no ano seguinte.

Mesmo antes da Convenção 169, todavia, os direitos territoriais dos povos quilombolas no Brasil já haviam sido reconhecida pela Constituição Brasileira de 1988, como resultado da mobilização dos movimentos sociais. O art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT afirma que "*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*". Almeida (2002) critica o caráter residual verificado na forma em que o conceito de quilombo é tratado no texto constitucional: "*um dispositivo mais voltado para o passado e para o que idealmente teria "sobrevivido" sob a designação formal de 'remanescentes das comunidades de quilombos'*".

Visando contribuir na aplicação do art. 68 da ADCT, o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, elaborou em 1994 um documento com apontamentos sobre o termo "quilombo", no qual afirma:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1997)

A pesquisadora Eliane O'Dwyer, por seu turno, chama atenção para o fato do artigo 68 pressupor a existência de sujeitos históricos no presente e que estejam ocupando terras. Deste modo, "*qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado*" (O'DWYER, 2002, p.14). Somente após uma década e meia, o procedimento para identificação, conhecimento, delimitação, demarcação e titulação territorial, de que trata o artigo 68 do ADCT foi regulamentado pelo Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Em seu art. 2º o decreto considera remanescentes das comunidades dos quilombos como "*os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com*

*trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".*

A despeito de uma série de questões que atravessam a estrutura agrária e as assimetrias de poder no campo e na sociedade brasileira como um todo, limitando a garantia dos direitos territoriais para grande maioria das comunidades quilombolas<sup>76</sup>, tais conquistas normativas são balizas importantes. Capitaneadas pelo movimento quilombola e ancoradas em um permanente trabalho de base, elas se somam ao conjunto de fatores que culminam na emergência de grupos que ressignificam e politizam sua história e identidade (autodenominada quilombola), suas terras ("transformadas" em território) e seus modos de vida. Organizados, muitos desses grupos passaram a pressionar o Estado para efetivação dos direitos, afirmando-se como sujeitos políticos coletivos e culturalmente diferenciados, de relevância no mundo rural contemporâneo.

A diferenciação cultural, entretanto, não se confunde com isolamento geográfico ou social. Como afirma Barth (2000) a constituição de "fronteiras" implica, justamente, no contato entre grupos étnicos. Segundo este autor, é na interação que as diferenças são percebidas e as etnicidades autodefinidas. O'Dwyer (2002) lembra que a partir das contribuições Barth,

O problema da contrastividade cultural passa a não depender mais de um observador externo que contabilize as diferenças ditas objetivas, mas unicamente dos "sinais diacríticos", isto é, as diferenças que os próprios atores sociais consideram significativas. Por conseguinte, as diferenças podem mudar, ainda que permaneça a dicotomia entre "eles" e "nós", marcada pelos seus critérios de pertença. Essa abordagem tem orientado a elaboração dos relatórios de identificação, os também chamados laudos antropológicos, no contexto da aplicação dos direitos constitucionais às comunidades negras rurais consideradas remanescentes de quilombos, de acordo com o preceito legal. (O'DWYER, 2002, p.15)

No caso de Paraguai, além da referência espacial e histórica – vinculada à memória, ao território e as relações com os *fazendeiros* – a autoidentificação quilombola é perpassada por interatividades com outros grupos que vivenciam situações semelhantes e com a rede de *parceiros*. Neste sentido não ocorre apenas a partir do conflito ou da "contrastividade", mas também de alianças sociais ou da "convergência".

A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais — também chamadas *terras de preto*, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada — permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. (O'DWYER, 2002, p.16).

A presença de João da Mumbuca, articulador regional da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas – N'Golo, por exemplo, foi especialmente importante no início das ações que culminaram com a emissão da certidão da FCP. Convém sublinhar a recente atuação da Comissão Pastoral da Terra, que tem potencializado os momentos formativos e de incidência política e as lutas pelas conquistas dos direitos quilombolas. A entrevista realizada com Edivaldo Ferreira Lopes, coordenador da CPT em Minas Gerais, trouxe mais elementos

---

<sup>76</sup> De acordo com a Comissão Pró-Índio, 467 processos de terras quilombolas tramitam pelo Incra há 10 anos ou mais sem conclusão. Há um total de 1.525 processos abertos atualmente no órgão federal (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2016).

para a compreensão da trajetória da luta por direitos das comunidades quilombolas do Jequitinhonha e em Paraguai.

Até o momento da publicação do Decreto 4887/2003, segundo Edivaldo, a maioria das comunidades quilombolas do Jequitinhonha encontrava-se em total invisibilidade. O trabalho do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, que realizou estudos e levantamentos sobre essas comunidades em Minas Gerais, foi um dos mais relevantes para evidenciar o perfil étnico-racial de algumas comunidades rurais da região. Fruto deste trabalho, o CEDEFES lançou, em 2008, o livro "Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência" (CEDEFES, 2008). Posteriormente, a reivindicação dos direitos quilombolas foi fortalecida pela atuação da Federação Quilombola de Minas Gerais - N'Golo.

*A luta quilombola, de defesa de direitos, é ampliada a partir do Decreto. A maioria das certificações vem a partir de 2003, mas a maioria se concentra entre 2004 e 2008. Por causa do Decreto, do trabalho do CEDEFES e depois da Federação Quilombola, que começa a discutir o direito à certificação e ao acesso às políticas públicas. (Edivaldo, coordenador da CPT em Minas Gerais)*

No caso de algumas comunidades de forte contrastividade cultural e de evidente ancestralidade negra e quilombola, os próprios gestores e outros agentes públicos municipais começaram a incentivar processo de certificação junto a Fundação Cultural Palmares, visto como uma oportunidade orçamentária.

*Muitas comunidades da região foram certificadas por causa de agentes públicos municipais. Com o programa Brasil Quilombola que o recurso para educação e saúde era maior, muitos agentes públicos começaram a incentivar as comunidades a serem certificadas. [...] A comunidade Jenipapo Pintos por exemplo ela tinha o certificado no ano de 2011 e não sabia que era certificada. [...] Já tinham dois anos que ela era certificada e eles nem sabiam. Pesquisando, vi que foi o povo do EMATER que tinha feito todo o trabalho lá, só as lideranças não tinham noção do que era que eles tinham conseguido, sobre a validade dessa coisa, se a certidão tinha algum impacto para a comunidade. [...] Então o decreto de 2003 incentiva não as instituições e as comunidades mas também os agentes públicos [...] por causa do interesse no recurso. (Edivaldo, coordenador da CPT em Minas Gerais)*

A despeito da presença histórica do Distrito Diamantino e da marcante trajetória de grupos negros em busca da *liberdade* no Vale do Jequitinhonha, atualmente nenhuma comunidade quilombola na região tem suas terras tituladas como determina o pelo art. 68 do ADCT. A única comunidade a deter este o título era a comunidade Porto Corís, situada no município de Leme do Prado, no Alto Jequitinhonha. A comunidade sofreu, no entanto, um deslocamento compulsório devido à construção da barragem de Irapé e não se encontra mais em seu território ancestral.

Além de Paraguai, certificada em 2007, outras quatro comunidades no Baixo Jequitinhonha detêm certidões de remanescente de quilombo emitidas pela Fundação Cultural Palmares – FCP: Barreirinho (Joáima - MG), Marobá dos Teixeiras e Marobá (Almenara - MG) e Mumbuca (Jequitinhonha - MG).

#### 4.5.1. Identidade quilombola, liberdade e o futuro

A emissão da Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo é o primeiro passo para o reconhecimento e regularização dos territórios quilombolas. Com a posse deste título, pode-se solicitar a abertura do processo de titulação do território no INCRA. Mirando estritamente o caminho percorrido via Estado, o ponto de partida para a retomada do território ancestral é, portanto, a autodefinição coletiva e a "formalização" de uma identidade, a identidade quilombola.

Longe, entretanto, de ser resultado direto da interação Estado ou mesmo com movimentos ou redes de articulação, a travessia de grupos sociais em direção à autoidentificação quilombola revela um complexo itinerário cultural e político. Distanciando-se de qualquer forma de essencialismo, Valter do Carmo Cruz ressalta o caráter histórico e processual construtivo das identidades, que interconecta "tradição" e "tradução".

O conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas *tradições* ("raízes", heranças, passado, memórias etc.) como pelas *traduções* (estratégias para o futuro, "rotas", "rumos", projetos etc.). As identidades nunca são, portanto, completamente determinadas, unificadas, fixadas. (CRUZ, 2006, p. 70)

Este duplo movimento pôde ser verificado durante a vivência em Paraguai. "Ser quilombola" representa para os agentes uma revitalização de seu repertório cultural e de sua narrativa histórica. Significa, por outro lado, a descoberta de novas nuances desde sua aquarela política, informadas por deslocamentos estratégicos no nível comunitário e pela inserção em outros ambientes de convívio e participação social.

*Ser quilombola prá mim é ter sangue, né? Dos negros, dos antepassados que vieram para cá, que chegaram para cá e que isso aqui era tudo mata e que viviam livre aqui, né? Porque eles vieram de lá para ter liberdade aqui, né? Então, assim, não tinha divisão, né? Viviam junto. E essa coisa mesmo de cor mesmo, de raça e hoje de tentar ter a liberdade que eles não tiveram, né? Então assim, eu acho que é isso que a gente busca, né? A gente está, assim, em busca de liberdade do direito da gente que nossos antepassados não tiveram. (Leonardo, 49 anos, morador de Paraguai)*

O passado, neste sentido, não representa necessariamente correntes que aprisionam, mas a possibilidade de uma existência com mais *liberdade* e projetada para o futuro no *lugar*. Não por acaso, o principal significado que palavra *liberdade* adquire em Paraguai associa-se à terra/território e ao trabalho como valor moral. É preciso libertar a terra das cercas para que as famílias, tendo mais *condições* para trabalhar e produzir sejam, também, mais livres para viver.

*Eu acho que não tem ainda muita liberdade não. Nós estamos correndo atrás do direito para nós termos essa liberdade, né? [...] Não tem porque nós estamos apertados. Primeiramente que nós não temos liberdade de cria um porco, de criar uma vaca, de plantar o que nós queremos. Então eu falo assim, liberdade dessa parte, né? (Rita, 40 anos, moradora de Paraguai)*

Com efeito, o sentido de prisão é traduzido como o *aperto danado* naquele espaço (discutido no Capítulo 3). Frente a todo esse *aperto*, o reconhecimento da identidade quilombola e dos direitos territoriais pela via jurídico-legal é visualizada como uma das saídas

para a reprodução da condição camponesa e quilombola em Paraguai. É o que nos revelam Marta, ao ser indagada sobre a "questão da identidade e da luta quilombola":

*Eu acho que vai ser muito bom se a gente conseguir essa titularização aí do território. Vai ser bom porque você vai ter espaço, né? Porque aqui, por ser muito apertado, a gente não pode criar nem uma criação. Igual, vamos supor, uma vaca você não pode criar, dependendo do momento não pode criar um porco, porque procê criar um porco você tem que criar ele a li só preso, para não estragar as hortas, não perturbar as casas dos outros. Porque as casas são tudo uma coladinha na outra. Então, assim, eu acho que a gente tem que conseguir para gente ter as terras para a gente trabalhar e, além de ter áreas de terra para trabalhar, vai ter também mais espaço procê conseguir fazer uma irrigação melhor. E também, assim, se a gente puder criar pelo menos uma vaca... Porque para quem tem criança aí vai ... é quatro, é dois reais um litro de leite, né? E, assim, nem sempre a gente tem aquela condição de estar comprando, né? Todo dia, acaba que, quando chega no final do mês fica pesado pra gente. E se a gente tivesse um pedaço de terra ali que pudesse tá criando uma vaquinha ali, você já ia ter de onde tirar esse leite (Marta, 30 anos, moradora de Paraguai).*

Ao articular a possível titulação do território quilombola, o acesso à terra e desejo de criar e produzir de seu modo, a moradora revela as condições elementares em termos de reprodução social almejadas pelos/as camponeses/as de Paraguai. Suas palavras evidenciam também a centralidade da família, da terra e do trabalho que, de acordo com Woortmann (1990), são valores morais e categorias nucleantes inter-relacionadas que informam a "ética camponesa". Ademais, esse discurso incorpora a busca por patamares mais elevados de segurança alimentar e nutricional e a ampliação da margem de autonomia econômica frente ao mercado como questões relevantes.

O sentido de prisão também pode estar relacionado à falta de acesso a direitos sociais. Neste caso, parece reveladora a relação, estabelecida por Maria, entre o apoio da gestão municipal e a *escravidão*.

*Nesses quatro anos também nós ficamos assim também como escravizado porque nós não tivemos apoio da prefeitura, né? A prefeitura não apoiou nós em nada, nem educação, nem em saúde, foi muito pouco... Assim na agricultura nós não tivemos apoio nenhum, né? Foram quatro anos muito sofridos, né? Com fé em Deus que ano que vem já vai mudar, né? Para muito melhor. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)*

Passada uma década da autoidentificação quilombola em Paraguai, a maior parte do território da comunidade segue sob domínio dos *fazendeiros*. Ainda que o direito territorial não tenha se efetivado, este novo-antigo capítulo apresenta outras feições que merecem ser destacadas. Com melhores entendimentos acerca dos direitos quilombolas, os agentes sociais lançaram mão de diversas frentes e iniciativas. Uma delas se refere a mudanças na "roupagem" da associação de moradores/as.

Entre os anos de 2010 e 2016, a comunidade Paraguai contou simultaneamente com duas organizações associativas: o Centro Comunitário Rural de Paraguai - CCRP e a Associação da Comunidade Paraguai Remanescente Quilombola - ACPRQ. O CCPR foi criado em 1984 e extinto recentemente. O morador Adão, segundo presidente eleito dessa associação, relata os momentos iniciais dessa organização.

*Foi uma ideia assim da Emater e também o pessoal da Cáritas ajudou muito. Na época que foi criada essa associação [...] a gente não tinha assim aquele conhecimento do que era uma associação numa comunidade, né? O nome da*



*associação foi criado assim "Centro Comunitário Rural de Paraguai". A gente não tinha conhecimento, mas através da reunião na Cáritas [...] o primeiro presidente recebeu treinamento. A gente agradece muito o pessoal da Cáritas que teve aquela boa vontade de passar para a gente o que era a associação, como que a gente podia trabalhar com o povo, como que a gente podia administrar através de trabalho para agradar o pessoal. Agradar o pessoal, assim, porque muitas vezes as pessoas não entendiam o que era uma associação, muitas vezes você falava uma coisa, você estava dominando. Não, isso aí não é dominação! É uma coisa que era o direito da gente trabalhar para incentivar, incentivação. Lá em Almenara, muitas vezes em Araçuaí, a gente ia participar dessa reunião e a gente tinha esse treinamento de associação, como que a gente podia manter, trabalhar dentro de uma comunidade. [...] Hoje para gente trabalha numa comunidade, é como se diz, a gente tem que ter uma preparação e graças a Deus foi isso que nós tivemos juntamente nesses trabalhos da Cáritas. Hoje já tá mais fácil, o pessoal já está entendendo o que é uma associação. (Adão, 64 anos, morador de Paraguai)*

Apelidada de *associação quilombola*, a ACPRQ nasce em 2010 - três anos após a emissão da certidão pela Fundação Cultural Palmares. Ao reconhecimento estatal da identidade étnica da comunidade, procedeu-se uma mudança de "forma" na estrutura de representação política: a dissolução da antiga associação em detrimento da ACPRQ. Isto é, ainda que não haja alterações significativas em termos de objetivos, nos campos da representação identitária e do discurso público, a *associação quilombola* apresenta maior vigor político. Foi o que revelou a entrevista o atual presidente da associação.

**Pesquisador.** Porque vocês resolveram criar essa associação quilombola e ficar só com ela?

**Entrevistado.** *A gente resolveu criar essa daí porque tinha saído [o certificado da Fundação Cultural Palmares] e a gente tinha que ter essa quilombola, né? [...] É muito gasto para se manter as duas associações e a gente não tem o ganho suficiente. Discutiu com a comunidade e a comunidade decidiu ficar só com a quilombola. Aí deu baixa na outra do Centro Comunitário e agora está só com a quilombola.*

**P.** Mas qual a diferença entre uma e outra?

**E.** *Se for analisar, todas são importantes, mas a quilombola é mais importante ainda por causa dessa questão dos direitos... A gente é reconhecido como quilombola, né? Então acho que é uma força maior para a gente. (Cássio, 45 anos, Presidente da ACPRQ)*

É interessante observar que o processo de construção desse entendimento comum, influenciado por múltiplos fatores (entre eles os percalços financeiros) perdurou por mais seis anos. Talvez caiba, neste ponto, a afirmação da antropóloga Ellen Woortmann (2004). "*Camponeses são sempre cautelosos, pois os riscos que correm são grandes*", salientou a autora frente à constatação que técnicas e inovações agrícolas são cuidadosamente experimentadas e avaliadas por eles<sup>77</sup>.

Necessário frisar que todo esse movimento desencadeado voltado à afirmação quilombola foi acompanhado por maior visibilidade, reconhecimento e autoafirmação étnico-racial o que, de acordo com os/as moradores/as, contribuiu para a diminuição das manifestações de discriminação e preconceito racial direcionadas a eles/as, principalmente na rua. A criação do Bloco de Carnaval "Unidos sem Preconceito", em 2015, celebra esta

---

<sup>77</sup> "O camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é cauteloso [...]. Não pode colocar em jogo a reprodução social de sua família só porque algum burocrata, em algum gabinete, resolveu impor uma inovação tecnológica à 'população de baixa renda'", complementou Woortmann.

conquista e é talvez a maior expressão dessa virada. Atualmente o bloco, composto por mais de cem pessoas, é o maior do município de Felisburgo.

**Pesquisador.** E essa questão do bloco de carnaval?

**Entrevistada.** *Foi também depois da comunidade ser reconhecida como quilombola, né? Por que? Até o grupo chama "Unidos sem Preconceito". Porque antigamente nós aqui sofremos discriminação grande, né? Onde que o povo via nós éramos os negros do Paraguai, era as negras do Paraguai, era os macacos, né? Chamava nós era de macaco... é o bando de macaco. Assim a discriminação era muito grande. Aí nós colocamos até o nome do Bloco, porque com a nossa união nós conseguimos vencer o preconceito que o povo tinha por nós. O que que acontece... Hoje nós somos uma comunidade respeitada, né? Hoje a gente já impõe respeito. É né tudo: a escola aqui que é em primeiro lugar no município, a parte religiosa também do mesmo jeito, o futebol também. Quando tem o campeonato lá na rua, Paraguai tá na final lá disputando coma cidade. A gente conseguiu a feira, você pode observar ali que a maioria das coisas é do Paraguai. O carnaval... até o carnaval tem uma turma do Paraguai, tudo que tem o Paraguai tá no meio. (Maria, 43 anos, moradora de Paraguai)*

Em termos de comunicação, a juventude é a principal propulsora de inovações à luta quilombola em Paraguai. É o que demonstra a própria iniciativa do Bloco, animada pelos/as jovens, e a participação deles/as em redes na internet. Há alguns anos foi criado o perfil "Comunidade Quilombola Paraguai" na rede Facebook, com o objetivo de mostrar para o *mundo* as experiências exitosas no campo da agroecologia, as manifestações culturais e os diversos eventos que acontecem na comunidade. Ao assumirem a luta para si, os/as jovens reafirmam o *lugar* como *locus* da reprodução da existência camponesa. Mas uma existência diferente da juventude de outras gerações que cujas "opções" de vida e de trabalho se relacionavam ou a migração ou serviços nas terras dos *fazendeiros*.

Uma mistura de passado, presente e futuro. Libertação e afirmação. É assim que o quilombo se apresenta para os/as camponeses/as de Paraguai: liberta-se da *escravidão* por dívida ao afirmar a soberania alimentar, liberta-se das sementes industriais ao afirmar as sementes crioulas, liberta-se de certos limites e ao afirmar seu papel no *mundo*. Enfim, liberta-se da imagem do passado e projeta-se o futuro, o futuro quilombola.

## CONSTRUINDO PONTES: CONSIDERAÇÕES E RETICÊNCIAS

[...] a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso.

Teodor Shanin (2008, p.25)

A experiência da comunidade Paraguai sugeriu-nos o caminho de interpretação da (r)existência camponesa a partir das rupturas, continuidades e transformações observadas nas formas de reprodução deste grupo social em suas dimensões socioterritorial, econômica e ecológica. Questões de ordem histórico-geográficas, apontaram a fazenda, o trabalho agregado e a migração como elementos importantes e persistentes na formação social e na "atmosfera" camponesa do Baixo Jequitinhonha.

Estes elementos contribuem analiticamente para a compreensão das formas de vida de grande parte das famílias agricultoras da região, que atualmente vivem em meio a fazendas, mantendo interações constantes com os grandes proprietários de terras. Importa sublinhar que, se o universo da migração para as grandes cidades ou outras regiões representa a "incerteza, o desconhecido, o perigo", nos termos de Woortmann (2009), no circuito microrregional, o universo das fazendas é algo mais próximo e conhecido. Segundo os relatos colhidos, o trabalho agregado sofreu um forte golpe, fragilizando-se após a promulgação da *lei do sindicato*, nos anos 1960, mas mesmo assim, a exemplo do que ocorria no *tempo antigo*, alguns camponeses/as de Paraguai ainda prestam serviços nas terras dos fazendeiros, sem necessariamente, morarem nas fazendas. Esta particularidade foi talvez um dos principais fatores que sustentou, por décadas, um sistema de escravidão por dívidas na comunidade.

Entretanto, ao se atentar para os novos processos sociais e para o horizonte de futuro desde as recriações camponesas em Paraguai e das ações protagonizadas por movimentos sociais nas últimas décadas, recusamos a visão do campesinato regional (apenas) como resquícios de uma categoria social - o agregado - em vias de desaparecimento. Trata-se de um campesinato que r-existe e essa r-existência nos aproxima de complexas estratégias de reterritorialização reveladas, neste estudo de caso, na reconstrução de ecologias e espaços de vida por moradores/as de Paraguai. Tal reconstrução mobiliza um conjunto heterogêneo de elementos, resgata e ressignifica tradições e amplia, com isso, as margens de manobra em um contexto marcado por restrições e assimetrias de poder. Como afirma Klaas Woortmann,

o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (WOORTMANN, 1990, p.17)

São nas estradas da vida que agentes sociais se deparam com os limites e as possibilidades do caminhar. Por este motivo aquilo que nos referimos como "estratégia" não se limitou a repertórios de ação social pré-concebidos. Além do mais, não se pode perder de vista os diversos fluxos e movimentos (COMERFORD et al., 2015) cuja reconstrução detalhada extrapola as possibilidades deste estudo, mas que também informam os sentidos do

lugar e alimentam suas raízes políticas, bem como os anseios, desejos e projetos de futuro dos/as moradores/as de Paraguai.

No campo multidimensional de recriações comunitárias e camponesas, notamos uma permanência mais ou menos instável e ambivalente das relações entre agricultores/as e *fazendeiros*. Em um cenário que apresenta antigos e novos atores, outros adjetivos vão surgindo: como havia o *patrão* bom e o ruim, há, agora, o *fazendeiro carrasco* e o *gente boa*. Já nos cruzamentos entre a gramática local e a gramática dos movimentos pelo *mundo*, (in)surgem outros termos para qualificar o que se acostumou chamar de *patrão* ou *fazendeiro*: latifundiário, degradador ambiental, violador de direitos. No interior de labirintos criado por cercamentos e por várias *encrencas* relacionadas à posse da terra, muitas vezes a tradução desses termos são expressos em voz baixa ou remetidos à uma terceira pessoa: *eles falam o que o fazendeiro roubou a terra... mas não sei, né?*

Casa e terreiro conectados a um *pedacinho* de roça; um pequeno galinheiro, uma *caixa da ASA* e algumas árvores frutíferas; outras casas ao redor. Esta é a imagem de muitas moradias de Paraguai para o observador localizado na porta da frente da casa e que direciona o olhar para o ambiente externo. Esta representação sugere a relações de sociabilidade, facilitada por laços de proximidade e de parentesco. A proximidade espacial revela também aspectos da questão territorial vivenciada por agentes que, ao verem uma nova família nuclear se constituindo ou parentes querendo regressar de Belo Horizonte ou São Paulo, sentem uma mistura de felicidade e preocupação. É como se o espectro da condição camponesa se ampliasse e se comprimisse num mesmo instante: a perspectiva de fortalecimento vínculos familiares e comunitários esbarra na capacidade de resiliência ecológica em um território cada vez *apertado e fechado*. Para termos uma ideia da magnitude desse *aperto*, basta relembremos o caso de Marta, que, por falta de opção, precisou optar entre o pé de manga ou a *caixa* de captação de água da chuva. Mas, para compreendermos alguns aspectos relacionados à garantia das condições basilares de existência e à busca por alternativas para se livrar desse *aperto*, foi preciso *ficar e sair* junto com os/as moradores/as de Paraguai.

O processo dinâmico e interativo entre ambientes, lugares, pessoas e redes sociais, movimenta a vida comunitária e movimentou também nosso quadro teórico. Exigiu-nos um entendimento mais alargado de *comunidade* e de *lugar* (o "sentido global do lugar", nas palavras de Doreen Massey, 2000), que rompe com "limites" supostamente cristalizados, e, simultaneamente, re-afirma um certo enraizamento. Como aponta Arturo Escobar:

Si por el lugar entendemos el compromiso con, y la experiencia de, una ubicación particular con alguna medida de enraizamiento (aunque inestable), unos límites (aunque permeables) y una conexiones a la vida cotidiana, aun cuando su identidad es construida y nunca fijada, el lugar continúa siendo importante en las vidas de la mayoría de las personas. (ESCOBAR, 2010, p. 47)

A estória das sementes crioulas, de que tanto nos falou Leonardo, parece uma boa metáfora para ilustrar este debate. Transitando de mão em mão e de território em território, semente de uma certa *variedade* pode apresentar diferenciações de nomenclatura entre comunidades rurais. A circunstância daquele encontro e a pessoa que ofereceu aquela semente permanecem, entretanto, na memória do/a agricultor/a. Ao longo de um refinado processo de experimentação e (co)adaptação que envolve um novo ambiente, bem como os saberes e os poderes que atravessam o *lugar*, essa semente vai se "acrioulando" novamente. A experiência de Paraguai nos mostrou que os agentes se dispersam pelo *mundo*, de onde colhem novidades e inspirações e retornam para fortalecer suas dinâmicas políticas e as ecologias do lugar. Neste mesmo sentido, Porto-Gonçalves (2000) sugere que os "novos" movimentos sociais latinoamericanos, são *antena e raiz*: se antenam, se globalizam, sem tirar os pés do chão.

Entre inúmeras possibilidades, duas vertentes em especial contribuíram nas reflexões sobre a interligação entre Paraguai e o *mundo*: as *lutas* agroecológica e étnico-territoriais. Podemos dizer a primeira se manifestou, entre outras coisas, nas melhorias das condições produtivas e ecológica dos agroecossistemas e na garantia de mais autonomia e segurança alimentar e nutricional. A *luta* étnico-territorial, por seu turno, pôde ser visualizada a partir do processo de autodefinição identitária e na reivindicação do território ancestral que o acompanha.

Não por acaso, ao mirar os sistemas agrícolas nos deparamos com discussões territoriais e vice-versa. Interconectados, os agroambientes e os ambientes políticos constituem elementos fundamentais na reprodução social, cultural, política, econômica e ecológica em Paraguai. A experiência agroecológica em Paraguai não reduz a um ajustamento do grupo frente a restrições de ordem territorial, apresentando-se também como um processo contínuo de reflexão, produção e internalização de conhecimentos.

A afirmação da identidade quilombola, por seu turno, revelou-se como parte de um processo multifacetado de reivindicação do território ancestral. Teve como marco importante o alcance do reconhecimento desta identidade pelo Estado, ainda que este reconhecimento não assegure, por enquanto, a retomada de acesso e uso do território ancestral. Se as relações territoriais atuais em Paraguai não se configuram como aquelas do território de parentesco do *tempo dos antigos*, no percurso dessa *luta* os limites temporais se inter cruzam: frente aos desafios contemporâneos (re)emergem o quilombo, lembranças e práticas. Percebemos que a atribuição identitária remete a uma relativa unidade sociocultural (a tradição) e ela acontece na relação com o "território-rede" (HAESBAERT, 2012) e nas possibilidades a ele associadas (a tradução).

Assim, ao acionar e ressignificar uma identidade coletiva, os agentes ressignificam também o *mundo*, que se amplia como outra frente de interações sociais e arranjos políticos. Parcerias são estabelecidas com outras comunidades rurais, organizações e movimentos sociais, e grupos universitários que incidem no "campo" político e epistêmico que trata dos direitos étnico-territoriais dos chamados povos tradicionais. É da inserção nessas redes que, ainda de modo muito tímido e cuidadoso, o sistema troca de serviço por mercadoria começa a ser interpretada pelos/as moradores/as como *escravidão* por dívida, por exemplo.

Neste sentido, relativiza-se o conceito de "agentes mediadores" e aproximamos da ideia "catalisação" (ESCOBAR, 2010), com camponeses/as construindo e também sendo parte das redes sobre as quais (co)incidem. Isto foi evidenciado pela iniciativa de elaboração do termo de responsabilidade para os candidatos à prefeito, redigida não sem antes ouvir a opinião de um *parceiro* com mais *experiência* nessas questões. Maristela Svampa (2012) chama atenção para diversos atores, redes e resistências políticas como uma novidade novo caráter as lutas sociais latino-americanas. Segundo a autora,

el proceso de ambientalización de las luchas incluye un enorme y heterogéneo abanico de colectivos y modalidades de resistencia, que va configurando una red cada vez más amplia de organizaciones, en la cual los movimientos socioterritoriales no son los únicos protagonistas. Desde nuestra perspectiva, lo más novedoso es la articulación entre actores diferentes (movimientos indígenas campesinos, movimientos socio-ambientales, ONGs ambientalistas, redes de intelectuales y expertos, colectivos culturales), lo cual se ha venido traduciendo en un diálogo de saberes y disciplinas, caracterizado tanto por la elaboración de un saber experto independiente de los discursos dominantes (un saber contra-experto), así como por la valorización de los saberes locales, muchos de ellos, de raíces campesino indígena (SVAMPA, 2012, p.5)

Em um momento em que diversos grupos sociais latino-americanos politizam e ressignificam seus modos de vida, os seus lugares e autodefinem as suas identidades, questões puderam ser lidas também desde os agroecossistemas e do território *quilombola* de Paraguai. Ao invés de uma análise verticalizada e avassaladora, orientada exclusivamente pelos processos de "dominação" e de "resistência", o estudo adotou uma perspectiva mais relacional e sensível às múltiplas dinâmicas de sociabilidade que constituem o Paraguai como uma comunidade. Foi possível perceber um pouco da complexidade das interconexões que atravessam a existência dos/as camponeses/as que *saem* da comunidade e correm o *mundo* sem deixar, entretanto, de aprender com os/as mais *antigos* que é preciso ter cuidado: *a pedra não pode cair*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Documento do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais. **Boletim Informativo NUER**, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <[http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/m-mgpefhgnff\\_boletim\\_nuer\\_\\_1.pdf](http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/m-mgpefhgnff_boletim_nuer__1.pdf)>. Acesso em: 13/05/2017
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: UFAM, 2006.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.1, 1986.
- \_\_\_\_\_. Relativismo antropológico e objetividade etnográfica. **Campos**, v. 3, 2003.
- ALIMONDA, H. **La Naturaleza colonizada**: Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. **Ações - P1MC**. Disponível em:< <http://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 13/08/2017
- \_\_\_\_\_. **Quem somos**. Disponível em:< <http://www.asabrazil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 16/06/2017.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.
- BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos**: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. 2016. 219p Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BOHNENBERGER, E. **Territorialidades em tensão no Vale do Jequitinhonha**: territórios de vida e territórios como recurso do capital. 2011. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso Especial de Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BOTELHO, M. I. V. A festa de Nossa Senhora do Rosário: identidades construídas, identidades em construção. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias, v 1. São Paulo: Editora Unesp, 2009; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O eterno reencontro entre o passado e o presente**: um estudo sobre as práticas culturais no Vale do Jequitinhonha. Araraquara: Unesp, 1999.
- BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra (entrevista). **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v.1, n.1, p. 37-64, 2007.



BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. **CAMPO-TERRITÓRIO**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014

CAA-NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Agrobiodiversidade**: uso e gestão compartilhada no semiárido mineiro. Montes Claros: CAA, 2014.

CALIXTO, J. S. Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha, MG. 2006. 130p. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v.39, n.1, 1996.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 14/06/2017.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. C; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (org.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

CARVALHO, N. C. **Memória histórica e geográfica do município de Felizburgo**, 1996.

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Quilombolas de Minas Gerais no século XXI**: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

COMERFORD, J. C.; CARNEIRO, A.; DAINESE, G. (Org.) **Giros etnográficos em Minas Gerais**: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1999.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Titulação fora do horizonte: mais de 1.500 comunidades quilombolas esperam pelo título de suas terras*, 20 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/terras/html/noticia.aspx?NoticiaID=188&Noticia=Titula%E7%E3o%20fora%20do%20horizonte:%20mais%20de%201.500%20comunidades%20quilombolas%20esperam%20pelo%20t%E7%E3o%20de%20suas%20terras>>. Acesso em: 13/06/2017.

COSTA FILHO, A. **Diagnóstico sobre as comunidades tradicionais dos municípios de Almenara, Jequitinhonha, Felisburgo, Fronteira dos Vales e Joáima**. Belo Horizonte: GESTA/UFGM, 2015.

COSTA FILHO, A.; MENDES, A. B. V.; SANTOS, A. F. M; LOPES, C. R. G.; MAGALHÃES, F. F.; DINIZ, G. L.; BRAGA, L. R. O. Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica Um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro. **Interfaces** - Revista de Extensão, v. 3, n. 1, 2015.

CRUZ, Valter do Carmo. Das lutas por distribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, v. 1, n. 26, 2006.

CUÉLLAR, M.; CALLE, Á.; GALLAR, D. **Procesos hacia la soberanía alimentaria**: perspectivas y prácticas desde la agroecológica política. Barcelona: Icaria, 2013.

DAYRELL, C. A.; VIEIRA, R. P. Uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade no semiárido mineiro. In: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Agrobiodiversidade**: uso e gestão compartilhada no semiárido mineiro. Montes Claros: CAA-NM, 2014.

DEPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. **Anais do XLVI Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, 2008.

DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C.S.; MACHADO, A. B. M; SEBAIO, F. A.; ANTONINI, Y (Org.). **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para sua conservação. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMPERAIRE, L. O manejo da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca na Amazônia. In: BENSUSAN, N. (Org.). **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade: como, para que e por quê. 2. ed. São Paulo: Peirópolis; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008a.

EMPERAIRE, L.; VELTHEM, L. van; OLIVEIRA, A. G. **Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola**: o manejo da diversidade agrícola no Médio Rio Negro, Amazonas. Comunicação à 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, ABA, Porto Seguro (BA), 2008b.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Envió, 2010.

ESTERCI, N. A dívida que escraviza. In: VV.AA. (Org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999.

FÁVERO, C.; MONTEIRO, F. T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Agriculturas**, v. 11, n.3, 2014.

FÁVERO, C.; ROCHA, G. P.; SANTOS, L. M. O.; NASCIMENTO, E. L.; OLIVEIRA, B. B.; ALBINO, S. M. P. **Sistemas agroecológicos e inovações tecnológicas na região do semiárido de Minas Gerais**. Diamantina: UFVJM, 2016.

FAVERO, C.; PACHECO, M. E. L. . Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. In: **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013.

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. *Escola Família Agrícola Bontempo, em Itaobim, corre o risco de fechar suas portas*, 27 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/destaque/escola-familia-agricola-bontempo-em-itaobim-corre-o-risco-de-fechar-suas-portas-apos-dez-anos-de-atividades-profissionalizando-jovens-de-23-municipios-do-jequitinhonha>>. Acesso em: 10/08/2017.

FLORESTAN, F. O que é revolução (1981). In: PRADO JR., C. FLORESTAN, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 189 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

\_\_\_\_\_. **A terra construída**: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Migrações, Família e Terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: Seminário sobre a economia mineira, 9., 2000, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/FLAVIA.PDF>>. Acesso em: 12/04/2017.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; CALIXTO, J. S.; AYRES, E. C. B. Águas comunitárias no Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. **Caderno CEAS**, n. 209, 2004.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Mulher e trabalho na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha. In: NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Vale do Jequitinhonha: ocupação e trabalho**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2013.

GRAZIANO, E. **A arte de viver na terra: as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha**. 1986. 294 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí.

GUDYNAS, E. Concepciones de la naturaleza en América Latina. In: GUDYNAS, E. **Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible**. 5. ed. Montevideo: Coscoroba, 2004.

GUIMARÃES, P. R. Avaliação participativa das formas de comercialização utilizadas pela Comunidade Quilombola Paraguai, Vale do Jequitinhonha – MG. 2014. 22 f. **Monografia** (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

HAESBAERT, R. Apresentação à edição brasileira. In: MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et. al.* (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política**. **Campo-Território**, v. 9, n. 18, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014b.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HALL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEREDIA, B. M. A. O Campesinato e a Plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Formas tuteladas de constituição camponesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, v.1, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população - 2016**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm)>. Acesso em: 05/08/2017.

- LEITE, A. C. G. A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho. 2010. **Dissertação** (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- LIMA, D.; NASCIMENTO, E. L. M.; MARQUES, C. E.; FARIA, A. T. D. P. A história da região de São Julião, Médio Vale do Mucuri. In: MARQUES, C. E. (Org.). **Os Marques do Boqueirão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- LUCIANO, C. A. Uma juventude rural. In: NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Vale do Jequitinhonha: juventude, participação política e Ritadania**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2014.
- LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 182 p. **Tese** (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A. **Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa- Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.
- MALVEZZI, R. **Semi-Árido: uma visão holística**. Brasília-DF : CONFEA, 2007.
- MARQUES, C. E. (Org.). **Os Marques do Boqueirão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- MARTINS, J. S. **Camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986b.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. Coleção Os Economistas. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2009.
- \_\_\_\_\_. O sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- MEDEIROS, L. S. Conflitos Fundiários e Violência no Campo In: Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo - Brasil 2014**. CPT Nacional - Brasil, 2014.
- \_\_\_\_\_. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, A. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Rev. bras. estud. popul.** [online]. 2013
- MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. Dissertação (Mestrado). UFMG, Belo Horizonte. 2011.
- MORAES SILVA, M. A. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** ABEP, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/611/591>>. Acesso em: 02/03/2017.

MORAES SILVA, M. A.; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. NEAD, 2006. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/.../id.../migracoes\\_rurais\\_no\\_brasil\\_velhas\\_e\\_novas\\_questoes.pdf](http://www.faed.udesc.br/.../id.../migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf)>. Acesso em: 22/02/2017.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, 1993.

NUNES, M. A.; MARTINS, M. L. "O povo saía quando o recurso era pouco": migrações rurais do Médio Jequitinhonha para o Vale do Pampá na primeira metade do século XX. In: SEMINÁRIO VISÕES DO VALE, 4., 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

O'DWYER, E. C. Os Quilombos e a Prática Profissional do Antropólogo. In: O'DWYER, E. C. (Org.) **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. **Cadernos do LEME**, v.1, n.1, p.2-27, 2009.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, v. 94, p. 31-94, 1995.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, 2014.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Sociedade e Estado**, v.26, n.3, 2011.

PETERSEN, P. F. Metamorfosis agroecológica: un ensayo sobre Agroecología Política. **Doctoral disertación**, Universidad Internacional de Andalucía. 2013.

PETERSEN, P. F.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Versão provisória. Rio de Janeiro, abril de 2004.

PETERSEN, P. F.; DAL SÓGLIO, F; Caporal, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da agroecologia nas instituições científico-acadêmicas brasileiras. In: PETERSEN, P. F. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, P. F.; DIAS, A. **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

PORTELLI, A. História oral como gênero. **Revista Projeto História**, v. 22, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (org.). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA-NM/Rede Cerrado, 2000.

\_\_\_\_\_. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires, Clacso, 2001.

\_\_\_\_\_. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. A. V.; MOURA, T. C.; MOREIRA, G. D. L. B.; GONZAGA, P. H. L.; MENDONÇA, V. S.; SOUZA, C. H. S.; FAVERO, C. Estágio de Vivência em áreas camponesas, indígenas e quilombolas no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, v.11, n. 1, 2016.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, 2010.

RIBEIRO, E. M. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFES, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.) **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais do semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F.M.; CALIXTO, J.S.; ASSIS, T. R.; AYRES, E.B.; SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, n 2, 2005.

RIBEIRO, R. F. **Sertão, lugar desertado: o Cerrado na Cultura de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciproCidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACK, R. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, 2011.

\_\_\_\_\_. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição ecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 2004.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato: Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E. De la sociologia rural a la agroecologia. Barcelona: Icaria, 2006.

SILVA, E. A. Territórios Quilombolas no Vale do Mucuri: As comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni/MG. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**. v.7, n.8, 2012.

SOSA, M. B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, J. V. A. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**, v.2, n.2, 2003.

SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

SVAMPA, M. Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL**, n. 32, 2012.

TANCREDO, M. I. Desapropriação para fins de reforma agrária nos casos de descumprimento das funções social, ambiental e trabalhista. **Revista InSURgência**, v. 1, n.2, 2015.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Apresentação. **Revista Agriculturas**, v.8, n.1, p.4-7, 2011.

\_\_\_\_\_. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87, p.11-73, 1990.

ZALUAR, A. **Os homens de Deus**: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ZUCARELLI, M. C. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé**: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.



## **ANEXO 1. QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DA PESQUISA**

### **I. QUESTIONÁRIO GERAL**

Comunidade Quilombola Paraguai, Felisburgo – MG.

**Casa (referência):**

**Núcleo de vizinhança:**

**Setor:**

**Data:**

**Nome do entrevistador:**

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS PESSOAS QUE VIVEM NA CASA

### 1. Informações sobre as pessoas que vivem na casa

1. Nome	2. Grau de Parentesco ou outra relação	3. Sexo		4. Idade	5. Escolaridade (série e grau)	6. Onde nasceu?	
		M	F			6.1. Município	6.2. UF

2. Quantas família vivem na casa? ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ou mais

3. Alguma pessoa que vive na casa trabalha fora? ( ) Sim ( ) Não (Se sim, especificar local e trabalho)

4. Tem documentação da terra? ( ) sim ( ) não

5. Qual tamanho da área utilizada pela família?

6. Qual as principais fontes de renda da família?

( ) Aposentadoria

( ) Pensão

( ) auxílio doença um salário

( ) Bolsa Família

( ) Venda da produção

( ) Outro salário de professora

7. Locais onde são comercializados a produção

( ) Feira ( ) PNAE ( ) Própria comunidade ( ) Comerciantes Felisburgo

## II. ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### 1. Questões gerais, para abrir a conversa

Há quantos anos mora aqui em Paraguai?

Seus pais nasceram nessa comunidade?

Onde a sua família morava antes de chegar aqui na comunidade do Paraguai?

Quem foram as primeiras pessoas da família que vieram para cá?

Como era a comunidade antigamente? Era muito diferente? Como foi a infância aqui?

Se não, passaram a morar aqui a partir de quando?

O que eles contam/contavam desse tempo antigo?

Eles sempre trabalharam na roça ou trabalhavam fora também? Nas fazendas?

E a condição de trabalho e de vida aqui em Paraguai? Quais são as dificuldades? E as coisas boas de ser agricultor/a e morar aqui?

### 2. Questões sobre posse da terra e herança

A terra é de herança?

Como é a divisão da terra aqui?

Quando alguém vai embora, o que acontece com o direito? E se resolve voltar?

Se vender vende para os “de dentro” ou para os “de fora” também?

### **3. Questões sobre a questão territorial e relação com as fazendas/fazendeiros**

Qual o tamanho da terra que vocês utilizam, trabalham? É suficiente para a produção de alimentos para a família? E para vender?

E a água? De onde vem a água que vocês utilizam? Tem em quantidade suficiente para produção? E para o consumo da família?

Qual é a água melhor? Porque?

Possui cisterna de captação de água da chuva? Se sim, ela tem ajudado? Em que época e como utilizam a água?

A quantidade de terra e de água utilizada pela família modificou nos últimos anos?

E em relação as espécies e a diversidade de cultivo, sente alguma mudança?

Como a diminuição da água e da terra tem prejudicado a produção agrícola familiar? E em termos de diversidade de espécies?

Como que é essa questão das fazendas aqui? Sempre foi assim? Como era antes?

Como é a relação com os fazendeiros hoje?

Alguém da família trabalha ou já trabalhou para algum fazendeiro? Em que atividade? Outras pessoas da comunidade trabalham/já trabalharam?

#### **4. Agrobiodiversidade, produção/comercialização agrícola e soberania alimentar**

Área utilizada para produção qual a parte que é coletiva? Que parte é manejada pela própria família?

O que é produzido em cada área? Qual a destinação desses produtos?

Como são adquiridas as sementes que utilizadas nos plantios? Acessa o banco de sementes? Guarda as sementes em casa também?

A família teve dificuldades em conseguir sementes nos últimos anos?

Quais insumos adotados na produção? Utiliza agrotóxico? Já utilizou? Se sim, porque não mais utiliza?

A família participa da feira? Quais principais produtos comercializados? Como ocorre a organização para participar da feira?

Vocês participam de experiências coletivas - casa de sementes, área coletiva, grupo da feira, associação...?

Quem da família está envolvido? Como é a organização do(s) coletivo(s) que participa?

Como percebe a importância das experiências em grupo - comercialização na feira, banco de sementes crioulas, área coletiva, etc.?

Como organizam/dividem o trabalho agrícola? Tempo, gênero, geração... etc.

Cultivam também na área coletiva? Se sim, como ocorre essa participação?

Há prática de mutirão na comunidade? Troca de dias de trabalho? Como funciona? A família participa?

#### **5. Redes e organização social**

Como é a relação da família com a cidade de Felisburgo e outros municípios da região?

Têm parentes em outras comunidades? Visitam? Trabalham juntos? Trocam sementes? O que precisam resolver na rua?

A família participa de reuniões, intercâmbios com outras localidades? Como observa a importância dessa participação?

E a participação das mulheres nessas reuniões e na comunidade?

Como a enxerga a atuação das organizações/redes na comunidade? (Cáritas, CPT, Sindicato...). E dos órgãos públicos (Emater, Idene, Prefeitura...)?

Como foi a política aqui em Felisburgo? Foi bom para a comunidade?

#### **5. Identidade e território**

Para você o que é ser quilombola?

Como tem percebido a luta pelo território aqui na comunidade?

Como pensa a comunidade e a vida dos/as filhos/as no futuro?

## ANEXO 2. ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNIDADE PARAGUAI REMANESCENTE QUILOMBOLA

Ata da assembleia extraordinária para solicitação de abertura de processo de regularização fundiária no INCRA.

Aos dias vinte e três de outubro de dois mil e dezesseis (23/10/2016), às 14 horas, na sede da Associação da Comunidade Paraguai Remanescente Quilombola (ACPRQ) reuniram em assembleia extraordinária os sócios da Associação da Comunidade Paraguai Remanescente Quilombola, bem com outras famílias de parentes convidados. O presidente da associação, Fábio Marques de Matos, deu boas vindas a todas e todos e em seguida apresentou o objetivo da assembleia, que se tratava da solicitação de abertura de processo de regularização fundiária da Comunidade Quilombola Paraguai. Foi dito pelo presidente que este assunto já era de conhecimento da maioria dos presentes, pois o processo já vem sendo debatido há mais tempo pela comunidade. Em seguida fez-se um breve retrospecto do processo de formação e discussão da trajetória sociocultural e histórica da comunidade e a importância do território para a sobrevivência das famílias. Após esta reflexão, o presidente da associação perguntou se todos/as presentes estavam de acordo com a solicitação de abertura de processo no INCRA para regularização do Território da Comunidade e por aclamação todas e todos os presentes aprovaram a solicitação de abertura de processo no INCRA. Diante do exposto, a ACPRQ, localizada no município de Felisburgo no estado de Minas Gerais vem requerer do INCRA a abertura do Processo de Regularização Fundiária e posterior a expedição do título de reconhecimento de domínio das terras pertencentes ao nosso Território Tradicional, nos termos do Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal de 1988, combinados com os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, bem como os termos do decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Por fim declaramos que nossa comunidade se reconhece como comunidade remanescente de quilombo e salientamos que a nossa comunidade faz parte do cadastro geral de expedição e certidão como comunidade remanescente de quilombo da Fundação Cultural Palmares – FCP (desde 2007). Informamos, ainda, que historicamente vivemos em parte de nosso território, resistindo a todos os tipos de dificuldades para manter a nossa unidade, para tanto salientamos que é de suma importância a regularização fundiária de nossas terras. Acrescentamos que a comunidade encontra-se em “apertada” e “espremida” pelas fazendas que avançaram sobre nosso território ancestral. Logo após, o presidente agradeceu a todos/as e deu por encerrado a assembleia e por não haver mais nada a tratar, eu Leonardo Marques de Matos lavei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e demais presentes. Assinaturas em anexo, conforme livro de ata da ACPRQ.